

**CONFISSÕES DE UM JUIZ**

**Elmar Carvalho**

*recordações de fantasmas  
que já nos abandonaram  
de amigos mortos  
que nos acompanham  
cada vez mais vivos*

*Já não tenho epitáfios  
para tantas lápides  
em meu peito.*

***Direitos reservados a***

José Elmar de Mélo Carvalho

**Endereço eletrônico**

elmarcarvalho@uol.com.br

Indicadas a fonte e a autoria, qualquer parte desta obra pode ser reproduzida

**Título**

Confissões de um juiz

**Edição**

Primeira virtual – 2020

**Editor**

O autor

**Fotografia da capa**

Elmara Cristina de Souza Carvalho

**Advertência**

*“Outros fariam ou farão melhor, eu fiz o que pude.”*

Antônio Feliciano de Castilho

## AUTOBIOGRAFIA

Elmar Carvalho

Após seguir os mais ásperos caminhos,  
Napoleão avesso, eu próprio me coroei  
com uma coroa de cravos e espinhos.

Subi montes, rompi charcos,  
atravessei grutas sem luz,  
com os ombros esmagados  
ao peso de férrea cruz.

Em noites de névoas e luas  
sofri e cantei perdido nos lupanares.

Em dias de sol escaldante e incandescente,  
fui casto Dante  
e Baudelaire delirante e indecente,  
pelas tardes mornas de ressacas e orgias.

No Olimpo a que subi em busca  
dos mitos, à procura de Zeus,  
pregaram-me numa cruz onde  
puseram irônica tabuleta: “Rei dos Judeus”.

Por frígida e pálida manhã,  
envolto em solidão e neblina,  
rasguei e perdi minha toga purpurina.

Cheio de ódio e de amor,  
sorvendo taças e mais taças  
de bebida balsâmica e malsã,  
nos bordéis de Eros, nos templos de Pã,

e nos palácios dourados de Mefisto,  
onde sucumbo e resisto,  
no meio de mentira e desengano,  
fui Satã,  
fui Cristo,  
fui Humano.

## **ÍNDICE**

Aviso aos navegantes

Prefácio

### **I - CONFISSÕES DE UM JUIZ**

1. Pedido de aposentadoria
2. Experiências de vida e empatia
3. Câncer, cirurgia e quimioterapia
4. Promoções e lotação provisória
5. Relacionamento com servidores, advogados e Ministério Público
6. Sobre algumas decisões e sentenças
7. Episódios anedóticos ou interessantes
8. Educação, cultura, esporte e ambientalismo
9. Comarcas em que trabalhei
10. Observações sobre a administração pública
11. Epílogo

### **II - MEMÓRIAS AFINS**

Tempos ribeirenses

Oração à Vila de Regeneração

Exortação à Justiça e à Bondade

Evocação de Piracuruca

Curimatá e a médica Estelita

Servidor público

Desastre automobilístico e outros percalços

Tempos recifenses I

Tempos recifenses II

Visita a um lutador obstinado

Des. José Luís – uma justa louvação

Na comarca de Oeiras, entre anjos e poetas

Memorial a quatro poetas

Memorial ao poeta da Costa e Silva

Vicente Leal – além da toga, as letras

Museu e memorial

No reino do sobrenatural

Despedida de goleiro

Quem te ensinou a voar

### **III - MEMÓRIAS AFETIVAS**

Retrato de minha mãe

Breve notícia familiar

A morte de Josélia

Cheiro de flores

Zé Henrique

Obras inacabadas

Memorial da cachorra Belinha

A morte de Anita

Retorno a Francinópolis

Inventário da saudade

Retrato de meu pai

Canindé Correia – Mestre e Amigo

### **IV – COMENTÁRIOS E DEPOIMENTOS**

### **V – ELMAR CARVALHO – O CIDADÃO, O MAGISTRADO E O INTELLECTUAL**

### **VI – DOIS ESTUDOS SOBRE CONFISSÕES DE UM JUIZ**

## **Síntese biográfica**

## AVISO AOS NAVEGANTES

No prefácio ao seu livro Memórias, um dos melhores do gênero, que li e reli várias vezes, disse Humberto de Campos, com evidente exagero, que não irei, aqui, explicar:

“Não cheguei muito alto, de modo a ombrear com os escritores notáveis de meu país, porque vim de muito baixo. Mas percorri maior distância do que eles, porque vim de mais longe. (...) Chego aos quarenta e seis anos ao fim da minha vida. Chego vencido, e fatigado, quando outros se encontram no apogeu da saúde e da força. Eu fiz, porém, repito, caminho mais longo, mais áspero, sem água e sem pão.”

Não vim de tão longe, porque sou daqui mesmo, do Piauí. Por conseguinte, não poderia percorrer grande distância. Jamais direi que alguém possa vir de tão baixo, porquanto todos somos filhos de Deus, “irmãos das estrelas e árvores”, e certamente merecemos estar neste mundo, que apesar dos sofrimentos e obstáculos, tem as suas belezas, alegrias e encantos.

Todavia, também tive meus percalços, subi minhas ladeiras, encontrei minhas “pedras no meio do caminho”, carreguei e carrego a cruz que me coube carregar, e venci alguns íngremes socavões e alagadiços. Sem jactância, mas também sem falsa humildade, acrescento: nos momentos difíceis, recorri a Deus, através da oração, e tudo terminou dando certo, como o leitor verá. E não estou fatigado, e muito menos vencido. E não cheguei, assim espero, ao final de minha vida.

Em virtude de compromisso que assumi, para lançar este livro em dezembro, tive que trabalhar duro, com afinco e certa pressa, sobretudo para elaborar a 1ª Parte (Confissões de um juiz), escrita entre os dias 15 e 31 de outubro. Tivesse tido mais tempo, talvez pudesse ter feito um trabalho com uma mais bem acabada forma, de conteúdo mais denso e esmerado, vertido em estilo mais elegante e com alguma beleza.

Em Confissões narro as minhas vivências e experiências como julgador, bem como fatos interessantes ou anedóticos que presenciei ou de que participei, alguns sérios, e mesmo trágicos, e outros jocosos. Talvez alguns acontecimentos possam servir de exemplo, pelo menos do que não deve ser feito. Não consultei documentos. Não pus em ordem cronológica fatos meramente burocráticos, pois isso seria elaborar um simples relatório, sem nenhum interesse literário. Esforcei-me para fazer algo que pudesse ter algum valor artístico. Não me cabe dizer se consegui ou não esse desiderato. Isso é tarefa dos críticos e leitores.

Em entrevista datada de 1973, a poetisa polonesa Wislawa Szymborska, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura de 1996, disse as seguintes e lapidárias palavras: “Sempre encaro a seriedade excessiva como algo meio ridículo. (...) No poema tento conseguir o efeito que na pintura se chama de chiaroscuro. Gostaria que o poema contivesse o sublime e o trivial, as coisas tristes e cômicas – lado a lado, misturadas”. Pois nestas memórias o leitor encontrará o amálgama de tudo isso. Ao menos foi essa a minha intenção.

Na 2ª Parte – Memórias afins – selecionei textos, que já havia escrito há algum tempo, mas que complementam e esclarecem fatos e assuntos abordados na primeira. Como em Confissão tratei mais de minhas observações e experiências como magistrado, reservei a parte denominada Memórias afetivas para contar algumas coisas referentes à minha vida pessoal, que considere interessantes, relevantes ou simplesmente engraçadas. Em qualquer dos casos, procurei narrar fatos e episódios que pudessem atrair a atenção do meu eventual leitor.

O projeto desta obra era, inicialmente, bem mais modesto, com o número de páginas bem mais exíguo, sobretudo com relação ao número de textos que seriam coligidos na segunda e na terceira parte. Contudo, a diversidade de temas e casos que fui abordando em Confissões, bem como outros fatores subjetivos, fez com que outras matérias fossem escolhidas.

Por exemplo, a crônica A morte de Anita, no princípio, não era cogitada, todavia passou a integrar Memórias afetivas. Após sua inclusão, comecei a ficar com peso na consciência, por causa da outra saudosa cachorrinha, e aí terminei acrescentando a elegia em prosa sobre a morte de Belinha. E a Memória fotográfica, que originalmente não era prevista, foi criada por sugestão de minha amiga Teresinha Queiroz.

Porfiei em não dizer inverdades. Contudo, como todos sabem, a memória é seletiva, e não retém tudo que a pessoa vivencia. Também nem tudo mereceria ser contado, mesmo porque não haveria espaço para isso. Não menti, mas alguma coisa omiti, até para não ferir o meu semelhante, com o que eu estaria ferindo a mim mesmo. Todavia, forçoso me é confessar, devo ter cometido alguns pequenos enganos, mormente quanto a datas ou lapsos temporais, uma vez que não consultei documentos, como já admiti.

São confissões, como diz o título. Portanto, nada existe aqui de inconfessável.

Elmar Carvalho



## **PREFÁCIO**

Reginaldo Miranda

Presidente da Comissão Editorial

Da Academia Piauiense de Letras

Foi Santo Agostinho, um dos maiores doutores da Igreja Católica, quem iniciou o gênero das Confissões, de caráter autobiográfico, em busca do mundo interior. Daí narrar sua vida antes de se tornar cristão, a sua conversão ao cristianismo e confessar-se pecador, enfim, o drama de uma alma que se redime, para finalizar proclamando a soberana misericórdia de Deus.

Aliás, as Confissões de Santo Agostinho fizeram escola. Obras autobiográficas, com feição literária, elaboradas com sapiência e criatividade foram escritas por muitos outros escritores, entre esses: Jean-Jacques Rousseau(Confissões), François-René de Chateaubriand (Memórias de além-túmulo), Johann Wolfgang Von Goethe(1749 – 1832), com textos distribuídos de forma descontínua, aleatória, de que destacamos Viagem à Itália (1813-1817), William Wordsworth (1770 – 1850), com The prelude(Prelúdio), Hans Christian Anderson(O romance da minha vida) e Piotr Kropotkin(Memórias de um revolucionário), entre os alienígenas; na literatura indígena esse gênero foi iniciado com José de Alencar(Como e por quê sou romancista), Joaquim Nabuco (Minha formação) e Graça Aranha(Meu próprio romance), seguidos por Rodrigo Otávio (Minhas memórias dos outros), Paulo Setúbal (Confiteor), Humberto de Campos (Memórias), Graciliano Ramos(Infância e Memórias do cárcere), José Lins do Rego (Meus verdes anos) e Pedro Nava(Baú de ossos) entre outros.

É nessa toada que um respeitado juiz que, recentemente deixou a toga, depois de quase 17 anos de bons serviços prestados à magistratura estadual, resolve abrir a sua alma e confessar a sua motivação, as certezas e incertezas de quem tem a responsabilidade de julgar os outros. E quanto deve ser difícil julgar com base apenas

nas provas trazidas pelas partes em conflito, em meio à passionalidade dos litigantes. É nesse terreno que o juiz tem de extrair a verdade, analisando os fatos para bem aplicar a lei. “Quod non este in actis non est in mundo” (O que não está nos autos, não está no mundo), diz um velho brocardo latino.

Pois o juiz José Elmar de Melo Carvalho trilhou esse difícil caminho por mais de década e meia, dando tudo de si para bem desincumbir-se de sua árdua missão. E se houve muito bem, agindo com retidão, justeza e imparcialidade. E chegou ao final de sua jornada com o peito estufado pelo dever cumprido. Pode dizer: cumpri a minha missão buscando fazer justiça.

Aliás, essa é uma marca na vida de José Elmar de Melo Carvalho. Conheci-o nos bancos escolares. Formamos na mesma turma de Direito na UFPI, em julho de 1988. Ele já naquele tempo, fiscal da SUNAB agia com o mesmo senso de justiça no cumprimento do dever. Depois segue na magistratura pelas comarcas de Piracuruca, Socorro do Piauí, Inhumas, São Pedro, Teresina e Curimatá, na qualidade de juiz substituto e como titular nas de Ribeiro Gonçalves, Capitão de Campos, Regeneração, onde se demorou mais de seis anos e onde amiudamos nossos encontros, vez que eu ali na qualidade de advogado patrocinava o interesse de vários clientes, Oeiras, onde serviu por pouco tempo acometido de enfermidade que o trouxe por disponibilidade para Teresina, aonde veio a aposentar-se. Sua experiência nessas comarcas ele as relata na obra que ora vem a lume. São passagens interessantes, algumas delas com casos pitorescos que vão agradar o leitor. Fala da carreira profissional, da terra e de pessoas, além de rico acervo fotográfico.

Também chorou os seus mortos, seguindo a trilha aberta pela prosa diária de Humberto de Campos, depois

reunida em livros. Nesse aspecto trouxe ao campo literário algumas figuras interessantes.

E não poderia faltar o amor materno. Elmar Carvalho, como é conhecido, traça um perfil da mãe, belo e pungente, mostrando a pureza de ser humano que é, e o berço de onde saiu, razão da fortaleza de seu caráter no enfrentamento das adversidades da vida.

Elmar Carvalho, com essa obra, traz uma nova contribuição à literatura nacional. Aliás, achamos que todo homem público, ao final de sua jornada, deve prestar contas à sociedade. É aí que entram as confissões, os depoimentos, as memórias autobiográficas. No Piauí, esse caminho foi aberto pelo mestre Higino Cunha(Memórias: traços autobiográficos), pelos ex-governadores Rocha Furtado(Memórias e depoimentos), Leônidas Melo(Trechos do meu caminho), pelo ex-deputado Constantino Pereira(Lembranças e histórias de uma vida) e pelos acadêmicos Jesualdo Cavalcanti(Tempo de contar), M. Paulo Nunes(Conversas...), Celso Barros Coelho, que encontra-se com obra no prelo, e alguns outros. Humberto de Campos lembra que essa experiência é válida porque serve para soterrar o fosso e aplainar o caminho dos que vêm atrás. Nesse aspecto o magistrado memorialista cumpre o seu desiderato. E já retoma outra jornada, a das letras, sua primeira e inesquecível paixão.

E não poderia ser diferente, afinal é um cultor das belas artes, enamorando-se da musa ainda no alvorecer da juventude. Cantou a vida. Mas não esqueceu as plagas piauienses: Campo Maior, sua terra natal, Parnaíba, a terra adotiva, Amarante, Oeiras

surgem em sua obra com louvor. A família não poderia ficar de fora. D. Fátima e os dois filhos são o suporte necessário e eterna fonte de inspiração.

É isso. O magistrado é também poeta. Um grande poeta, cujo canto inspira-se na sua terra e sua gente. Noturno de Oeiras é um belo poema que assim termina: “As pedras antigas do calçamento/são percorridas por sombras/feitas somente de alumbramento.//O vento que passa/não é vento: é fru-fru/de saia de pessoa morta/ou hálito de porta/de casa já demolida.//Da Madona lágrimas escorrem/e chovem sobre os telhados...//Oeiras navega na noite/de um tempo que não termina./De um tempo sem medida, fugitivo/de ampulhetas e relógios”.

Podemos também lembrar a poesia de Elmar Carvalho com essa passagem:

“As meadas e as palavras/são labirintos e teias./Nelas os poetas se elevam;/nelas as moscas se enleiam/e se debatem em voo./Os poetas são./As moscas, não”.

Com essas notas, abraçamos o velho amigo, cuja convivência nas reuniões acadêmicas é muito salutar. Comprometido com a cultura, sempre encontrou espaço para a produção literária e para dedicar-se à nossa Academia Piauiense de Letras, compondo seguidamente o quadro de três diretorias, inclusive duas conosco. É trabalhador obstinado. Relembrando esse aspecto, em reunião acadêmica disse outro acadêmico e magistrado, Oton Lustosa, desembargador do TJESPI, que a magistratura perdia um juiz, mas as letras ganhavam um literato em tempo integral. Assim seja.

Aos leitores, dizemos: leiam essa obra com atenção, vocês vão gostar; é um belo livro, escrito de forma concisa e elegante, fazendo jus às qualidades, já reconhecidas, de seu autor.

## I – CONFISSÕES DE UM JUIZ

### 1 – PEDIDO DE APOSENTADORIA

No dia 10, sexta-feira, após mais de 39 anos de serviço público, aos 58 anos de idade, sem nunca ter sofrido nenhum tipo de punição, nem mesmo advertência ou repreensão, requeri a minha aposentadoria, e imediatamente me afastei de minhas atividades, como determina o CNJ. Silenciosa e anonimamente, bem no final do expediente, sem nada confidenciar a quem quer que fosse, me dirigi ao protocolo.

Eram quase duas horas da tarde, e havia no setor apenas um velho servidor, que me atendeu com presteza, mas sem perguntas e comentários. Apenas apareceu, de passagem, o juiz Antônio Soares, com o seu indefectível chapéu e o não menos habitual bom-humor, que me disse ter lido o meu livro *Amar Amarante*, que evoca o seu torrão natal, a terra azul do poeta Da Costa e Silva, quase uma ilha, encravada nas confluências dos rios Mulato, Canindé e Parnaíba, e emoldurada por lindas serras.

Cumpri um desiderato que já me impusera alguns meses atrás, sobre o qual não emiti mais nenhum comentário, porquanto desejei sair à francesa, da maneira mais discreta possível. Deus me ajudou para que as circunstâncias conspirassem para isso. Um pouco depois, viajei a Parnaíba, onde passei alguns dias, tanto na velha urbe, como no sítio Filomena, situado na Várzea do Simão, à beira do Velho Monge.

Não recebi nenhum e-mail ou telefonema sobre o meu pedido de aposentadoria, o que prova que o meu desejo de discrição foi alcançado plenamente. Certamente se eu tivesse cometido um crime ou algum fato escandaloso, as notícias na mídia e os telefonemas dos “amigos” não me teriam faltado. Lembrei-me do velho sarcasta Voltaire, que disse com muita verve e ironia: “Que Deus me proteja dos meus amigos. Dos inimigos, cuido eu.”

Ingressei no serviço público em 15 de setembro de 1975, no cargo de monitor postal, na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, após haver sido aprovado em curso de três meses em Recife. Trabalhei nessa empresa federal em Teresina e em Parnaíba, para onde me transferi a fim de fazer o curso de Administração de Empresas na Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Reis Velloso.

Desliguei-me da ECT em nove de agosto de 1982, após aprovação, em concurso feito pelo DASP, para assumir, no dia seguinte, o cargo de fiscal da extinta SUNAB – Superintendência Nacional do Abastecimento (autarquia federal). Hoje eu seria auditor-fiscal da Receita Federal, já que todos os ex-colegas fiscais, mesmo os aposentados, conseguiram, através de ação judicial, essa transposição funcional.

Pedi exoneração do Ministério da Fazenda, órgão para o qual fui redistribuído, após a extinção da SUNAB, no dia 19 de dezembro de 1997. Nesse mesmo dia, no gabinete da presidência do Tribunal de Justiça do Piauí, juntamente com mais oito colegas, tomei posse de meu cargo de juiz, às onze horas. Era presidente da Corte o desembargador José Luís Martins de Carvalho, que me tinha grande consideração, a que sempre procurei corresponder na mesma intensidade. Estavam presentes, além dos colegas e familiares, vários desembargadores e outras pessoas e funcionários.

Além de mim, foram empossados os seguintes colegas: José Osvaldo de Sousa, Lirton Nogueira Santos, João de Castro Silva, Lygia Carvalho Parentes Sampaio, João Batista Silva Rios, Mário Nicolau Barros Filho, Washington Luiz Gonçalves Correia e Jefferson Carvalho Lopes da Silva.

Nessa manhã inesquecível, fui escolhido pelos colegas para fazer a saudação de praxe. Transponho para este texto o que já registrei alhures: “Quando tomei posse de meu cargo de juiz junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em solenidade singela, contudo para mim memorável, disse que uma dúvida me assaltava naquela ocasião: sobre o que seria mais importante, se a justiça, se a bondade. Mas eu próprio resolvi o aparente paradoxo da equação, ao dizer que quem era bom era justo, e quem era justo necessariamente teria que ser bom.”

Acrescentei, entre outras coisas de que já não guardo lembrança, que o juiz deveria esforçar-se para agir sempre com imparcialidade e justiça. Acima de uma interpretação meramente literal, deveria o magistrado buscar uma interpretação teleológica, que realmente alcançasse o espírito da lei, como, aliás, preconiza o Cristo, consoante o admitem todos os grandes exegetas, sobretudo quando ele fustigava os fariseus e o apego demorado à lei mosaica. Disse isso para afirmar que o mero zelo formalista não deveria ser importante para o julgador, mas sim o desiderato maior de fazer justiça, de agir com justiça. Aos aspectos extrínsecos, aparentes e formais, quase ritualísticos ou litúrgicos, deveria preponderar a essência, e a essência é o primado da Justiça.

Agora que requeri minha aposentadoria, posso dizer, com toda a sinceridade, mas também com toda a humildade possível, que não tenho remorsos e nem arrependimentos de minhas decisões interlocutórias e sentenças, pois sempre procurei agir com imparcialidade e com vontade de efetivamente fazer Justiça. Dentro das condições disponíveis, sobretudo a ostensiva falta de servidores, procurei agir com a possível celeridade, porquanto sou consciente de que a demora muitas vezes se transforma em clamorosa injustiça.

Posso ter errado, sim, devo ter errado, porque sou humano, porque não tive inteligência suficiente para alcançar certas sutilezas ou nuanças da lide ou porque a parte não conseguiu provar o seu direito, mas jamais, propositadamente, tirei a razão

de quem tinha para dar a quem não a tivesse. Sem dúvida, sempre almejei levar em conta a proporcionalidade, a razoabilidade, e nunca esqueci o velho brocardo de Rui Barbosa: “A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigalam.”

Em oito de julho de 2013, quando me encontrava de férias, fui promovido para o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Oeiras, de entrância final. No dia 6 de agosto tomei posse desse cargo, e logo em seguida recebi a notícia de que fora acometido de um segundo CA. Do primeiro, em Deus, já me considero curado. No dia 20 de setembro do mesmo ano, deixei a amada cidade de Oeiras, que tenho exaltado em verso e prosa, para não mais a ela retornar como juiz.

Entrei de licença médica, para tratamento, recuperação e acompanhamento. O procedimento (invasivo) me causou incômodos e efeitos colaterais. Nesse ínterim, tendo idade e tempo de serviço suficiente para me aposentar, resolvi pedir minha remoção, por motivo de minha doença, que por lei é considerada grave, para a Comarca de Teresina. Esse pleito teve apenas um deferimento parcial, com a minha lotação provisória em Teresina.

Quando retornei às minhas atividades, senti que já não tinha o encantamento, o entusiasmo e a motivação, que sempre tive em toda a minha labuta judicante, mesmo quando atuei em longínquas comarcas. Por essas e outras razões, resolvi encerrar a minha carreira de juiz.

Ao pedir a minha aposentadoria, com humildade e discrição, como disse, e consciente de que nada mais fiz do que apenas ter tentado cumprir as minhas obrigações funcionais, não pude deixar de me lembrar dos magistrais versos de Manuel Bandeira: “O major morreu. / Reformado. / Veterano da Guerra do Paraguai. / Herói da ponte do Itororó. / Não quis honras militares. / Não quis discursos. // Apenas / À hora do enterro / O corneteiro de um batalhão de linha / Deu à boca do túmulo / O toque de silêncio.”

Apenas assinalo, entre outras, as seguintes diferenças: não morri, como é óbvio; não sou herói, nem sequer de mim mesmo, e não desejo o toque de silêncio, porquanto pretendo permanecer ativo em outras atividades, sobretudo em minhas lides literárias, como escrevinhador e mormente como leitor, uma vez que tenho mais a aprender do que a dizer.

Ingressei na magistratura, como já disse, no dia 19 de dezembro de 1997. Portanto, já tinha 41 anos de idade. Gozava de boa saúde e tinha muita vitalidade. Era quase, no bom-sentido, um hiperativo. Já trabalhava desde os dezenove anos de vida. Também era casado (com Fátima) e já tinha meus dois filhos, o João Miguel e a Elmara Cristina. Por conseguinte, já possuía uma boa experiência, tanto na vida pessoal como na profissional.

Acho que a experiência profissional e pessoal é importante para um bom desempenho da atividade judicante, porque torna o magistrado mais humano e com a possibilidade de encontrar mais possibilidades de soluções para os conflitos que lhe são apresentados, e entre estas, a mais adequada para cada caso concreto. Também lhe oferece o dom da empatia, ou seja, a capacidade de se colocar mentalmente no lugar e na circunstância das partes, e dessa forma compreender o que lhes vai no espírito. Com isso, o julgador jamais será autoritário, e muito menos vaidoso e cheio de empáfia.

No início do ano de 1997 sofri o mais duro golpe que um pai de família e servidor público pode sofrer. De repente, da noite para o dia, da maneira mais surpreendente possível, quando eu exercia o cargo de fiscal da SUNAB, recebi a notícia de que a minha remuneração seria reduzida para menos da metade. Eu e outros servidores havíamos ingressado com uma ação para que os expurgos de índices inflacionários não fossem aplicados em nossos vencimentos. A decisão já transitara em julgado. Contudo, com surpreendente rapidez para os padrões do Poder Judiciário, uma ação rescisória anulou a decisão que nos beneficiara.

Esse fato me deixou perplexo e extremamente angustiado, pois além das despesas normais de uma família, meus dois filhos estudavam numa das melhores escolas particulares de Teresina, o Colégio das Irmãs. Para não encompridar a conversa, diante do inelutável minha mulher vendeu uma casinha que ela tinha em Parnaíba, e eu vendi uma motocicleta e dois lotes de terrenos, que havíamos comprado a prazo.

Mas, como diz o ditado popular, quando se fecha uma porta, Deus abre outra ou mesmo outras. Um pouco depois, fui convidado por Humberto Reis da Silveira, que nesse ano completaria 50 anos ininterruptos como deputado estadual, para lhe prestar um assessoramento particular, sem nenhum vínculo com a Assembleia Legislativa. Esse ilustre homem público se tornou um dos maiores amigos de minha vida, e sempre me teve uma consideração que ainda hoje me desvanece, passados vários anos de seu falecimento. O que ele me pagava, de seu próprio bolso, mitigou os efeitos da referida decisão judicial.

Esse e outros fatos, que não irei agora abordar, contribuíram para que eu tivesse compreensão da importância do Judiciário, quando um servidor público,

fustigado por um prefeito ou governador, batia à porta da Justiça, como sua única esperança. Nunca me dobrei a prepotências e poderio, e sempre procurei agir com imparcialidade e presteza, sobretudo para o julgamento de mandados de segurança, a fim de que o humilde barnabé não fosse esmagado pelo leonino gestor público.

### 3 – CÂNCER, CIRURGIA E QUIMIOTERAPIA

Dez anos atrás, quando eu era titular da longínqua e querida Comarca de Ribeiro Gonçalves, foi descoberto que eu tinha um CA no cólon do intestino grosso. Ressalto que eu já vinha sentindo alguns transtornos há alguns anos, sem que o câncer fosse detectado.

Em companhia de Fátima, minha mulher, de minha irmã Maria José e do marido desta, meu saudoso amigo Zé Henrique, no consultório do médico Gil Carlos, hoje prefeito de São João do Piauí, recebi a impactante notícia de que tinha essa doença. Era um dia de sexta-feira. O oncologista e cirurgião asseverou que não havia tratamento, e que a única solução era submeter-me a intervenção cirúrgica. Diante do inelutável, e buscando forças em Deus, pedi-lhe fosse a cirurgia feita o mais rápido possível. Ele marcou para a terça-feira próxima, recomendando-me que fizesse mais um exame no sábado e me internasse na segunda-feira, no Hospital São Marcos.

Tudo aconteceu conforme o programado. Na terça-feira, fui anestesiado pela médica Narja Castro, então esposa do cirurgião Gil Carlos, que “covardemente” me esfaqueou com o seu mágico bisturi. A cirurgia foi perfeita, e não tive sequelas e nem complicações. Entretanto, tive dificuldade em “aceitar” a comida do hospital. Por causa desse senão, tive que passar dez dias internado.

Em minha convalescença recebi a visita de vários amigos e parentes. Aproveitei a oportunidade para lhes agradecer a solidariedade e as preces. Toda tarde o deputado Humberto Reis da Silveira me visitava. Pude, então, aquilatar a dimensão de sua estima e amizade.

O Reginaldo Costa, fundador (juntamente com Franzé Ribeiro) do jornal Inovação, do qual fui assíduo e entusiasmado colaborador, veio passar mais de mês em nossa companhia, para ajudar minha mulher a cuidar de mim. Quando ele punha a compressa no local do corte da cirurgia, eu notava que ele fechava os olhos, como se estivesse orando. Com que indizível emoção recordo esses gestos de desinteressada e exemplar amizade!...

\*\*\*

Após a cirurgia, tive que esperar o resultado da biópsia, para que se soubesse se realmente a operação cirúrgica extirpara toda a ramificação cancerosa. Certo dia, quando eu me encontrava num dos setores do Hospital São Marcos, onde fora fazer a retirada do material da sutura cirúrgica, fui avistada pelo doutor Gil Carlos, que me chamou para receber o resultado da biópsia.

O diagnóstico indicava que o meu CA atingira o estágio II, numa escala que vai até IV. Felizmente a lesão não fora muito feroz e estava bem localizada, de sorte que não havia a temível metástase. Mesmo assim ele me aconselhou a fazer quimioterapia. A isso eu fora veementemente aconselhado pelo irmão maçônico e representante comercial José Ribamar Gomes, que passara por experiência semelhante, aos oitenta anos de idade, de modo que aceitei a recomendação de bom grado.

Na época, eu não poderia imaginar que esse tratamento me causaria fortíssimos efeitos colaterais, que não desejo recordar. Apenas direi que a quimioterapia me enfraquecia o corpo e o espírito, e me provocava fortes náuseas. Chegava a me passar pela mente o desejo de desistir de tão invasivo tratamento, atitude totalmente não recomendável, pelo que cumpri a sua prescrição à risca

\*\*\*

Logo após a minha cirurgia, foi aberta uma vaga para a Comarca de Capitão de Campos. Ficando a cidade de Ribeiro Gonçalves a quase seiscentos quilômetros de distância, com boa parte da estrada quase intrafegável na época, pedi a minha remoção para essa comarca do centro norte do Piauí, relativamente perto da capital, até porque eu iria fazer um longo e incômodo tratamento.

No dia em que visitei o desembargador José Gomes Barbosa, meu conterrâneo, que me tinha grande consideração e amizade, sem que eu tenha invocado o meu estado de saúde, recebi dele a informação de que o juiz João Batista Rios, um velho e querido amigo, por ali passara, mas havia pedido que, caso eu pleiteasse a remoção para Capitão de Campos, ele deveria votar a meu favor, porquanto eu estava precisando disso mais do que ele, em virtude da situação que eu estava enfrentando.

O desembargador se disse surpreendido com tão inusitada demonstração de amizade e solidariedade. Então, para a sua mais completa perplexidade, eu lhe disse que um colega, cujo nome já não recordo, e que nem mesmo sei se terminou se inscrevendo como concorrente à vaga, me havia pedido para que eu desistisse de minha candidatura. José Gomes Barbosa disse apenas: “Não é possível... Não me diga uma coisa dessa!”

O certo é que eu, sem alardear a minha doença, e sem disso fazer um cavalo de batalha, mas apenas pedindo para que fossem observadas a minha produtividade e a minha dedicação e assiduidade, fui removido para a Comarca de Capitão de Campos,

na qual fiquei por aproximadamente três anos, até ser promovido para a de Regeneração.

#### 4 – PROMOÇÕES E LOTAÇÃO PROVISÓRIA

Assumi a Comarca de Regeneração no dia três de abril de 2007. No dia nove, eu completaria 51 anos de vida. Dentro das condições existentes, sobretudo a enorme insuficiência de servidores, me esforcei para prestar um bom serviço. Chegava cedo ao fórum, e trabalhava no turno da manhã e da tarde. Realizava, muitas vezes, mais de dez audiências por dia, por causa do tremendo aumento do número de processos, mormente os previdenciários e os que pleiteavam indenização material e moral, por motivos diversos.

Os processos em tramitação, considerando-se também os da fase de liquidação de sentença, chegaram a mais de três mil. Creio ter feito o que pude ante as circunstâncias da época, e tenho certeza que as partes e os advogados reconhecem isso, tanto que nunca foram feitas reclamações contra a minha atuação na Comarca.

No dia oito de julho de 2013, quando me encontrava de férias, fui promovido para o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Oeiras, de entrância final. Tomei posse desse cargo no dia seis de agosto. Poucos dias depois, após vários exames médicos, recebi a notícia de que fora acometido de um novo CA. No dia 20 de setembro, após cumprir o último compromisso assumido, reuni todos os servidores do JECC, e lhes dei a notícia de meu problema de saúde. Disse-lhes que entraria de licença para tratamento radioterápico, recuperação dos efeitos colaterais e eventuais sequelas, e acompanhamento através de sucessivos exames.

Após o tratamento, tendo idade e tempo de serviço e contribuição previdenciária suficientes para me aposentar, pedi minha remoção para a Comarca de Teresina, em virtude de minha doença, que por lei é considerada grave. Antes de ingressar com esse requerimento, mantive contato com os desembargadores José Francisco Nascimento e Hilo Almeida, que sempre me tiveram muito apreço e consideração, e mesmo amizade, sem necessidade de exteriorizações e visitas.

Certo dia, em que o des. José Francisco iria participar de uma sessão da Câmara a que pertence, o des. Hilo Almeida, espontaneamente, prontificou-se a me acompanhar ao gabinete da desa. Maria Eulália Ribeiro Gonçalves do Nascimento Pinheiro, então presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, para expor o meu caso. A presidente me tratou com muita atenção, e demonstrou a sua solidariedade.

Concorri a uma das vagas existentes. Quando o plenário foi decidir sobre os pedidos de remoção para a vaga a que eu concorria, o eminente desembargador Francisco Antônio Paes Landim Filho, na época Corregedor Geral da Justiça, pediu vista do processo. Após, em texto de treze laudas, muito bem fundamentado, com transcrição de dispositivos legais e de pacífica e atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, dessa forma ele exarou o seu voto-vista:

“(…)

Na espécie, tem-se, pois, uma **prerrogativa especial** do juiz, a saber, a **remoção a pedido**, colocada a serviço da proteção de uma **prerrogativa acessória**, a saber, **o próprio direito à saúde e à vida do magistrado**, que o Estado tem o dever de garantir a todos os seus cidadãos, **inclusive aqueles que o servem**, na condição de agentes públicos, colocados perante o Poder Público em **situação de sujeição especial**.

Assim, uma vez atestado pela junta médica deste Eg. TJ-PI a necessidade de transferência do magistrado Requerente para Teresina, a fim de que possa levar a diante o complicado processo terapêutico a que deve se submeter para recuperar a plena saúde, tem o referido juiz direito subjetivo à remoção pleiteada, para uma das três vagas de juiz auxiliar certificadas pelo secretário de pessoal deste Tribunal, tudo com base no art. 196 da CF, c/c o art. 36, parágrafo único, III, “b”, da Lei nº 8.112/90, aplicada supletivamente.

Desse modo, como o Requerente, diante das circunstâncias concretamente verificadas na espécie, possui direito subjetivo à remoção, por motivo de saúde, não há razão para cogitar-se de submissão de sua situação aos critérios aplicáveis à promoção por merecimento, que apenas se estendem quando não se cuida de remoção, que, segundo a lei, independa do interesse da Administração.

(…)”

Não obstante o meu pedido de remoção por motivo de saúde tenha tido a acolhida da Presidente do TJPI (relatora), do Corregedor Geral da Justiça (voto-vista) e de vários outros desembargadores, entretanto venceu, por maioria (um tanto apertada), o entendimento de que eu deveria ser lotado provisoriamente na Comarca de Teresina. Houve algumas ausências justificadas.

Contudo, no meu humilde entendimento, se o meu pedido de remoção tivesse sido deferido, seria aberta uma vaga para promoção ou remoção para o JECC da Comarca de Oeiras, o que beneficiaria a carreira de um colega, e, por outro lado, o juizado ficaria bem assistido, com um titular, o que não acontece quando um magistrado fica apenas respondendo. Além do mais, não é fora de propósito supor que algum jurisdicionado, seja por ingenuidade ou ignorância, pudesse me atribuir a culpa

por eventual morosidade, mesmo eu estando provisoriamente atuando na capital, através de decisão do tribunal.

Ao reassumir minhas atividades junto à 2ª Vara de Família e Sucessões, cuja titular é a ilustre e experiente juíza Elvira Pitombeira Carvalho, pude perceber que já não tinha o encantamento, o entusiasmo e a motivação, que mantive durante toda a minha trajetória judicante, mesmo quando atuei em longínquas comarcas, como Socorro do Piauí, Curimatá e Ribeiro Gonçalves. Por essas e outras razões, senti que Deus me sinalizava no sentido de desacelerar, de levar uma vida mais light e menos estressante. Por conseguinte, requeri a minha aposentadoria no dia 10 de outubro, na forma narrada acima.

## 5 – RELACIONAMENTO COM SERVIDORES, ADVOGADOS E MINISTÉRIO PÚBLICO

Durante os meus quase dezessete anos de magistratura, nunca tive nenhuma discussão com servidores, e nunca tive necessidade de puni-los. Ao contrário, sempre os tratei com urbanidade e consideração, e deles sempre tive o respeito e a boa-vontade. Igualmente, nunca tive desentendimentos e nem desavenças com advogados e promotores de Justiça, com uma única exceção de que tratarei adiante. Evidentemente, houve diferentes pontos de vista, o que é uma consequência natural do fato de as partes serem antagônicas. Nunca criei dificuldades para receber os operadores do direito, e sempre o fiz com cortesia e urbanidade.

Também nunca tive atrito com as partes e sempre tive o respeito e a consideração das comunidades a que servi. Inclusive, recentemente, o Dr. João Batista Rios, meu amigo e juiz aposentado, esteve em Baixa Grande do Ribeiro, termo da Comarca de Ribeiro Gonçalves, em trabalho missionário católico, onde teve boas informações a meu respeito. Várias pessoas lhe disseram que as minhas maiores virtudes eram a simplicidade e a humildade. Não sei se realmente tenho essas qualidades. Contudo, tendo deixado essa Comarca há mais de catorze anos, não posso dizer que não fiquei feliz e comovido de que os meus antigos jurisdicionados tenham guardado de mim essa imagem.

Salvo engano de minha parte, só foram manejadas uma ou duas reclamações contra mim, de que não resultou nenhuma forma de sanção. Tanto isto é verdade que, no dia nove de outubro do corrente ano, véspera de meu pedido de aposentadoria, pedi uma certidão na Corregedoria Geral, na qual consta que nunca sofri nenhum tipo de punição. Nem mesmo advertência ou repreensão.

Trato agora da exceção acima referida. Numa das comarcas em que servi havia um advogado, que era também político. Sempre elogiou a celeridade como eu tocava todos os processos, com o mínimo de formalidade possível, mormente nas causas em que não havia litígio e nas de jurisdição voluntária.

Numa importante solenidade ocorrida na cidade, em que estavam presentes três desembargadores, me fez efusivos elogios, em que enalteceu a minha imparcialidade e presteza na solução das lides, chegando mesmo ao ponto de pedir a elevação da Comarca, o que certamente possibilitaria a minha permanência por mais tempo no município.

Todavia, um pouco depois, proferi várias decisões, em mandados de segurança, que lhe contrariavam o interesse. Vários adversários políticos seus sofreram perseguições, tanto pela não nomeação para cargo público, após aprovação em concurso, como por remoções imotivadas para localidades remotas e quase inacessíveis, como ainda por redução salarial. Através de decisões, devidamente motivadas, anulei esses atos ou omissões administrativas.

A partir dessa época, por causa dessas decisões e sentenças, o meu conceito declinou em sua avaliação. Ingressou com várias exceções de suspeição, sob o argumento de que eu tinha má vontade contra o município, em virtude de que meu pai, como servidor público, teria sido removido, muitos anos atrás, por motivo de perseguição de um gestor. Ora, meu pai era servidor público federal, e nunca foi removido, exceto a pedido seu, e quando foi promovido a chefe da ECT em Parnaíba. Não manejou esse tipo de exceção nos demais processos em que atuava como advogado, sabedor de que eu jamais lhes criaria qualquer tipo de embaraço, muito menos “embargos de gaveta”, que considero uma das maiores covardias que um julgador pode cometer.

Em minha manifestação, simplesmente respondi que eu não era insano para criar uma ojeriza a um ente público, cuja razão de ser repousa na lei que o criou, e que não comete nenhuma ilegalidade ou injustiça, mas, sim, o seu representante legal. As minhas decisões foram mantidas, e todas as exceções foram arquivadas. Nesse ínterim, fui promovido, por merecimento, para outra Comarca.

## 6 – ALGUMAS DECISÕES E SENTENÇAS

Proferi inúmeras decisões e sentenças, em alguns casos interessantes, pitorescas, senão mesmo folclóricas, em vista da peculiaridade de certos casos, assim como atuei em processos de aspectos pungentes, trágicos, em que muitas vezes o ser

humano se revela em sua grandeza e miséria. Alguns desses casos jocosos foram narrados no texto *Tempos Ribeirenses*, que se encontra enfeitado na 2ª Parte deste livro, denominada *Memórias afins*.

Quando eu ainda era juiz substituto, em certa Comarca, onde servi por cerca de quatro meses, podendo comodamente deixar o caso para quando a juíza titular retornasse, até porque eu ainda era inexperiente, marquei uma sessão do tribunal do júri, em que uma dessas tragédias seria submetida a julgamento popular.

O caso, em síntese, era o seguinte: um rapaz se embriagou até cair em lugar deserto, em coma alcoólico. Outro jovem, aproveitando-se da circunstância, currou o ébrio. Não satisfeito com a sua torpeza, tratou de espalhar essa miséria humana por toda a cidadezinha. Não bastasse isso, ainda debochava da vítima, toda vez em que se encontravam, o que ocorria amiúde, em se tratando de pequena cidade.

Para o cometimento da violência sexual, o seu autor se utilizou de um óleo de peixe, para a lubrificação de seu membro, como se fora uma espécie de vaselina. Quando o molestado passava, fosse em lugar público ou não, o ofensor dizia-lhe entre gargalhadas debochativas: “Tu não vai querer de novo, não?... Olha, eu ainda tenho aquele óleo de peixe. Sobe aqui no varão!” Evidentemente, ele se referia ao varão da bicicleta. Quando o advogado da defesa se referiu a esta parte, fez um gesto, com o qual pretendia representar o órgão sexual do falecido (vítima no crime de homicídio).

Fiz o resumo dos fatos da maneira mais neutra possível, para não influenciar o conselho de sentença. Ao final, o acusado, que se encontrava preso, foi absolvido por unanimidade. Imediatamente redigi a sentença, e lhe fiz a leitura. Determinei a expedição do alvará, e que imediatamente fosse o réu posto em liberdade. As pessoas que acompanharam o julgamento ficaram contentes e vibraram.

O réu, contudo, não teve a menor expressão de júbilo, como se a liberdade de nada lhe valesse. Com efeito, parecia traumatizado pelo que o morto lhe fizera. Talvez estivesse morto desde o repugnante ato cometido pela vítima do crime de homicídio. Ao matar o seu ofensor, parece que matara a si próprio. Soube, alguns anos depois, que ele veio a cometer suicídio. Na verdade, já estava morto espiritualmente.

\*\*\*

Em outra comarca, um homem comentava haver tido relações sexuais com uma mulher casada. O digno representante do Ministério Público requereu a designação de audiência preliminar para solução do conflito. A mulher disse que desejava apenas que o autor dos fatos não mais espalhasse o boato, de que se considerava inocente, para que não ficasse prejudicado o seu relacionamento com o marido.

Entretanto, o autor disse não aceitar a proposta, uma vez que tudo era verdade, e que ele transara mesmo com a vítima. Não sei se por jactância típica do machismo nordestino, mas o fato é que preferiu ser processado a admitir que mentira em fato tão íntimo, que jamais deveria ter sido objeto de comentário.

\*\*\*

Numa cidade, que prefiro não identificar, um homem estapeou uma mulher. Na audiência preliminar, a vítima disse que perdoava o agressor, e que desejava apenas o arquivamento do feito. Contudo, já não recordo a pretexto de que, o autor dos fatos disse não aceitar o perdão da agredida, e que preferia ser processado. Como dizia uma minha tia-avó materna, “no lugar de se zangar quem limpa, quem se zanga é quem sujou”. No caso em tela, em vez de se ofender quem “apanhou”, quem se ofendeu foi quem bateu.

Tempos depois, por acaso, eu soube que esse agressor ingressara com uma ação de investigação de paternidade contra si mesmo, para provar que determinada criança, cuja paternidade a mãe não desejava ver revelada, era mesmo sua filha. Fiquei com dúvida sobre a sanidade mental do estapeador, mas então eu já não era juiz da cidade em que os fatos aconteceram.

\*\*\*

Um córrego passava pelo quintal de várias casas, no período chuvoso. Um dos proprietários, para resolver o seu problema, construiu um muro, sem deixar passagem para as águas pluviais. O muro, claro, transformou-se em verdadeira barragem, e aumentou o problema do vizinho que lhe ficava a montante. Os vizinhos não se entenderam, e o caso veio esbarrar no fórum.

Na audiência de conciliação, como o construtor do muro não aceitasse acordo, determinei que ele abrisse um buraco em seu muro, para que a água passasse, e dessa forma não alagasse o quintal do seu vizinho. Aduzi que todos os vizinhos poderiam lutar para que a prefeitura fizesse a drenagem das águas pluviais, talvez com uma simples construção de vala.

O réu era mesmo uma pessoa, ao que tudo indica, birrenta, e fez apenas um minúsculo furo, que não permitia o perfeito escoamento do córrego. Determinei, então, que o setor técnico competente do município indicasse o tamanho suficiente da abertura para a solução do litígio. Essa providência foi adotada, mas, quando eu menos esperava, o autor da ação informou que o requerido colocara um grosso tronco de madeira no referido orifício.

Diz o ditado popular que remédio de doido é doido e meio. Em decisão bem fundamentada, determinei que o suplicado tirasse o pau que tapava o buraco; que o buraco fora feito para ficar aberto; que se fosse para ficar tapado, eu não o teria mandado fazer.

Autorizei o vizinho/requerente a remover o pau do buraco, com o uso de instrumentos, caso o requerido não o fizesse, e que poderia até derrubar parte do muro, caso não conseguisse remover o tronco de madeira. Acho que o caso foi solucionado a contento, pois as partes não mais me peticionaram nada, e nem tampouco houve recurso dessa decisão um tanto anedótica, porém verídica.

\*\*\*

Em certa Comarca, da qual fui titular, existia um indivíduo, metido a político, que entre outras proezas notáveis, numa homérica cachaçada, em que mandou estourar muitos foguetes e rojões, terminou sendo apontado como responsável pela queima da palhoça onde ocorrera a histórica farra.

Em outro episódio, em que teria sido protagonista, queimou várias roupas e outros objetos de um sobrinho, pelo simples fato de que este não seguia a sua, digamos, orientação política, e fazia a propaganda de outros candidatos, que não os seus.

Nas audiências preliminares referentes aos dois fatos delituosos, a título de composição, prometeu pagar os prejuízos das duas vítimas, mas não o fez, o que parece revelar o seu caráter e índole.

Esse elemento, segundo relatado em outro processo, acompanhado de alguns capangas, verdadeiros brutamontes, tomou um carro que vendera, sob o pretexto de que o comprador atrasara algumas prestações. Achou-se, assim, no direito de “fazer justiça com as próprias mãos”, o que não é permitido pelo nosso ordenamento jurídico, como todos sabem.

O comprador ajuizou uma ação para reaver o veículo. Alegou que já pagara muitas prestações; que consertara e restaurara o carro em sua oficina, e depositou em juízo o valor das prestações em atraso. Pediu a concessão de liminar. Em decisão fundamentada, determinei que o valor da dívida fosse devidamente atualizado, e mandei que o veículo fosse depositado em mãos do autor, até a solução final da causa.

Contudo, meses depois, o carro foi apreendido numa barreira de fiscalização, uma vez que o vendedor e requerido nunca entregara os documentos do automóvel ao requerente. Maquiavelicamente, o suplicado apresentou-se aos policiais como sendo o seu proprietário e o conduziu para local ignorado.

Ante esse fato, o comprador ajuizou outra ação, na qual requereu que o vendedor apresentasse o veículo (ou depositasse o valor a ele correspondente), sob pena de prisão, já que este estava fraudando o depósito. Deferi o pedido, e assinalei prazo para que o carro fosse devolvido, o que não ocorreu.

Nesse meio tempo, esse indivíduo andou se apegando a certas autoridades (políticas), e dois pedidos me foram feitos para que visse o caso “com bons olhos”, e atenuasse as decisões contra esse elemento.

A minha eloquente resposta foi determinar a prisão desse emblemático político, que tomou rumo ignorado, de modo que, até eu deixar a Comarca, a sua captura ainda não fora efetuada. Tempos depois, uma das autoridades que intercedera por ele, como se estivesse fazendo um mea culpa e se justificando perante mim, disse-me: “Depois é que eu soube que aquele sujeito não valia nada, e que você determinou foi a prisão dele.”

Sorri e nada falei, pois não é do meu feitio tripudiar contra quem quer que seja.

## 7 – EPISÓDIOS ANEDÓTICOS OU INTERESSANTES

Ainda no início de minha trajetória de julgador, eu estava na porta do fórum, por volta de três horas da tarde, num dia de domingo, dia de eleição municipal, quando fui abordado por uns adeptos de uma coligação partidária. Chegaram ansiosos, quase esbaforidos, como se fosse um caso de vida ou de morte. Disseram-me que uma pessoa, cujo nome eles não sabiam, teria votado no lugar de outro eleitor, pois assinara no local destinado a este. Não sou, como dizem jocosamente, de emprenhar pelo ouvido, e procurei analisar o caso com calma e objetividade.

Inicialmente, lhes disse que na sessão além dos mesários estavam os fiscais dos partidos; que a pessoa deveria ter-se identificado como eleitor daquela sessão; que ele poderia ter apenas assinado a folha de votação em lugar errado; que eles sequer sabiam em quem esse homem teria votado, pelo que poderia ser um correligionário. Feitas essas considerações, disse-lhes que, se de qualquer sorte eles achassem que iriam perder a eleição por causa de um único voto e acreditassem que houvera mesmo a alegada fraude, que me dessem o nome e o endereço do suposto usurpador eleitoral para eu mandar fazer a necessária diligência e apuração do caso.

Os partidários da coligação ficaram calmos, como por milagre, prometeram descobrir o nome e o endereço do suposto fraudador, porém nunca mais retornaram.

\*\*\*

O prefeito de um município onde fui juiz instituiu uma gratificação para policiais, de modo que conseguiu atrair alguns militares para esse rincão. Entre esses soldados, destacou-se um, que se revelou exímio conquistador. Pensei tratar-se de um tipo apolíneo, mas, pelo que me contaram, tratava-se de um verdadeiro Vulcano, ferreiro mitológico coxo, célebre por sua descomunal feiura.

Certo dia, recebi no gabinete a visita de dois homens, que se disseram vítimas do soldado conquistador amoroso. Acrescentaram que ele estava desencaminhando as mulheres casadas da pequenina urbe. Após me narrarem detalhes das supostas ou verdadeiras proezas do meganha, me pediram para adotar as providências cabíveis.

Logo vi que os dois maridos eram pessoas simplórias, ingênuas. Por isso adotei uma expressão séria, quase compungida, enquanto pensava com os meus botões: embora a genitália feminina seja chamada de porteira do mundo (existindo mesmo célebre pintura com esse título), não existe porteiro-guardião para esse gênero de órgão; também não mais existem cintos de castidade.

Aliás, até se conta que um cruzado, após lacrar sua mulher com um desses cintos, a deixou sob o cuidado de um amigo. A seguir, partiu para conquistar o Santo Sepulcro. Quando menos esperava, esse santo guerreiro foi alcançado pelo “amigo”, que chegou esbaforido, resfolegando mais do que uma maria-fumaça, quase botando o bofe pela boca, sob o pretexto de que o marido não lhe entregara a chave do cinto de castidade da mulher.

Como procuro encontrar soluções para os casos que me são submetidos, após essas altas e profundas meditações, expliquei para os dois maridos que o soldado só se encontrava na cidade em virtude de gratificação dada pelo prefeito; que se o alcaide deixasse de pagá-la o perigoso destruidor de lares iria embora, com certeza.

Eles se dirigiram à prefeitura. Poucos dias depois eu tive a notícia de que o soldado voltara ao quartel de origem, e que a tradicional família local não mais se encontrava sob ameaça. Portanto, embora informalmente, contribuí para a paz social.

\*\*\*

Em certa ocasião, ainda no início de minha carreira, tive que resolver um caso no Tribunal, com certa urgência, de forma que fui envergando apenas uma camisa de mangas curtas. Quando eu ia passando por um dos corredores, dei de cara com o desembargador Albuquerque, que se encontrava com alguns juízes e outros desembargadores.

Cumprimentei-os e, em virtude de meu vestuário, tratei logo de me retirar. O des. Albuquerque reclamou de minha rápida saída. Justifiquei-me, dizendo: “Eu soube que quem anda em mangas de camisa não é bem visto pelo tribunal.” Ele, como todos sabem, é um tipo bonachão, bem humorado e de boa presença de espírito, e por isso prontamente me retrucou: “Mas você não é bem visto é se não for visto.” Ante essa jocosa acolhida, demorei-me um pouco.

\*\*\*

Outro dia, quando eu me preparava para sair do elevador, no subsolo, encontrei a desembargadora Eulália Ribeiro Gonçalves Pinheiro. Cumprimentei-a, e lhe dei passagem, mas ela, de maneira lhana, disse: “Não, primeiro os poetas.” Foi a primeira vez que eu vi a espada da Justiça se curvar perante a frágil pena da Poesia.

\*\*\*

Alguns anos atrás, quando obtive o meu abono permanência, me dirigi ao gabinete da presidência do TJPI para colher informações sobre os efeitos retroativos desse benefício, a que eu tinha direito, em face da demora a uma consulta que fora feita ao CNJ.

Encontrava-se com o presidente Edvaldo Moura o des. João Menezes. Quando este soube do motivo da minha presença riu muito, e caçou conversa: “Mas Elmar, você anda atrás de dinheiro?... Eu pensei que os poetas não precisassem de dinheiro; pensei que vivessem de brisa...”

Não me dei por achado, e retruquei o simpático ex-presidente do Tribunal de imediato, sem vacilações e sem titubeios: “Perfeitamente, desembargador, o poeta vive do éter e da brisa, mas o juiz precisa de dinheiro para sustentar o poeta.” Soltamos sonora gargalhada, e deixei o recinto.

\*\*\*

Certa ocasião, eu me encontrava numa roda de conversa, na varanda de um dos andares do tribunal. Logo depois chegou o des. Santana, que, após cumprimentar-nos, disse, dirigindo-se a mim, como costumava fazer: “Como é que vai, poeta maior?”

Estava a meu lado outro poeta, cujo nome já não recordo. O vate franziu o cenho, empertigou-se todo, retorceu-se como se estivesse com forte cólica intestinal, e, virando-se para um lado e outro, resmungou/rosnou: “É, quer dizer que eu devo ser um poeta menor...” Sepulcral silêncio acolheu as suas palavras.

Quando, um pouco depois, eu comentei o fato com o des. Santana, ele me disse que sequer ouvira o resmungo, mas abriu um largo sorriso. Sempre que nos encontramos, nos divertimos ao recordar esse episódio, que seria jocoso, não fosse triste.

\*\*\*

A caminho de Várzea do Simão, à beira da estrada, sempre procurei ver o túmulo de um homem que fora muito rico, mas que parecia insaciável, sempre desejoso de mais terras. Alguns de seus imóveis, segundo comentavam, foram adquiridos de forma ilegítima, através de logro ou fraude.

Durante muito tempo ele tentou conseguir uma pequena gleba pertencente a meu sogro João Rodrigues, dito João Simão. Chegou a simular uma falsa diligência policial para pressioná-lo a assinar um documento que forjara, mas o velho, por insistência de sua mulher, dona Filomena, não o assinou. Ante a negativa, ingressou com um processo judicial contra o pai de minha mulher, que demorou muitos anos, até meu sogro vencer a lide, através de seu advogado Luís da Graça, que ainda cheguei a conhecer.

Eu via o túmulo e ficava a meditar sobre a ambição de certas pessoas. Aquele homem desejara terras e mais terras, e finalmente poucos palmos de gleba lhe eram mais do que bastante. Nascemos sem nada trazer, e quando morremos nada podemos levar, para onde quer que possa ir a nossa alma imortal, segundo acredito.

Nas audiências assistia a muitas discussões por coisas miúdas, por pequenas importâncias. Essas pessoas bem poderiam passar sem esses bens, sem essas moedas, sem esses metais. Embora eu reconheça ter certa habilidade para mediar conciliações, entretanto vi muitas vezes um acordo deixar de ser feito por intransigência, por birra, por ganância, por apego demasiado a insignificâncias. Todavia, nunca tentei “forçar” acordos, para que depois nenhuma das partes alegasse ter sido por mim compelida a fazê-lo.

Por causa dessas reflexões e meditações, escrevi o poema A um ganancioso morto. Mandei fazer um belo banner com este texto e uma pertinente ilustração. Emoldurei e o afixei na sala de audiência dos fóruns de que fui diretor, com o objetivo de inclinar as partes aos acordos, às transigências, ao desapego de bens materiais.

Numa das audiências, em Regeneração, o médico Hermes Teixeira Nunes Filho, irmão de Maira, esposa do advogado e historiador Reginaldo Miranda, começou a copiá-lo. Disse-lhe para não se dar a esse trabalho, que depois eu lhe daria uma cópia

através do computador; ele sorriu, mas só se deteve quando copiou todo o poema. Felizmente, a conciliação teve êxito. A ilustre promotora de Justiça, com serventia naquela Comarca, Dra. Vanessa Caland, certo dia, me pediu lhe desse uma cópia desse banner para afixá-lo em certa instituição de Fortaleza, tendo eu lhe atendido a solicitação. Para matar a curiosidade do leitor, eis o texto na íntegra:

## A UM GANANCIOSO MORTO

Elmar Carvalho

Nada trouxe do útero aconchegante,  
nem dentes, nem garras, nem terra  
sob as unhas. Nada trouxe porque nada  
possuía. O útero lhe era o bastante.

Trouxe apenas  
o corpo frágil e diminuto.  
Quando se foi, nem mesmo levou  
o corpo de que se despojou.

Na desmesurada ambição,  
o mundo não lhe foi o bastante.  
Grileiro da ilusão, sempre descontente,  
insaciável permanente.

Sempre na busca de mais,  
sua medida do ter nunca enchia.

Buraco negro voraz,  
incessantemente novas coisas absorvia.

Hoje, onde jaz,  
de nada mais necessita.  
Sua cova é o útero, assaz suficiente,  
para o seu corpo decadente.

\*\*\*

Havia um advogado, numa das comarcas em que servi, que parecia ter alguma mágoa de algum julgador que passara por lá. Amiúde me perguntava sobre o meu estilo e sobre o modo como eu me relacionava com os causídicos. Ele, na sua linguagem um tanto desabrida, dizia que havia magistrados que não apenas pensavam que eram deuses, mas tinham certeza quanto a isso.

Eu lhe respondia que comigo ele não precisava ter preocupação, pois eu já entrara na Justiça vacinado contra a chamada juizite (uma espécie de inflamação ou também inflação do ego do magistrado), e ademais cultivava a humildade. Certo dia, precisei resolver um problema do fórum na prefeitura, da qual ele era assessor jurídico. Na frente da prefeita, que era sua sobrinha, mais uma vez ele me perguntou se eu era como certos juízes que se “achavam” mais do que um deus.

De imediato, sem perda de um segundo, lhe obtemperei: “Olha, doutor, comigo você não precisa se preocupar. Em primeiro lugar eu sou um homem e um pai de família, em segundo, sou um poeta, e em terceiro, é que sou um juiz.” A prefeita, seus assessores e secretários soltaram altissonante gargalhada, e o advogado não mais me questionou sobre isso.

Posteriormente, uma amiga me ligou de Brasília, um tanto preocupada, uma vez que eu ainda estava no início de minha carreira, sem ter ainda a vitaliciedade, para me dizer que essa história fora contada ao des. Rezende, de forma descontextualizada, como se eu estivesse menoscabando o meu cargo.

Contei-lhe o fato anedótico, narrado acima. Expliquei-lhe o contexto em que o dissera. Acrescentei que fizera isso para descontrair o nobre advogado, para que ele não mais tivesse nenhum tipo de prevenção em relação a mim. Contudo, reafirmei que acima de tudo eu era um ser humano, e não isso ou aquilo; que o poeta nascera antes do juiz, e era uma vocação que vinha desde os meus dez anos, mas que tinha orgulho de meu cargo, e procurava bem exercê-lo.

Entretanto, sempre preferi honrar o meu cargo, do que por este ser honrado. Fiquei triste e decepcionado de que uma pessoa, distorcendo os fatos, colocando-os fora do contexto em que eles aconteceram, tenha se prestado a fazer fofoca com algo dito por simples chiste ou blague, não sei se por maledicência ou por falta do que fazer.

\*\*\*

Pratiquei o futebol até completar dezoito anos de idade. Depois, por motivo de serviço e estudo, não mais joguei, a não ser em raríssimas e excepcionais ocasiões. Ao ingressar na magistratura, ainda fiz parte do time da Amapi, mas me contundi, e não mais pratiquei o esporte bretão. Segundo a “crônica especializada” fui um bom goleiro, com atuações quase sempre boas ou regulares.

Tanto isso é verdade que, quando o Dr. Alfredo Nunes, ex-presidente da CBF, me entregou um distintivo dessa Confederação, que muitas vezes usei na lapela de meus ternos, esclareceu que o estava me dando porque tivera notícia de que eu fora um bom goleiro do futebol amador. Para comprovação do que afirmo, é bom que sejam lidas duas crônicas sobre futebol que integram a 2ª Parte desta obra.

Particpei de um campeonato em São Luís, fazendo parte da equipe da Amapi. Quando fomos nos hospedar, terminei ficando sozinho num apartamento, pois muitos colegas viajaram com suas esposas. Esse apartamento tinha uma porta conjugada, podendo dar acesso para outra unidade habitacional. Tive o cuidado de verificar se ela estava realmente trancada, para evitar qualquer tipo de surpresa.

Numa das tardes, após o almoço, fui para o meu apartamento, para tirar um cochilo, antes de voltarmos ao campo de futebol. Quando eu já estava começando a mergulhar numa soneca, fui impedido pelos altos alaridos, fungados e gemidos de uma mulher, que gritava a plenos pulmões “ai, ai, ai, estou morrendo! Ai, ai, assim você me mata”, como na música do Michel Teló. Se aquela mulher não estivesse subindo pelas paredes, com certeza poderia ser uma grande atriz da Globo. Esse escandaloso alvoroço acabou por me tirar completamente o sono.

Contei o caso para alguns colegas, que riram muito, e tentaram me encher a paciência com insinuações brincalhonas. No ônibus, fiquei na parte da frente, mas logo notei umas gargalhadas no fundo do veículo. Não demorou muito, me chamaram, sob o pretexto de que o des. Rezende, que nos acompanhava nessa excursão futebolística, na qualidade de aguerrido cartola, queria falar comigo. Rindo muito e bastante bem humorado, o desembargador me perguntou (em palavras mais cruas), se eu não praticara o vício solitário.

Respondi que não; que resistira bravamente.

\*\*\*

Encontrava-se preso na cadeia de Regeneração um rapaz de apelido Bispo. O Dr. Nestor Rios requereu a sua liberdade, sob a alegação de que o suposto crime fora cometido sem violência, e que o jovem preenchia os requisitos necessários para a concessão do benefício. Além do mais, argumentou que o Bispo não furtara propriamente, mas apenas vendera o objeto com a finalidade de se pagar de dívida laboral a que faria jus, vez que o proprietário do comércio lhe devia esse tipo de verba.

Em face da argumentação e das provas anexadas aos autos, determinei a soltura do acusado, mas adverti que, caso o Bispo viesse a cometer novo crime, nem a pedido do Papa eu voltaria a lhe conceder esse tipo de benefício.

\*\*\*

Na época em que ingressei na magistratura, estavam na moda umas ações com as quais o autor pretendia substituir garantias dadas aos bancos por pretensas pedras preciosas ou por supostos e antigos títulos da dívida pública, alguns do tempo do império, sob o argumento de que as primeiras eram verdadeiras e vendáveis, e os segundos, hígidos e negociáveis.

Indeferi todas essas ações. Meu fundamento praticamente se resumia a uma única e simples pergunta: se eram tão bons (os títulos ou as pedras) quanto o autor afirmava, por que este mesmo não os negociava, para com o dinheiro apurado pagar sua dívida, e assim resgatar a garantia dada?

\*\*\*

Para honra minha, o meu poema Noturno de Oeiras teve notável acolhida por parte dos oeirenses. Foi publicado em revista, em livros, em banners e em sítios internéticos. No You Tube podem ser vistos dois vídeos desse poema. Versos seus foram citados em discursos, crônicas, calendários, etc. Aparece no documentário sobre a Kátia Tapety e no sobre o Dia do Piauí, realizado por uma das TVs de Teresina. Numa das solenidades comemorativas do 24 de janeiro, data magna de Oeiras e uma das magnas datas do Piauí, foi magistralmente interpretado pelo ator Bonifácio Lima, entre as colunas e as naves da Catedral de Nossa Senhora da Vitória.

Quando o des. José Luís Martins de Carvalho, então presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, em 1998, inaugurou a reforma do fórum de Oeiras, o Bonifácio, em grande estilo, fez magnífica interpretação desse poema. Foram apoteóticos os aplausos após a encenação.

Nesse mesmo dia, estive na casa de dona Alina Rosa, mãe de vários amigos meus, na qual estava hospedado o des. José Luís, onde, se bem me lembro, eu, meu pai, o Bonifácio e a promotora de Justiça Verônica Sales tomamos café. Depois nos deslocamos para o Cine-Teatro Oeiras, onde ocorreria a solenidade e a encenação de meu poema. No saguão do teatro, comentei com o meu pai que havia, por esquecimento, deixado meu terno na casa de dona Alina.

Então, de maneira muito simpática e cortês, o coronel Ferdinando de Araújo Milanez, dirigiu-se a mim e disse que o seu ordenança iria buscá-lo. Conversei com ele, antes do evento, e notei que aparentava ser uma pessoa atenciosa, educada e de expressão afável. Não mais o reví. Quando, tempos atrás, pedi notícias suas a uma pessoa de Picos, para minha tristeza e consternação, soube que teria falecido.

Permanece em minha retentiva a sua lembrança, e a recordação daquele gesto de bondade e lhaneza de uma pessoa que sequer me conhecia.

## 8 – EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E AMBIENTALISMO

Algumas campanhas idealizei ao longo de minha vida, inclusive durante a minha trajetória de juiz. Durante a minha presidência na União Brasileira de Escritores do

Piauí – UBE, gestão 1988/1990, lutei para que os restos mortais do poeta Da Costa e Silva fossem trasladados para sepultamento na sua Amarante. Utilizei como argumento seu próprio pedido expresso nos versos: “Terra para se amar com o grande amor que eu tenho!/ Terra onde tive o berço e de onde espero ainda/ Sete palmos de gleba e os dois braços de um lenho!”.

Esse desiderato não foi alcançado por falta de interesse das autoridades da área cultural, bem como também da família do vate. Essa luta foi retomada, alguns meses atrás, pelo amarantino Virgílio Queiroz, e eu a ela aderi quando exercia a titularidade da Comarca de Regeneração, contígua à de Amarante, conforme pode ser visto na crônica Monumento e memorial ao poeta Da Costa e Silva, inserta na 2ª Parte deste livro (Memórias Afins).

Ainda em minha gestão na UBE-PI, contando com o apoio irrestrito de todos os meus companheiros de Diretoria, pugnei para que a Literatura Piauiense fosse insculpida como disciplina obrigatória na Constituição Estadual de 1989. Levei essa proposta ao deputado Humberto Reis da Silveira, relator-geral dessa Carta Magna. Esse pleito foi coroado de êxito, através do artigo 226 de nossa CE. Contudo, esse dispositivo precisa efetivamente ser posto em prática pela Secretaria Estadual da Educação, para não ficar como verdadeira letra morta.

Como juiz de Direito, ao observar o crescimento de atos infracionais e o cometimento de crimes por adolescentes e jovens, mormente com a proliferação do tráfico e do uso de drogas, lutei, nas comarcas de que fui titular, para que os municípios criassem espaços culturais, dotados de biblioteca, videoteca e pequeno auditório-teatro, para uma benéfica ocupação do jovem.

Também defendi a tese de que, com os recursos humanos e materiais já existentes (saguão dos colégios, auditórios, quadras esportivas, professores, servidores, pedagogos etc.), as prefeituras poderiam criar uma espécie de 2º turno escolar, com a criação de torneios esportivos intercolegiais, gincanas culturais, concursos literários, jornais literários (murais e/ou impressos), sites, oficinas de pintura, de música e de dança, bem como outras atividades que indiquei. Essas ocupações contribuiriam para tirar os adolescentes e jovens do ócio (que, segundo dizem, é a oficina do diabo), o que possibilitaria o conseqüente distanciamento das drogas, lícitas ou não.

Não preciso dizer que tive como resposta a mais absoluta indiferença dos gestores municipais.

Mais recentemente, voltei-me para o ambientalismo, sobretudo para a defesa do rio Parnaíba, que é, a meu ver, o mais importante patrimônio natural de nosso Piauí. Por essa razão, planejei a realização do Encontro em Defesa do Rio Parnaíba, com a participação de um congressista, para que as sugestões pudessem ser repercutidas no Congresso Nacional, inclusive, quiçá, com a adoção de medidas legais e previsões orçamentárias.

Contei com o necessário apoio do confrade Nelson Nery Costa, presidente da Academia Piauiense de Letras, que me encarregou de organizar o seminário. Busquei o apoio da Associação dos Magistrados Piauienses, através de seu presidente, juiz

Leonardo Lúcio Freire Trigueiro, e do Grande Oriente do Brasil-Piauí, por intermédio do poderoso irmão Francisco José de Sousa, eminente Grão-Mestre.

O Encontro em Defesa do rio Parnaíba teve boa divulgação, e foi realizado no dia 17 de maio, sábado, no auditório da APL. Discursaram o acadêmico Humberto Guimarães, versando o tema “O rio Parnaíba na Literatura Piauiense”, o deputado federal José Francisco Paes Landim, que proferiu a palestra “Em defesa do rio Parnaíba” e este memorialista, que desenvolveu o tema “Rio Parnaíba – Problemas e Soluções”. A pedido do Dr. Celso Barros Coelho escrevi um resumo de meu discurso, para que ele publicasse no jornal Pastos Bons, do qual ele é diretor. Essa matéria se encontra enfiada na parte Memórias Afins deste memorial.

Nas comarcas onde trabalhei, proferi algumas palestras culturais e cívicas, em que preguei o bem, o bom e o belo. Nelas eu dizia que o homem é uma obra em construção, e que deve buscar o autoaperfeiçoamento, através da generosidade, do altruísmo, da caridade e do amor, nas quais eu sempre acrescentava que a marcha do ser humano deve ser para frente, para cima e para Deus.

Em suma, parafraseando São Paulo: combati o bom combate, terminei a minha carreira (na Justiça) e, apesar de eventuais reveses, ainda guardo a fé.

## 9 – COMARCAS EM QUE TRABALHEI

Na qualidade de juiz substituto, trabalhei nas cidades de Piracuruca, na qual iniciei a minha carreira, como juiz auxiliar do titular Dioclécio Sousa, em Socorro do Piauí, Inhuma, São Pedro do Piauí, Curimatá e Teresina, na então vara única do Tribunal do Júri, como auxiliar do Dr. Orlando Martins Pinheiro, magistrado culto, bem-humorado e exímio contador de casos anedóticos, durante aproximadamente quatro meses.

A fim de evitar redundâncias e excrescências, informo ao leitor de que na segunda parte coligi textos que falam na minha estada em Piracuruca e em Curimatá.

\*\*\*

Após a minha serventia de menos de mês na comarca piracuruquense, fui designado para responder plenamente pela de Socorro do Piauí, no começo de fevereiro de 1998.

Fui tomar posse desse cargo em companhia de meu irmão Antônio José. Era uma longa jornada, de cerca de quinhentos quilômetros. Passamos pela cidade de Oeiras, seguimos até a entrada de Simplício Mendes, e a seguir percorremos uma péssima estrada até a pequena cidade de Paes Landim.

Daí em diante, praticamente não mais havia estrada; a que ainda existia se encontrava cheia de buracos e erosões. Em certos locais, o “papo” de meu automóvel

tocava o chão, por mais cuidado que eu tivesse, por mais malabarismo automobilístico que eu fizesse.

Após subir e descer vários morros, enfrentar íngremes ladeiras e descidas, finalmente chegamos a Socorro do Piauí. Era, então, uma pequenina cidade, de luzes mortíferas, rodeada de colinas ao longe. Na época, não possuía nenhuma agência bancária e nenhum ônibus fazia linha até ela, talvez por causa do estado deplorável da estrada.

Quando meu irmão retornou para Teresina no dia seguinte, senti-me completamente abandonado. Por esta razão, passei a trabalhar e a fazer leituras jurídicas como um desesperado. Isso me foi muito importante, já que eu não tinha nenhuma experiência processual, posto que eu, por ser fiscal da SUNAB, não poderia advogar. Por todas essas circunstâncias, passava um final de semana nessa cidade, e outro em Teresina. Dormia no fórum, mais precisamente no gabinete do juiz, que tinha um aparelho de ar condicionado.

Quando as chuvas se tornaram mais fortes, um longo trecho da estrada se transformou num lamaçal, verdadeiro charco e atoleiro, senão mesmo uma armadilha, em que o automóvel, mesmo a baixa velocidade, ziguezagueava para a esquerda e para a direita, como uma cobra ensandecida. Eu tinha de aplicar verdadeiros golpes de direção para o carro não entrar no matagal. Uma pane, em determinada região, seria uma catástrofe, pois quase não passava veículo, e havia quilômetros e quilômetros sem uma casa sequer.

Mesmo assim guardo uma espécie de saudade dessa época em que eu iniciava minha carreira de juiz, aos quarenta e um anos de idade, ainda cheio de esperança, de entusiasmo e de fé nos homens e na vida.

Foi Socorro do Piauí a minha mítica Macondo.

Certo dia de domingo, de manhã cedo, ao caminhar melancolicamente por uma rua quase deserta da pequenina urbe, presenciei uma inesperada revoada de borboletas amarelas, que reverberavam à luz do sol. Segui em frente, já alegre e encantado, com as borboletas bailando em torno de mim, como se eu estivesse no reino do surreal, ou tivesse adentrado o realismo mágico e/ou fantástico de Cem Anos de Solidão e outros feitiços.

\*\*\*

Já vitalício e promovido a juiz de Direito, fui titular das Comarcas de Ribeiro Gonçalves, Capitão de Campos (ambas de Entrância Inicial), Regeneração (Entrância Intermediária), e do JECC de Oeiras (Entrância Final). Com exceção de Capitão de Campos, o estimado leitor encontrará informações sobre a minha atuação nas demais comarcas na 2ª Parte desta obra.

Quando assumi a Comarca de Capitão de Campos, em 2004, ainda sentia os incômodos da cirurgia (colectomia parcial) e mormente da quimioterapia, a que tive de me submeter, conforme já relatei. Mesmo assim empreguei todo o meu esforço e determinação com o objetivo de desenvolver um bom trabalho.

Ao iniciar a minha serventia, expliquei, informalmente, ao escrivão Atualpa Júnior, inteligente, zeloso e diligente servidor, como era o meu estilo de trabalho. Disse-lhe que não era adepto do formalismo e do excesso burocrático, e que acima de certas exterioridades, de meras aparências extrínsecas e formais, o que eu achava importante era agir com imparcialidade, justiça e celeridade.

O Atualpa, além das virtudes acima mencionadas, tinha as da sinceridade e da franqueza, e me disse admirar certo magistrado, cujas sentenças e decisões ele considerava de alto nível. Não contestei e nem me chateei. Apenas apliquei na Comarca o meu estilo de então e de sempre.

Entretanto, quando fui promovido para Regeneração, alguns anos depois, o Atualpa Júnior, com a sua franqueza e sinceridade de sempre, reconheceu que eu estava certo, e que o mais importante era o juiz agir com justiça e com a possível celeridade.

É que em muitos casos a perfeição e a beleza de uma decisão judicial repousam mesmo é na rapidez e na justiça, ainda que o decisum seja dado à mão, ainda que os seus fundamentos sejam sintéticos.

## 10 – OBSERVAÇÕES SOBRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Sendo formado em Administração de Empresas e tendo sido servidor público por mais de 39 anos, desejo fazer algumas considerações sobre a administração pública. Minhas observações aplicam-se aos três poderes, em nível federal, estadual e municipal; algumas são anedóticas, jocosas, mas bastante sérias e pertinentes em seu emblemático e ácido simbolismo.

Tenho verificado, como cidadão e como julgador, que os princípios constitucionais quase sempre não são seguidos. Muitas obras são construídas e muitos atos são praticados sem observância da legalidade, da publicidade, da impessoalidade e da moralidade administrativa. Quanto à eficiência, não preciso dizer que quase todas as gestões públicas, por um motivo ou por outro, se caracterizam exatamente pela ineficiência e falta de criatividade. Em lugar da propalada transparência, muitas vezes acontece a ocultação, a simulação e a dissimulação. Não irei entrar em detalhes. Os fatos e denúncias, diariamente, são expostos pelos meios de comunicação.

As administrações públicas deveriam seguir planos e metas plurianuais, que não sofressem solução de continuidade, com a mudança do mandatário, porquanto devem ser contínuas e impessoais, mesmo porque as obras mais caras são as inacabadas e as que não são devidamente conservadas e restauradas. Mas cada administrador quer impor o seu estilo, as suas preferências, as suas idiosincrasias, e principalmente os seus interesses pessoais... E muitas vezes realizam uma gestão mesquinha, paroquial, voltada para a sua aldeia e para o seu clã.

Quanto um gestor assume, trata logo de mudar até a posição das cadeiras do gabinete, com o que pretende demonstrar que tem a personalidade forte, mesmo que logo depois as recoloca no local anterior. Muitas vezes, faz apenas um faz de conta, um mudar para não mudar.

Uma das maiores virtudes do administrador é a designação de pessoal, ou seja, saber escolher bons assessores, e colocar o homem certo no lugar certo. Contudo, não raras vezes, o gestor, em sua mesquinhez e miséria, tem medo de que os seus auxiliares tenham mais brilho que ele, e dessa forma prefere se cercar de apaniguados, bajuladores e medíocres, que lhe batam palmas sempre e lhe digam sempre amém. Alguns desses homens se consideram oniscientes e infalíveis, quando, na verdade, são apenas desprovidos de autocrítica e senso do ridículo.

Muitos se comprazem em fazer o mal, em contrariar os subordinados e administrados, mesmo ao arrepio da lei. Existiu um deles que gostava de fazer o contrário do que se lhe pedia. Sabendo disso, um recém contratado lhe pediu para ser lotado em qualquer lugar do Maranhão, menos em Tutoia. O administrador o lotou exatamente nessa cidade. Era o que o empregado queria, pois ali nascera e ali moravam os seus pais.

Outro gestor fez uma reunião para ouvir as sugestões dos membros de sua diretoria, mas foi logo advertindo que sabia o que deveria ser feito, e que era ele quem mandava. Acho, salvo engano, que esse mesmo dirigente convocou uma outra reunião, para que lhe fossem apontadas as carências do órgão, porém ordenou que ninguém lhe falasse em falta de pessoal. A pessoa que me contou esse caso disse que imediatamente deixou o recinto, pois o único problema do setor que ele dirigia era a insuficiência de servidores.

Assisti a uma solenidade de posse, décadas atrás, em que um dos oradores disse que a chefe que estava saindo era autoritária e tinha as mãos de ferro. Quando ele terminou de falar, a ex-chefe o interpelou com estas palavras: “Fui mão de ferro, sim, porque consegui te segurar em teu cargo por todos esses anos.” Por isso mesmo, de minha parte, sempre preferi tratar com maior cortesia os que desceram a escadaria do poder, do que os que estão a subir, que certamente contam com muitos prestimosos acólitos.

O discurso mais curto que já houve talvez tenha sido o de um servidor público, um tanto bisonho, que, do alto de sua megalomania simplória e de sua empáfia, ao tomar posse de um cargo meramente burocrático, bradou: “Sou um homem de poucas palavras, mas de muita ação. Tenho dito.”

Uma das mazelas da administração pública é a aposentaria, tanto com relação aos cálculos atuariais, para custeio da folha dos aposentados, principalmente em face do aumento da expectativa de vida, como pela falta de isonomia entre a remuneração dos ativos (que é quase sempre maior, com a criação de abonos de permanência, gratificações e outras vantagens), e os proventos dos inativos. Isso faz com que muitos servidores não possam ou não queiram aposentar-se.

Outros não o fazem porque não desejam perder o “prestígio da caneta”. Outrora, uma alta autoridade declarou que não iria se aposentar, pois não desejava

que na entrada de sua casa nascesse capim. Como quase não recebo visitas, não tenho preocupação com esse último problema. De qualquer sorte, a frente de minha casa já se encontra devidamente calçada e cimentada.

A burocracia excessiva e o formalismo exacerbado também contribuem para que o serviço não tenha celeridade. Esses fatores aliados a um chefe mesquinho podem criar entraves e embaraços monstruosos.

Um amigo meu pleiteou certo benefício funcional a que tinha direito, muitos anos atrás, quando não havia internet, e os serviços de correios e telefones eram deficientes. Por causa disso, tomou um avião e seguiu com o processo ao Rio de Janeiro, sede da administração central de sua repartição. Dirigiu-se ao chefe do departamento competente e expôs o caso, explicando que viera pessoalmente para evitar os morosos gargalos da tramitação burocrática.

O diretor o ouviu atentamente. Perguntou se ele tinha pressa, tendo meu amigo respondido que sim. Depois, de próprio punho, exarou o despacho. O meu velho e saudoso amigo, que outro não era senão o professor universitário, erudito, grande tribuno e escritor José de Ribamar Freitas, perguntou se poderia lê-lo, tendo o homem respondido que sim.

O professor Freitas, estarrecido, completamente desnortado, verificou que o diretor mandava fosse o processo devolvido à repartição de origem.

São por estas e outras razões, que a administração pública em terras brasílicas seria uma comédia, não fosse uma tragédia.

## 11 - EPÍLOGO

Fechemos estas memórias. Findei a minha carreira, mas, como já disse, creio haver combatido o bom combate. Não tenho remorsos ou arrependimentos de minhas decisões, porque jamais agi de má-fé. Também não tenho a pretensão de haver julgado meu semelhante.

Julguei somente a questão que foi discutida nos autos, à luz das leis humanas e das provas que as partes conseguiram produzir. Esforcei-me para agir com imparcialidade e justiça. Se não alcancei esse sublime desiderato, em alguns casos, é porque sou humano, limitado e só uso 10 % de minha cabeça animal, como na música de Raul Seixas.

Não fui e nunca desejei ser herói. Nunca sofri ameaça em minha profissão. Assim, Deus me livrou, no exercício de meu cargo, do sentimento do medo. Tive cautela quando o momento era para ter cautela, tive audácia quando o momento a requeria, sobretudo para evitar que o menor, que o mais frágil, que o mais pobre fosse esmagado pela força dos mais ricos e poderosos. Nos momentos mais difíceis, orei, e Deus me protegeu com o seu escudo invisível e invencível.

Encerro esta parte de minhas confissões com as mesmas palavras com que encerrei o meu discurso de posse na Academia Piauiense de Letras:

“Por último, quero deixar consignado que a marcha da humanidade é para frente e para cima, infinitamente, eternamente em ascensão para Deus, em contínuo aperfeiçoamento, e que um dia Deus nos receberá em seu regaço, puros e redimidos, como parte integrante de seu corpo místico. Creio que as quedas e as imperfeições, que as evoluções e os retrocessos, que os avanços e os recuos fazem parte de um plano divino e perfeito, como são divinos e perfeitos os giros alucinantes dos elétrons, as rotas luminosas dos cometas e as órbitas sincronizadas das esferas celestiais. E algum dia compreenderemos esse plano maravilhoso, quando estivermos com Deus e em Deus.”

## II – MEMÓRIAS AFINS

### ORAÇÃO À VILA DE SÃO GONÇALO DA REGENERAÇÃO

De Regeneração sempre guardei preciosas lembranças, de quando aqui estive no auge de minha adolescência, em companhia de meu amigo Otaviano, filho de João Capucho e dona Consolação, que aqui residiram. A nossa vinda, a bordo de um velho ônibus da empresa Jurandi, foi precedida de uma carta brincalhona de aviso aos nossos futuros anfitriões, em que havia uma propaganda enganosa, porquanto a missiva dizia que eu era parecido com famoso galã das telenovelas de então. De qualquer sorte, dancei e namorei neste prédio, que na época era a sede do clube social da cidade. Tomei umas boas talagadas de calibrina, a ouvir o cantor José Augusto, cujos versos da letra ainda repercutem insistentemente em minha retentiva: “Eu quero apenas carinho/ o sol brilhando pra mim/ não quero viver tão sozinho/ por que tudo está contra mim?” Naqueles idos a poesia me desabrochava na alma com violenta intensidade, e eu parecia ter os nervos expostos, com a emoção aflorando à flor da pele, o que me fez escrever versos tão sentimentais. Nessa saudosa viagem de meu adolescer, pude contemplar a transição de caatinga e cerrado, e pude vislumbrar o início da Chapada Grande. Vi também um cemitério campestre. No meu retorno, escrevi um poema, que falava de um “agre e agressivo agreste”, de escombros de sepulturas e de cruces decepadas. Perdi esse velho texto. Mas ele foi o embrião de outros poemas que escrevi, inclusive os Noturnos oeirenses, tão do agrado dos amigos da Velha Mocha. Nos dias de hoje, sempre revejo, à margem da BR, pitoresco campo santo rural, coberto por telheiro, certamente para que os mortos não sejam perturbados em seu sossego e sejam protegidos da inclemência do sol e dos açoites dos temporais. Depois, estive aqui outras vezes, de passagem, a serviço da extinta SUNAB. Jamais poderia imaginar que nesta terra haveria de exercer a judicatura e escrever poemas e crônicas, que certamente hei de coligir em futura obra literária.

Quando vim tomar posse de meu cargo, no dia três de abril de 2007, pude perceber novamente o encantamento desta terra. Era na época das chuvas, e o verde mais verde verdejava aos revérberos dos raios solares. As faveiras estendiam seus galhos sobre a estrada de acesso à cidade, com as suas folhas caprichosamente filigranadas, como minimalistas obras de delicada ourivesaria. Era verdadeira alameda, quase um túnel de folhagem, que ainda hoje me deslumbra. Aliás, essas faveiras de bolota me fazem viajar ao país encantado de minha infância, em que eu arrancava suas flores exóticas, de longa e flexível haste, que eu girava com força, como se fosse uma funda na mão de um infante David, e a arremessava com força em direção ao céu. A flor ou bolota seguia para o alto, com o pedúnculo estendido para trás, como se fosse um cometa ascendente; ao atingir o ápice do voo, descrevia uma parábola, e se transformava numa estrela cadente, talvez a me advertir pela voz dos símbolos, que tudo nesta vida passa, que as glórias fenecem, que as flores são efêmeras. Contudo, na sucessividade da vida e das gerações, as árvores reverdecem e reflorescem, e a vida se reproduz e se multiplica. Talvez ainda existam, vicejando nessas quebradas, nessas

várzeas e chapadas, pequizeiros, paus-d'arco, umburanas, angicos, tamboris e aroeiras do tempo de Cabral.

Nesta Canaã do Mulato, na primeira fase em que foi cabeça de Comarca (1841 a 1861), exerceram a magistratura notáveis figuras da História Piauiense, das quais citarei: Antônio Borges Leal Castelo Branco, que também foi jornalista e político, e é patrono de cadeira da APL; Antônio de Sousa Mendes Júnior, primeiro piauiense a ser membro do Supremo Tribunal Federal; José Mariano Lustosa do Amaral, que foi desembargador em Goiás, deputado e presidente interino da província do Piauí. Seu nome foi dado à principal avenida de Amarante. Com a restauração da Comarca, no ano de 1947, foram juízes desta divisão judiciária, entre outros: Raimundo Campos, natural de Oeiras. Seu nome orna o Fórum desta Comarca. Numa época de tanta ganância por poder e dinheiro, causa estranheza esse ilustre juiz não ter aceitado governar o Piauí e nem ser alçado a desembargador do Tribunal de nosso Estado, o que mostra a sua estatura moral; Álvaro Brandão, depois promovido a desembargador, exerceu a chefia do Poder Judiciário do Piauí. É pai de Carlos Brandão, juiz federal, cidadão digno, dinâmico, coordenador geral do CENAJUS, que está a concluir doutorado; Geraldo Majella de Carvalho, meu parente pelo lado paterno. Ele e seu irmão, o médico Sebastião Aécio de Carvalho, casaram-se com irmãs regenerenses, senhoras Maria Augusta e Maria Bernadete. Foi um dos fundadores e professores do Ginásio da CNEC. Ajudou a fundar a Academia de Letras do Vale do Longá e a Academia Maçônica de Letras, das quais foi o primeiro presidente. Fui seu aluno na UFPI. Subsecretário de Administração do Piauí. Principal articulador de meu ingresso na Academia de Letras do Vale do Longá. Dominando como poucos a retórica, recebeu-me no sodalício com belo discurso, que tanto emocionou meus familiares. Como coroamento de seus dias, teve comovente sepultamento, em que o amigo e conterrâneo Monte Filho proferiu belas palavras, e o filho Geraldinho, aos acordes de violões, entoou maviosa melodia, acompanhado pela cantora lírica Conceição Farias. A música era do doutor Geraldo, escritor e compositor de mérito. Exerceram a judicatura nesta Comarca Oton Lustosa e William Palha Dias, ficcionistas de largos recursos, escritores de vastos cabedais, meus confrades na Academia Piauiense de Letras. Foi meu antecessor o honrado e ilustre juiz Francisco João Damasceno, amigo de velha data.

Fui acolhido pelo Dr. Carlos Washington, douto e zeloso promotor de Justiça, que, com a sua indefectível elegância e fidalguia, já me havia recebido na longínqua Curimatá, quando ali aportei como juiz substituto. Poucos meses depois, veio substituí-lo a não menos douta e elegante Dra. Itanieli Rotondo, dinâmica e perfeccionista, que ora recebe o Título de Cidadã Regenerense, cuja solenidade é também compartilhada pelo Dr. Wildson Barbosa Lima, chefe do Cartório Eleitoral, inteligente, zeloso, probo, de invulgar capacidade e espírito de iniciativa. Responde agora pelo Ministério Público o Dr. Cláudio Soeiro, filho dileto da Ilha de Upaon-açu, estudioso e correto no cumprimento de suas atribuições. Devo acrescentar, por senso de justiça e gratidão, que a nossa Comarca conta com servidores zelosos, dedicados, prestativos e cumpridores do dever. Sendo apenas seis, declino-lhes os nomes: Rosário, Lúcia, Rausthe, Francisco, Luiz e Olívio. A Comarca conta hoje com o defensor público Ivanovick Pinheiro, professor universitário, culto e competente.

Em virtude de minha faceta literária, gostaria de fazer referência a emblemáticas figuras da Literatura Piauiense, nascidas neste rincão, embora em apertadíssima síntese: Manuel Paulo Nunes, por duas vezes dinâmico presidente da Academia Piauiense de Letras, estilista primoroso e articulista da melhor cepa, de quem já tive o ensejo de dizer: “Crítico literário percuciente e perspicaz, mercê de sua vasta erudição e acuidade intelectual, que lhe permitem dissecar, com proficiência e precisão a obra objeto de sua investigação e análise literária”; Gomes Campos, professor da UFPI e do Seminário Arquidiocesano. Assessor pedagógico da Escola Técnica Federal (atual CEFET). Ganhou importantes prêmios teatrais. É considerado um dos maiores teatrólogos piauienses. Sua obra prima é a peça Auto do Lampião no Além; Dionísio Gonçalves Vilarinho era uma ampla promessa literária. Vida trágica, dramática mesmo, fez pacto de morte com a amada Cleide, tendo ambos cometido suicídio porque a família da noiva não aceitava o romance; Reginaldo Miranda, cidadão regenerense, por vocação e por título de cidadania, casado com Maira, filha desta urbe, escritor de vastos dotes, um dos maiores historiadores piauienses, membro da APL; Socorro Santana, musicista, escritora e poetisa, ajudou a fundar e presidiu a Academia de Letras do Médio Parnaíba; Nileide Soares, radialista, incentivadora e agitadora cultural, escritora talentosa, tem destilado, através de sua pena hábil, narrativas encantadoras; José Teixeira, um dos melhores ficcionistas deste solo, e Abelardo Teixeira Nunes, procurador de Justiça, professor universitário e poeta inspirado.

Relevantes personagens da política de nosso Estado, nascidos ou radicados nesta florescente e eterna Vila de São Gonçalo da Regeneração, abrilhantaram o parlamento nacional e provincial. Dentre outros, citarei: Joaquim Ribeiro Gonçalves, deputado federal e senador da República, em duas legislaturas; Cônego Carino Nonato da Silva, deputado provincial e membro do Conselho de Intendência Municipal; Capitão Osório José Baptista, deputado estadual e constituinte, e Cônego Francisco José Baptista, pároco de Amarante e deputado estadual. Merece citação à parte o coronel Raimundo Gomes da Silva (Doca), líder maior da emancipação regenerense, que comandou a política local, de forma hegemônica e incontestada, de 1892 a 1930. Em tempos mais recentes, a política estadual foi reforçada por ilustres representantes deste município, como Francisco de Paulo Teixeira Nunes, prefeito e deputado estadual; Gonçalo Nunes, prefeito e deputado estadual; Alfredo Nunes, deputado estadual, procurador de Justiça, prefeito e liderança nacional, em virtude de ter presidido a CBF, e, em consequência, dirigido a Seleção Brasileira; Wilson de Andrade Brandão, deputado estadual, secretário estadual de Cultura e presidente da APL, e, contemporaneamente, os deputados estaduais Xavier Neto e Wilson Nunes Brandão. Outras eminentes personalidades, cujos nomes são de todos conhecidos, tiveram relevante papel na História Regenerense.

A História de Regeneração é tão antiga e tão rica de fatos importantes, que mereceu alentado volume de 394 páginas, escrito pelo notável advogado, escritor e historiador Reginaldo Miranda. Nesse importante livro, estão contadas as sagas dos índios e do cacique Bruenque, figura quase mítica, cuja história singular se confunde com as nuances lendárias, que o tempo e o povo lhe atribuíram, como corolário de sua trajetória heroica. Essa História remonta a setembro de 1772, quando João do Rego Castelo Branco aqui instalou o aldeamento de São Gonçalo do Amarante, que teve

1.237 índios da nação Acoroás. Vários deles foram preados em região situada no vale do Tocantins, quando cantavam e dançavam em certa madrugada. A fim de não dispersar as famílias dessa etnia, o cacique Bruenque, depois de firmar acordo com João do Rego e o governador Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, conseguiu levar 876 Acoroás para as cercanias de Oeiras. Esses índios foram depois aldeados nas proximidades das nascentes do Mulato. Em virtude de o pacto não ter sido cumprido, com a dispersão de familiares dos índios e de maus tratos, houve várias deserções; a segunda, liderada pelo cacique Bruenque. Foram os indígenas escorraçados e dizimados pela fúria brutal e genocida de João do Rego e de seu filho Félix do Rego, à frente de suas tropas. Pela imperiosa necessidade de síntese, devo apenas acrescentar que Regeneração, pelas vicissitudes e percalços da história, seja como vila, cidade, município ou comarca, foi várias vezes criada e extinta. Em 1934, foi restaurada como vila e em 1938 foi elevada à categoria de cidade. De 1841 a 1861 foi cabeça de Comarca. Em 1947 voltou novamente a ser sede desta jurisdição.

Ao ouvir os maracás das favas, sacudidas pelo vento, que faz as faveiras requebrarem em graciosa dança, recordo os índios Acoroás, que tanto gostavam de música e de dança, o que talvez tenha contribuído para que Regeneração tenha um forte pendor musical. Fico triste ao recordar que os índios destas plagas, que outrora perlongavam os cursos sinuosos do Mulato, do Canindé e do Parnaíba, que confluem nas imediações da bucólica e garrida Amarante, foram impiedosamente dizimados a ferro e fogo, deles não restando nenhum para testemunhar a saga de sua raça, como no poema I Juca Pirama, de Gonçalves Dias, em que o velho guerreiro repetia aos curumins: “Meninos, eu vi”.

Desde que assumi esta Comarca, passei a residir no Pingo d’Água. Ao lado desse condomínio, existe pequena floresta de quase meio quarteirão, que termina amenizando a temperatura. O certo é que, nas noites de junho, sinto bastante frio, o que me faz recordar os imortais versos do excelso bardo amarantino Da Costa e Silva: “Noites de junho... O caburé com frio, / Ao luar, sobre o arvored, piando, piando...” Na frente do apartamento, pontifica vultosa palmeira. Imerso no silêncio das nostálgicas e frígidas madrugadas, quando o vento a fustiga implacavelmente, por vezes me perco no tempo e no espaço, como se mergulhasse no torvelinho de um buraco negro, que me levasse a outra dimensão. Sinto-me transportado ao litoral parnaibano de minha juventude de tantas recordações e de saudades tantas, através desse rumor musical da ventania nas palmas farfalhantes do coqueiro, que imita o marulho das ondas e o bramido do mar. E meus versos, impregnados de salsugem e maresia, marulham em minha memória. Quando o vento é mais forte, tenho a sensação de que esteja a cair um temporal, e me surpreendo quando abro a porta e constato que não chove, que tudo não passa do clamor das árvores da pequena floresta, sob os açoites da ventania. Às vezes, ao romper do dia ou ao crepúsculo, escuto a corneta de um pavão, no alto do poleiro, a alardear e a desfolhar o leque de sua cauda deslumbrante.

Como retribuição a esta oferenda do povo regenerense – povo bom, ordeiro, trabalhador e educado, faço questão de assinalar – fui conhecer as nascentes do Mulato. O boa praça Raimundinho, que promovi a soldado PEREIRA, porque pereira é madeira de lei, que bem poderia servir de cassetete na repressão aos fora da lei, foi

testemunha do meu novo batismo, pois, empunhando uma cuia, em evocação aos índios, pajés e caciques da antiga aldeia de São Gonçalo de Amarante, me rebatizei regenerense com as águas dessa vertente preñe de história, lendas e mistério. Esse brejo, que mais parece um jardim, como sempre, mantinha-se borbulhante, como se fosse um fervedouro e as águas frias estivessem em ebulição, ou como se nas suas entranhas fecundas o Criador houvera mergulhado imperecível e gigantesco “sonrisal” ou “alka seltzer”, a destilar pela eternidade as suas borbulhas efervescentes e incessantes.

Certa manhã, em que eu estava um tanto apreensivo com as responsabilidades de meu cargo, ao sair do apartamento senti uma brisa suave, refrescante e revigorante afagar-me o rosto, em toque tão sutil quanto efêmero. Pedi ao Senhor para que essa aragem me tocasse novamente, para que eu a sentisse como um sinal de sua proteção. Mas Deus é sumamente sábio em seus desígnios, e é muito discreto, tanto que é invisível, conquanto seja mais flamejante que a mais rutilante luz, através de suas obras, e não responde a caprichos humanos. Não fui atendido, embora ainda sinta essa aura afagar-me a face. Entretanto, quando cheguei próximo ao fórum, vi passar, em harmoniosa revoada, um bando de grandes aves de arribação. Coincidência ou não, sinal ou não, as aves migratórias fizeram uma coreográfica curva, passaram sobre o ponto em que eu estava, e fizeram o roteiro inverso. Senti como se fosse uma mensagem do Grande Arquiteto do Universo. Segui em frente, e continuei a desempenhar as minhas atividades com entusiasmo, fé e confiança, esforçando-me em fazer o certo e o justo. Não sou falastrão, e muito menos fanfarrão, mas afirmo que assim tenho procurado agir, buscando forças em Deus e em minha própria consciência.

É chegada a hora de agradecer ao excelentíssimo presidente desta Augusta Câmara Municipal, vereador Neto Leal, cidadão simpático, cordato, de natural lhaneza e fidalguia, imbuído do espírito de bem servir ao seu semelhante, o elevado triunfo de ser Cidadão Honorário de Regeneração, que teve a acolhida de seus excelentíssimos pares, aos quais igualmente transmito os meus sinceros agradecimentos.

Para não correr o risco de cair em falta, nada devo prometer, exceto que continuarei a me esforçar para bem cumprir meus deveres funcionais, sem partidarismo e sem paixões, a não ser a paixão e o amor pela Justiça, que acredito tenha sido a razão maior da concessão do título, que procurarei honrar e respeitar, em meu coração e em meus atos, para que possa ser considerado um bom regenerense.

São Gonçalo da Regeneração, 30 de abril de 2009.

1 - Discurso pronunciado no dia 30.04.2009, no plenário da Augusta Câmara Municipal de Regeneração, quando da entrega do Título de Cidadão Regenerense a José Elmar de Mélo Carvalho, aprovado em 16.05.2008, por proposta do Exmo. Sr. Raimundo Leal da Costa Neto (Neto Leal). Na mesma solenidade, receberam a honraria a promotora de Justiça, Dra. Itanieli Rotondo, e o chefe do Cartório Eleitoral, Dr. Wildson Barbosa Lima. Eram vereadores da Legislatura 2005 a 2008: Raimundo Leal da Costa Neto, Manoel Henrique Alves Teixeira, Eduardo Alves Carvalho, Francisco Assis de Sousa Santos,

Francisco da Cruz e Sousa, Heloide Barbosa da Silva, Nestor Virgílio Monteiro Moreira Ramos, Irene Batista de Jesus Silva e Francisco das Chagas Santos.

2 – As referências a pessoas no discurso são apenas reduzida amostragem, meramente ilustrativa e exemplificativa, uma vez que Regeneração tem centenas de filhos ilustres.

#### TEMPOS RIBEIRENSES (\*)

No último dia de fevereiro de 2000, tomei posse como titular da Comarca de Ribeiro Gonçalves, e no mesmo dia retornei a Teresina, em virtude de minhas férias que teriam início em março.

Já nessa primeira viagem, da tela panorâmica da janela de um velho ônibus empoeirado, comecei a observar com muita atenção a paisagem das plagas ribeirenses, tão diferentes dos tabuleiros e descampados, ornados da graciosidade dos talhes esbeltos das dançantes carnaubeiras de minha Campo Maior, dos vastos campos maiores. Via os pequizeiros e os característicos “folhas largas”, de escura e grossa casca rugosa. Contemplava o azul distante das serras a contrastarem com o azul do céu e com o verde do cerrado.

Ao assumir os serviços de minha judicatura, procurei cumprir com zelo, esforço e dedicação as minhas funções, e, sobretudo, com imparcialidade. Os que conheceram o meu trabalho reconhecem esse meu esforço. Sempre busquei ser o melhor juiz que a minha capacidade de trabalho, discernimento, inteligência e limitações pudessem alcançar. Fiz o que, nas circunstâncias e condições oferecidas, me foi possível fazer.

Vários textos de minha autoria, tanto em verso como em prosa, foram concebidos nas viagens entre esta cidade e Teresina, pois enquanto contemplava a paisagem, os bandos de periquitos, a corrida das emas e seriemas e eventualmente outros animais, alados ou não, a minha imaginação muitas vezes entrava em ebulição, em que esses textos, prosaicos ou poéticos, foram gerados.

Observando a paisagem e os animais, bem como as estrelas e as nebulosas, quando a noite aniquilava tudo o mais, foi cometido o meu poema Viagem, que também nasceu nas vezes em que eu ficava na praça principal de Uruçuí, sozinho em um banco, a contemplar o lusco-fusco e o surgimento tímido das estrelas. Esse poema é na verdade uma oração ao Supremo Arquiteto do Universo. O meu poema Canção pastoril de um urbanoide decaído começou mesmo a ser elaborado nessa última cidade, utilizando-me de um lenço de papel oferecido por uma lanchonete da rodoviária.

Por longos anos almejei escrever um poema sobre a chuva, com suas enxurradas e trovões. Esse poema explodiu em meu cérebro num dia chuvoso em que cheguei à agência do Sr. Aarão, em Ribeiro Gonçalves. Como eu desconfiasse de que o aguaceiro não pararia tão cedo, fui a pé, debaixo de chuva, encharcado nos ossos e na alma, dessa parada até o fórum, afagado e quase afogado pelos pingos tão frios. Choveu durante toda a semana, de modo que o meu poema Chuva foi feito, literalmente, debaixo de chuva.

O meu texto A ilha do sonho e do encanto, misto de crônica e conto, nasceu de um sonho que tive dentro do ônibus, quando seguia para minha Comarca, e que terminou abruptamente, no momento em que acordei sobressaltado com um forte solavanco provocado por uma cratera da estrada. É um tanto surreal, mas a realidade, às vezes, é mais surpreendente e onírica do que o próprio surrealismo.

No meu período ribeirense, observando a grande quantidade de carroças existentes em Uruçuí, tracionadas por jumento ou burro, resolvi escrever uma crônica sobre jumento, como era um antigo desejo meu. Fui coadjuvado pelo irmão Elson, que me narrou a história pitoresca e engraçada do fabuloso jegue Pimenta, que, pelo visto, era uma legítima pimenta malagueta e jamais de cheiro.

Nesses tempos ribeirenses, gostava de acompanhar, nas horas de folga, da porta do fórum ou do seu pátio, o voo majestoso e aristocrático dos urubus, suas evoluções graciosas de perfeitos dançarinos aéreos, seu balé irretocável, tendo como teatro a amplidão dos ares e como cenário o azul do céu e o branco das nuvens, e gostava de vê-los pousados em um frondoso e colossal angico branco, que ficava um pouco à esquerda do meu campo de visão, fincado na encosta do morro em frente, em que as casas se dependuravam em hábil e elegante malabarismo. Por isso, quando mataram, de forma estúpida e cruel, uma grande quantidade dessas aves, em Teresina, elaborei, entre aquela cidade e Ribeiro Gonçalves, uma crônica em que vergastei essa chacina monstruosa.

Durante meus quatro anos de Ribeiro Gonçalves, frequentei, com relativa assiduidade, a Loja Maçônica Celso Antunes. Dessa loja maçônica são assíduos frequentadores os poderosos irmãos Elson Antunes, seu atual venerável, irmão de coração de ouro de muitos quilates; Aníbal Carvalho, árvore frondosa, de densa sombra e suculentos e doces frutos, erudito e tribuno inspirado e admirável; Francisco Modesto Barbosa, modesto apenas no nome, mas um gigante na capacidade de trabalho; Joel, pedreiro também na vida profana, a desbastar a pedra bruta que todos nós carregamos; Tenente Wilson, inteligente e espirituoso, a forjar piadas no “repente” do imprevisto; José Pinto, cordato, entretanto um verdadeiro carcará da maçonaria, a defendê-la com denodo e garra, mas sempre com elevação; Hugo Torres, advogado acirrado e inteligente, empresário, ex-venerável, em cuja gestão foi iniciada a construção do templo físico da maçonaria, posto que o espiritual já existe e é

admirável; Ubiratan Ribeiro, que vem se revelando como um maçom dedicado e zeloso, assim como seu filho, Marcos; Joveraldo, sempre preocupado com o seu aperfeiçoamento maçônico, na busca incessante do polimento da pedra, e também com o crescimento da loja, cioso de seus deveres na vida profana. Completando a constelação de maçons vontadosos e dignos, cito ainda Otoni, Gilmar, José Ricardo, Arenaldo, Tomaz, Arimatéia e Cícero. De já peço desculpas por alguma involuntária omissão. Além de mim, maçom que precisa e muito desbastar a pedra bruta, eram maçons visitantes os estudiosos, assíduos e de amplos conhecimentos iniciáticos, verdadeiros mestres e paradigmas de todos nós, os irmãos Antônio Carlos e Ulisses, que exerceram sucessivamente a gerência do Banco do Brasil, dinamizando-a e expandindo-a.

O tenente Wilson sempre era o mocinho, nos episódios anedóticos de que era o protagonista e herói vitorioso. Somente num caso que me contaram, pelo menos na versão contada, o tenente levou a pior. Estava ele muito preocupado sobre se ia chover, como todo nordestino que se preza, quando apareceu uma pessoa vinda de uma localidade rural. Imediatamente o tenente perguntou-lhe se choveria, ao que essa pessoa respondeu, sem titubear: “Ô, Wilson, eu venho é da Bacaba, não é do céu, não!” O tenente ficou perplexo, boquiaberto, sem uma resposta pronta, como era de seu estilo bem humorado.

Tive a subida honra de ter o meu poema Mística transcrito em uma bela placa, que será afixada no templo maçônico, em fase terminal de construção, por iniciativa do então venerável Hugo Torres, e que teve o respaldo posterior do atual venerável Elson e dos demais irmãos.

Nesses tempos ribeirenses, participei de alguns eventos culturais, literários, maçônicos e cívicos, tendo tido a oportunidade de lançar livro de minha autoria, bem como participar do lançamento de outros livros, no caso do escritor e historiador Adrião Neto, cujo evento articulei, com o apoio da maçonaria e da prefeitura. Nesses eventos discursi e entoei versos de minha autoria. Pude pregar o bem, o bom e o belo, que devem ser o desiderato de nossa vida.

Durante minha serventia, a quantidade de processos aumentou muito, com o crescimento dos projetos agrícolas, com a valorização da terra, com as relações comerciais motivadas pela crescente produção de soja. Na verdade, foi uma consequência natural do progresso e do desenvolvimento econômico da região.

Para mim foi uma honra servir nesta Comarca onde serviram o grande escritor, ficcionista, folclorista e paremiologista Fontes Ibiapina, juiz digno, honesto, honrado e humilde no trato pessoal, também professor competente, que tive o gáudio de conhecer em Parnaíba, onde exerceu a judicatura literária no jornal Folha do Litoral, e o excelso poeta Júlio Antônio Martins Vieira, célebre e celebrado autor do épico Canto

da Terra Mártire, que foi por largos anos emérito professor. Não podendo sugerir o nome de Fontes Ibiapina, que já era patrono do fórum de Cocal, sugeri o nome do poeta, professor e magistrado Júlio Antônio Martins Vieira, através da douta corregedoria de Justiça, na gestão do Des. Osíris Neves de Melo Filho, para que fosse dado ao fórum de Ribeiro Gonçalves o seu nome honrado, cujo nome fora aprovado, por unanimidade, em reunião que convoquei, com a presença do prefeito João Antunes, de representantes da Câmara Municipal e da maçonaria, e de outros segmentos da sociedade. A sugestão foi acolhida, também a unanimidade, pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.

Eram advogados residentes na Comarca os ilustres doutores Hugo Torres e Benedito Martins Guimarães. Com o primeiro, fiz um passeio na lancha “voadora” do Carlão (Carlos Alberto), venerável da loja maçônica e gerente do Banco do Brasil, que, logo que cheguei para assumir meu cargo, fora promovido para a agência de Picos. Nesse passeio pude ver toda a beleza das margens preservadas do Parnaíba, o imortal “velho monge” do poeta Da Costa e Silva, refertas de verdejantes árvores que se debruçavam sobre o leito do rio, nas quais saltitavam inquietos e simpáticos macacos e as graciosas aves dos cerrados, com seus cantos maviosos. Paramos no remanso de uma pequena ilha paradisíaca, de areias brancas, macias, quase flocos de diáfanas nuvens. Pescamos, digo, o doutor Hugo pescou à sombra de imponente e copada mangueira. Pescou alguns peixes, pequenos é verdade, mas pescou. Não é estória de pescador, não: meninos, eu vi – como asseveraria o poeta Gonçalves Dias. Comemos numa casa de um ribeirinho, num recinto de chão batido, que era também uma rústica sala de aula, cuja professora era a dona da casa. Ali havia um menino, de seus oito anos, que me olhava de vez em quando, com curiosidade, talvez com o imaginário aguçado por estar vendo um juiz em carne e osso, no mister prosaico de comer uma frugal, mas saborosa refeição. Depois, eu soube que o menino comentou, quando o prefeito João Antunes esteve nessa casa, que eu não era como certo morador da redondeza, que comia uma verdadeira montanha de carne, feijão e arroz, com rápida e admirável voracidade; que eu fazia um prato pequeno, comia devagar e mastigava bem o alimento. Apenas, teve a franqueza infantil de acrescentar que eu deglutira quatro pratos! De qualquer sorte, me elogiou, ao dizer que desejava proceder como eu fizera...

Na minha judicatura nesta circunscrição judicial, fui ajudado, com muita dedicação e boa-vontade, por todos os servidores, que se excederam em esforço e zelo, entre os quais recordo os nomes de dona Conceição, Nilza, Barbosa, Márcia e Toinha, além de dona Marilene, uma espécie de assessora para assuntos aleatórios.

Como já falei, o Dr. Benedito Martins Guimarães, ótima e agradável pessoa, com sua cabeleira muito branca, aparentando macios flocos de algodão, era um advogado residente na Comarca. Digo residente na Comarca porque ele se hospedava

com o seu sogro, logo no outro lado do rio Parnaíba, numa casa antiga, em cuja frente se erguia uma majestosa árvore, parece-me que amazônica, senão na origem pelo menos no tamanho gigantesco, ao lado de um morro, em cujo cimo se enxergava um abrigo para os bodes. Conversávamos muito, algumas vezes, quando o Dr. Benedito desfiava os seus “causos” pitorescos e engraçados, ou quando debulhava o rosário de suas lembranças, algumas remontando a sua infância. Numa de suas peraltices, foi, literalmente, capar um felino, com uma linha, mas terminou estripando-o, quando suas vísceras foram se desenrolando como um novelo de meada. Uma vez, por um ato falho, chamei o Dr. Benedito de Expedito. Ele me corrigiu, em sua maneira lhana. Respondi-lhe que ele era esperto e ligeiro, e que, por conseguinte, era também Expedito, já que o santo desse nome era exatamente o defensor das causas urgentes. Certa feita, eu e o Dr. Afonso Aroldo fomos convidados por ele para um passeio em sua chalana, pelas barbas aquosas do “velho monge”, com destino a uma de suas propriedades, onde iríamos degustar um bode. Quando chegamos ao ponto de embarque o Dr. Benedito já nos esperava, em companhia do piloto e do “berrante” que iríamos almoçar. Esse caprino desmoralizou o ditado que afirma bode embarcado berrar muito. O bode comportou-se como um lorde. Não esperneou, não berrou e morreu contrito e silencioso como um mártir. Nunca vi caprino mais educado e estoico.

Sem dúvida, atuei, em Ribeiro Gonçalves, em muitas causas importantes e de alta complexidade, como provam várias de minhas sentenças. Entretanto, gostaria de comentar três casos humildes e simples, mas pitorescos e quase anedóticos, revestidos de certa dose de humor. Num deles, uma família questionava uma casa. A mãe e as filhas contra o pai. Como ambas as partes fossem paupérrimas e nada mais possuíssem, decidi-me por fazer uma justiça um tanto salomônica, e determinei que o oficial de justiça Barbosa, que na verdade era um “faz-tudo”, inclusive sendo uma espécie de arquiteto prático, promovesse a divisão da casa, da maneira mais funcional e menos danosa, traçando a linha divisória, em que uma das partes ocuparia um lado e a outra parte ficasse, obviamente, do outro lado. A decisão deu certo, pois nunca mais fui procurado por nenhuma pessoa dessa família. Em outra causa, foram discutidas umas bananas. Ora, banana sempre foi tida e havida como algo sem valor, tanto que se fala pejorativamente em preço de banana, em república de banana, em sujeito banana. Nesse episódio, uma mulher destruiu uma pequena plantação de bananeiras, na margem de um rio, alegando ali ser o porto de sua canoa. A vítima ingressou com uma ação indenizatória. Em minha decisão mandei que o serventuário, com a ajuda de um técnico agrícola, fizesse o cálculo de quantas bananas a plantação produziria, e o preço, pelo valor corrente no mercado, total dessas frutas, cuja importância seria acrescida de 20%, a título de multa “pedagógica”.

O advogado do requerente ingressou com embargos declaratórios, alegando que eu omitira vários serviços e despesas feitas pelo seu constituinte. Respondi –

declarando a sentença – que se o objetivo do requerente era a produção das bananas e se mediante cálculo eu mandei que estas fossem indenizadas, ainda com o acréscimo da multa, não necessitaria falar em despesas, já que a finalidade dessas era a referida produção. O decisum alcançou o seu desiderato, vez que não houve recurso. O último caso curioso que desejo mostrar é o seguinte: um rapaz fez sua casa perto da residência de uma sua parenta, em terreno desta, sem cerca divisória. Depois de algum tempo, a parenta se agastou com a vizinhança, já não me recordo por qual motivo. Essa senhora se mostrava irreduzível e intransigente no desejo de afastar o parente. Apareceu-me o Pedro Trolete, me afirmando que já contribuía para evitar pendengas judiciais, apaziguando os desafetos, e que se comparecesse à audiência de conciliação resolveria o problema, com uma proposta que faria, apesar de não ser parte. Não obstante a oposição ministerial, permiti sua participação, pois o que me interessava era a solução do conflito, e não o apego a um formalismo a meu ver desnecessário naquele caso e circunstância. O Pedro propôs ajudar o rapaz a construir outra casa, em um mês, em terreno seu. Essa proposta foi aceita pelas partes. Pedro, que não era pedra, mas diamante sem jaça, cumpriu a promessa e o conflito foi solucionado, que é o que interessa à Justiça.

Durante minha estada nesta Comarca, foram representantes do Ministério Público os doutores: Maciel, conhecido como o promotor cantor, pois além de cantor é ainda hábil compositor, já tendo lançado mais de um cd com as suas belas melodias; muito preocupado com questão de saúde, tendo muita cautela com alimento e mudança de temperatura, principalmente por força de ar condicionado, dele dizia, brincando, o doutor Almir, meu antecessor, que ele deveria viver numa “bolha”; sei que vivia no mundo da realidade dos autos e no mundo encantado da música. Afonso Aroldo, um tanto tímido, de natureza humilde, mas um gigante para o trabalho, pois, acumulando mais de uma comarca, muitas vezes o vi varar as madrugadas, debruçado sobre os autos e a digitar os teclados do computador, quase se extenuando no cumprimento do dever. Araújo Cesárea, muito preparada, inteligente e de largo conhecimento teórico, igualmente ciosa de seus deveres e prerrogativas funcionais. Com todos eles tive saudável convivência, sem nenhum tipo de animosidade ou exacerbamento de ego ou vaidade, que pudesse prejudicar a harmonia e interdependência que deve haver entre a magistratura e as atribuições ministeriais.

Tive, recentemente, a elevada honra de haver sido comunicado oficialmente, pelo ilustre amigo Adovaldo Medeiros, de ter sido eleito, por unanimidade, para membro honorário da Fundação Leôncio Medeiros, cujas finalidades são educativas, culturais e de promoção social. Essa honraria não alimentará a minha vaidade, mas será um forte estímulo para que eu procure fazer mais e melhor nas minhas áreas de atuação, sobretudo a literária, a que venho me dedicando por quase toda a minha vida, porquanto ela desabrochou em mim quando eu tinha dez anos de idade e até hoje me acompanha de forma incontestável e determinada.

Pretendia somente deixar Ribeiro Gonçalves por motivo de promoção para outra entrância. Acometido de um CA, tive que fazer uma cirurgia (colectomia parcial) e tratamento de quimioterapia; por esse motivo, pleiteei uma remoção por merecimento para uma cidade mais próxima de Teresina, e a consegui, por unanimidade. As ciladas da vida e os desígnios de Deus são inelutáveis, e a eles nos devemos submeter sem relutância, aperfeiçoando nosso espírito com a resignação nobre, diferente do conformismo mesquinho dos que não sabem ou não querem lutar.

Carlos Drummond de Andrade disse que a sua Itabira era apenas uma fotografia pregada na parede, mas como doía. Manuel Bandeira afirmou que iam derrubar sua casa, mas que seu quarto ia ficar de pé, suspenso no ar. Alguém, de forma igualmente feliz, disse que trazia seu torrão natal tatuado na alma. O escritor piauiense Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, naturalmente da mesma família do epônimo desta cidade, dizia que, não podendo permanecer na sua Amarante, a trazia numa fotografia fixada na sala de sua casa.

Inspirando-me em todos eles, direi que trago a aprazível e bucólica Ribeiro Gonçalves no escrínio de minha memória, nos escaninhos das circunvoluções de meu cérebro, no relicário de minha alma e nas gavetas ventriculares de meu saudoso coração.

*(\*) Palestra proferida no dia 14.11.04, em Ribeiro Gonçalves, por ocasião da solenidade de instalação da Fundação Leôncio Medeiros, oportunidade em que tomei posse do cargo de membro honorário dessa entidade educativa, cultural e de promoção social.*

## EXORTAÇÃO À JUSTIÇA E À BONDADE

No livro “O Jardim das Rosas”, de Saadi, encontra-se a emblemática passagem em que um pastor teria pedido ao pai lhe ensinasse a bondade, ao que este lhe teria respondido: “Sê bom, mas que a tua mansidão não faça o lobo tornar-se audacioso.” De igual modo, diria que nós, os juízes, devemos também ser bons, mas com as devidas cautelas, ainda mais agora em que os ogros e elfos, desconformes e canhestros, andam, afoitamente, com os dedos tortuosos e sujos, apontando pretensas mazelas da Justiça, para depois, a exemplo do que já faziam dantes, incorrerem em maiores e mais danosos pecados.

Devemos sempre ter em mente que aqueles que nos procuram para solução de conflitos, via de regra, já tentaram por vários outros meios, mais rápidos e econômicos, a sua resolução, e que, quando batem à porta da Justiça, batem como sendo a última porta da esperança, e que por isso mesmo não os podemos

decepcionar, porquanto só aqueles que se defrontam com o limbo do inferno dantesco são despojados de toda esperança.

A balança da Justiça há de restar sempre soerguida, limpa e altaneira, e devidamente ajustada pelo prumo e pelo esquadro, para que os pratos se mantenham no equilíbrio da imparcialidade.

Quando tomei posse de meu cargo de juiz junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em solenidade singela, contudo para mim memorável, disse que uma dúvida me assaltava naquela ocasião: sobre o que seria mais importante, se a justiça, se a bondade. Mas eu próprio resolvi o aparente paradoxo da equação, ao dizer que quem era bom era justo, e quem era justo necessariamente teria que ser bom.

Todavia, hoje me assalta novamente a mesma dúvida, ao lembrar-me da história de Judas, que fustigado pela sua consciência implacável, talvez o último resquício da centelha divina que ainda lhe restasse, ao tentar ser justo, sendo juiz e algoz de si próprio, expiando sua culpa com o enforcamento, deixou de ser bom para consigo, perdoando-se a si mesmo e buscando o perdão do Mestre traído, mediante uma vida de bondade e de arrependimento.

Porém, no desespero e no orgulho, preferiu optar por uma justiça inexorável, sem bondade e sem perdão para consigo mesmo, o que me faz novamente enxergar que a justiça e a bondade não se excluem, mas, ao contrário, se completam e se sublimam. E isto até o nosso ordenamento jurídico, a jurisprudência e a doutrina entendem, quando assinalam o princípio da bagatela e o estado de necessidade, que atenuam e de certa forma justificam alguns pequenos delitos, cometidos em certas circunstâncias.

A consciência que está em todos nós, e que estava em Judas, no momento do salto e do laço fatal, é um semáforo divino, que nos alerta sobre os perigos e armadilhas do pecado, mas que, semelhante a um sinal de trânsito, não nos impede de avançarmos indevidamente e entrarmos na delinquência e na prática de ações reprováveis. Aliás, dizem que, quando a consciência é frequentemente desrespeitada e violada, termina por se tornar insensível, e leva o homem a sua degradação total e sem retorno, em que ele mergulha nas profundezas abissais dos pecados hediondos, progressivos e sem freios, numa espiral ascendente e em expansão.

Dizia o mestre Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, que os pecados são virtudes enlouquecidas. Isto porque o que se chama pecado, quando sentido e praticado de forma sutil e diminuta, é virtude, tanto que a soberba, a gula, a luxúria, a inveja são extrapolações do amor próprio, do apetite, do sexo e da admiração. Há quem diga que o anjo decaído amava tanto e tanto admirava o Onipotente que ousou desejar ser um seu igual. Assim, devemos estar em perpétua vigilância para que as

nossas virtudes não se transformem em vícios, pela incúria e pelo superdimensionamento.

O grande estadista do Império, Nabuco de Araújo, pai do não menos ilustre Joaquim Nabuco, dizia que preferia um juiz desonesto a um juiz destituído de inteligência, porque, na sua avaliação, um magistrado corrupto só errava nas causas em que tivesse interesse, ao passo que o honesto, mas desprovido de inteligência, cometeria muitos erros, em face do seu despreparo. Por outro lado, em sentido oposto, conta-se que Anatole France, ao proferir notável conferência sobre as qualidades que deveriam ornar um julgador, não se referiu à honestidade. Indagado sobre a aparente omissão, respondeu que não falava ali senão a magistrados honestos, porque um juiz corrupto não era efetivamente um juiz, mas alguém que deveria ser tratado em matéria penal.

Compartilho desta última opinião, porquanto entendo que um julgador corrupto terminará, como uma metástase ou como uma infecção generalizada, por macular o próprio conceito de Justiça, e por levá-lo a ter cada vez mais interesses escusos nos processos, por força da ganância e da elasticidade degenerativa de sua degradação, ao passo que um juiz probo, embora não quinhoado com os fulgores de uma inteligência portentosa, através de seu esforço e zelo na persecução do justo e da verdade real, alcançará dar soluções corretas aos litígios, uma vez que não faz parte de sua índole tirar a razão de quem tem para dar a quem não a tem. De qualquer modo, tenho plena convicção de que os juízes iníquos são uma pequena minoria, que jamais há de empanar o brilho e a glória do Poder Judiciário.

Sou um otimista. Acredito que no filme da luta entre o bem e o mal, os mocinhos vencerão os bandidos, porque as trevas não podem prevalecer sobre a luz. Onde a luz chega, as trevas, em fuga, desaparecem. O bem sempre dominará o mal, pois a marcha da humanidade é para a frente e para o alto, e o seu desiderato maior é o bom, o bem e o belo. Por isso existe o amor, o mais nobre e sublime dos sentimentos.

Onde existe o amor, existem a bondade, a caridade e a justiça, e essas virtudes interagem entre si e se retroalimentam, e fazem surgir o resplendor e a glória de um círculo virtuoso. Inclusive, o culto e inteligentíssimo São Paulo dizia que, ainda que tivesse os mais importantes dons e falasse a língua dos anjos, sem o amor nada seria. Embora haja controvérsia a este respeito, tenho para mim que o amor deve ser colocado acima da caridade, pois quem tem realmente amor tem disposição para a prática das virtudes, inclusive a caridade, ao passo que esta, desprovida do excelso sentimento, pode ser apenas hipocrisia e demagogia, ou até mesmo vão comércio, na esperança de uma futura e improvável recompensa divina.

Exorto os colegas juizes para que prossigamos com fé, esperança e coragem em nossa luta para que a Justiça humana seja realmente justa, porque um dia, talvez no dia do Juízo Final, haveremos de nos defrontar com a balança do Supremo Julgador, ao qual nos teremos de submeter. E que, nessa ocasião, a palavra tequel, entrevista pelo rei Baltazar, em seu opíparo banquete, inserta na frase “mene, mene, tequel, ufarsim” (Daniel, 5:25-27), cujo enigma foi revelado pelo profeta Daniel, em sua tradução para “Pesado foste na balança, e foste achado em falta”, não seja por nós avistada.

Sim, porque em vez desta palavra, embebida de profunda iniquidade, queremos que, ao passarmos pela balança incorruptível e exata do Criador, não sejamos achados em falta, e que a sua espada flamejante e gloriosa não caia sobre a nossa cabeça.

## EVOCAÇÃO DE PIRACURUCA

Meus ancestrais maternos nasceram em Piracuruca. De modo que, desde a minha infância, eu ouvia falar nessa terra de muita tradição e história. Também ouvia contar, em narrativas em que a história se misturava com lendas e mistérios, que ali existiam as Sete Cidades, onde pessoas haviam sido transformadas em pedra, como se por ali tivesse andado uma poderosa Medusa.

Falavam de uma igreja de pedra, que fora erigida por causa de uma promessa dos irmãos Dantas. Eles haviam sido aprisionados por índios canibais, e prometeram a Nossa Senhora do Carmo que, se escapassem, ergueriam o majestoso templo.

As lendas falavam que essas cidades de pedra seriam desencantadas, e que as pessoas petrificadas voltariam a ser de carne; que as carruagens e os habitantes voltariam a percorrer as ruas e veredas do sítio, liberto do feitiço ou maldição que lhe transformara em cidade morta. Dizem os doutos, que num tempo muito antigo, Sete Cidades foram o fundo de um oceano que então havia. Schwennhagen, que as pessoas simples chamavam de “chove n’ água”, afirmou, em seu livro, que ali estiveram os fenícios. Erich Von Daniken escreveu que elas foram visitadas por “deuses astronautas”.

Também contam que esse parque teria um túnel que o ligaria a Pedra do Sal, no litoral parnaibano. O certo é que os índios deixaram suas marcas, através das inscrições rupestres, que ali são encontradas. De minha parte, acho que todo o encantamento e beleza, que a natureza produziu ao longo de milênios, possibilitaram o surgimento dessas lendas e mistificações, que mais contribuem para o fascínio desse sítio cheio de mistério e feitiço.

Em meados de 1975 fui morar em Parnaíba. Em nossa mudança, descansamos um pouco em velho sobrado, que tinha uma espécie de torre cilíndrica, a evocar pequeno castelo. Anos depois, quando fui residir em Teresina, passei várias vezes pelo centro histórico de Piracuruca, e sempre admirei as suas várias praças, a sua imponente matriz, os seus vetustos casarões e solares e os sobrados povoados de recordações, fantasmas e saudades de uma época que persiste em permanecer. Por uma decisão própria dos piracuruquenses, e não de iniciativa governamental, esses antigos prédios ainda se encontram relativamente bem preservados, ao contrário de outras cidades, em que esses monumentos arquitetônicos foram substituídos por “modernosos” e feios prédios comerciais.

Várias vezes estive em Sete Cidades, e sempre admirei as formações rochosas, esculpidas pelo tempo, pela chuva e pelo vento, em paciente trabalho de arte e encantamento. Contemplava, com muito gosto, a floresta, os regatos, as piscinas naturais e a cachoeira, a estender o “véu de noiva” de suas águas. Por demorados anos, alimentei o desejo de lhes dedicar um poema épico moderno, mas sempre adia esse projeto, porque não me vinha nada que fosse digno dessas cidades encantadas.

Somente me sobreveio esse ensejo quando, em janeiro de 1998, tomei posse de meu cargo de juiz nessa Comarca de Piracuruca, em curta temporada, de menos de um mês, como auxiliar do magistrado titular, Dr. Dioclécio Sousa. Mandei fazer um cartaz da primeira parte do poema, ilustrado pelo grande João de Deus Netto, e o divulguei em pequena e breve solenidade no fórum, em que estiveram presentes o padre Oney Braga e o intelectual Valdemar Meneses, se não me falha a memória.

Sob o impacto da satisfação de ter escrito esses versos, mandei uma carta ao meu amigo General João Evangelista Mendes da Rocha, escritor e herói da guerra contra o nazifascismo, com cópia do poema, em primeira mão. Esse saudoso amigo escreveu uma crônica sobre o meu texto e o publicou num de seus livros. Dias depois, escrevi-lhe outra missiva, em forma de crônica, que agora transcrevo, parcialmente:

“Estive em sua bucólica e simpática Piracuruca, de muita glória e tradição, hospedado nas proximidades da velha estação ferroviária, onde os trens não mais passam, onde só passam os longos comboios de saudade e solidão.

Acordei cedo e resolvi olhar a linha férrea. Era uma manhã de densas névoas. Os frondosos oitis se esvaíam, embranquecidos, no meio das brumas, como em certas pinturas impressionistas. Ao longe, na curva, a estrada férrea se dissolvia na neblina, despertando a imaginação para longas viagens no tempo e no espaço, feitas de pura emoção. O bairro sossegado mais parecia uma aldeia, em que só faltavam os repiques saudosos de um sino e o canto vibrante e melancólico de um galo, ambos anunciando e saudando o alvorecer.

De longe eu contemplava a pequena estação, de longa história, pois uma inscrição em suas paredes assinalava a sua construção como sendo de 1922. E eu lamentava que em lugar do progresso, com locomotivas mais ágeis e confortáveis, a velha ferrovia estivesse desativada, em completo abandono e desperdício.

O frio leve e gostoso dessa madrugada de muito sentimento e quietude era por vezes avivado pela carícia suave de uma quase imperceptível brisa, que perpassava como um leve toque sobrenatural, em que nos sentimos envolver pela paz e proteção do Onipotente, em verdadeira sensação de êxtase e beatitude.

E como não poderia deixar de ser, lembrei-me do amigo, um dos mais ilustres e dedicados filhos de Piracuruca, sempre fidalgo nos gestos e no trato, e sempre em prontidão, na defesa dos interesses maiores da pátria, do Piauí e de sua cidade natal. É que a sua condição de militar, e de militar herói da guerra contra o nazifascismo, nunca o impediu de ser um perfeito cavalheiro e cidadão sensível e preocupado com a justiça social, com os desmandos administrativos, com a sorte dos miseráveis e com os valores artísticos e culturais de seu Estado natal.

O senhor tem, com muita propriedade e argúcia, analisado em seus artigos e crônicas as mazelas que afligem o povo brasileiro, sempre com um elevado senso de justiça, e invariavelmente apontando sugestões e alternativas.

Embora não seja propriamente um crítico literário, em sentido estrito, todavia pela sua capacidade de análise e observação, embasada em larga cultura humanística e em profunda sensibilidade e empatia para com a arte literária, tem produzido comentários críticos com muita propriedade e pertinência, e desvelado ângulos e aspectos que os afoitos, apressados e superficiais nunca vislumbrariam.

Quando estive em sua Piracuruca, por força de minha nova função, como forma de homenageá-lo, e talvez movido pelos incentivos que o senhor sempre me dispensou, escrevi longo poema sobre Sete Cidades, em que canto:

Sete Cidades:

sonho feito

de pedra

pedra feita

de sonho

sonho que se fez sonho

na concretude da pedra.

## CURIMATÁ E A MÉDICA ESTELITA

Na quarta-feira da semana passada, fui surpreendido por uma notícia que me chegou de forma inesperada. Veio até o gabinete do juízo, o Paulo, que fora motorista do falecido conselheiro Xavier Neto. Após colher a informação que desejava, ele me exibiu uns papéis, que trazia numa das mãos. Disse-me que se referiam a uma homenagem que a Câmara Municipal de Curimatá iria prestar à doutora Estelita Guerra de Macedo, e a duas outras pessoas que faleceram no mesmo desastre automobilístico. Fiquei um tanto chocado, e disse-lhe que conhecera essa médica, doze anos atrás, ainda no início de minha carreira magistratura. O Paulo me contou detalhes do acidente, que depois vi através da internet.

Passei aproximadamente quatro meses naquela cidade do Sul do Piauí, substituindo o titular, que se encontrava afastado. Foi então que conheci essa médica, creio que no ano de 1999, quando ela era prefeita de sua cidade, pela segunda ou terceira vez. O fórum e a prefeitura funcionavam em prédios próximos, em praça central da cidade. Se não estou enganado, ambos foram obras suas, em gestão anterior. Necessitei de tratar de um assunto de interesse dos jurisdicionados, e fui até seu gabinete.

Recebeu-me com educação e fidalguia. Pareceu-me uma pessoa de trato suave. Recordo sua voz como sendo pausada, agradável e emitida em tom jamais elevado. Havia, em um quadro, uma pintura que lhe retrava as feições com admirável fidelidade. Comentei alguma coisa sobre esse retrato e sobre o estilo do artista. Ela ouviu atentamente o breve comentário, e sorriu. Era uma senhora de pele e olhos claros, alourada, e ainda estava na plenitude de sua beleza, conquanto devesse ter em torno de quarenta anos.

Pelos poucos meses que passei em Curimatá e pelas poucas vezes em que nos vimos, não posso dizer que fomos amigos. Mas sempre nos tratamos de forma civilizada e respeitosa. Ouvi falar que ela elogiara o meu esforço em tentar mover os processos, com a prolatação de centenas de despachos e sentenças. Nunca me fez pedidos, muito menos indevidos. A revi em mais quatro ou cinco ocasiões, duas delas no fórum.

Numa dessas vezes, falamos de literatura e poesia. Disse-me que seu pai – Júlio Borges de Macedo – fora poeta, e revelou-me que ela própria fazia poemas, de forma bissexta e sem maiores pretensões literárias. Nunca vi nenhum desses textos, de modo que não lhes posso fazer a menor avaliação da qualidade estética. Quando lhe falei das vicissitudes e percalços da vida, ela me confessou sentir, às vezes, infiltrar-se em sua alma certa tristeza, talvez a funda melancolia que todos sentimos em alguns momentos, e que é inerente ao próprio ser humano, e mesmo, talvez, a alguns animais, como cães e reses.

Participamos de um evento no campus local da UESPI. Estava presente, ainda bem me recordo, o professor Ribamar Nunes, que fora gerente da agência local do Banco do Brasil, e que era e é professor de letras. Falei sobre literatura e sobre arte poética. Recitei o meu poema Vida in Vitro, salvo engano. Gentilmente, ela me mandou entregar uma fita cassete de áudio, que registrava minha participação nesse encontro cultural.

Como disse, não fui propriamente seu amigo, mas fiz amizade com dois amigos seus: o rábula Vogado, que eu chamava brincando de Ad-Vogado, e o senhor Mundinho Mascarenhas, em companhia dos quais fui conhecer a grande e lendária lagoa de Parnaguá, que banha a vetusta e histórica urbe, de igual nome. Os dois nutriam profunda e sincera amizade pela doutora Estelita.

Creio que ambos reconheciam que ela poderia exercer sua profissão, com proficiência e brilho, em qualquer capital do país, como vários de seus irmãos, mas preferira se fixar em seu longínquo rincão, dedicando-lhe o melhor de seu esforço e inteligência, seja através do sacerdócio da medicina, ou dos mandatos em que o administrou. Eram o Vogado e o senhor Mundinho pessoas boas e simpáticas, que ainda recordo com saudade, apesar do longo tempo decorrido, que já me empana a memória. Com eles entretive, algumas vezes, agradável palestra.

Apesar dos escassos recursos da época, Curimatá me parecia bem cuidada, e denotava singela alegria, com os vários barzinhos e mamoranas floridas, espalhados pela cidade. Ao longe, na saída da estrada que vai para Avelino Lopes, descortinava-se o perfil azulado da serra, que me fazia nostálgico dos Morros de Santo Antônio do Surubim. Tenho a consciência tranquila de que fiz o possível para bem exercer as minhas funções, no curto período de quatro meses em que lá servi.

Quando cheguei a Curimatá pela primeira vez, numa madrugada silenciosa e fria, um jumento pastava placidamente o capim da praça central, sem ser incomodado por ninguém, muito menos pelo vigia do logradouro. Aliás, o quadrúpede mais parecia um jardineiro municipal a cumprir o seu mister de desbastar o renitente capim de burro. Doze anos depois, tenho a tristeza de receber a notícia de que a doutora Estelita falecera, justamente por causa de um animal solto sobre a pista de rolamento.

Num dos sítios da internet colho a informação de que Estelita significa estrela, ou uma mulher que foi estrela. Os seus belos olhos de jade certamente poderiam ser comparados a duas joias ou estrelas, incrustadas em sua face. E ela, que foi uma estrela de sua terra, continua a brilhar como um astro de outra e melhor dimensão, acolhida pela bondade infinita de Deus.

## SERVIDOR PÚBLICO

Faz hoje 36 anos que ingressei no serviço público, quando fui admitido na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, lotado na Diretoria Regional do Piauí, no cargo de monitor postal, após ter feito curso de três meses, em Recife. Amanhã, por coincidência, meu filho João Miguel de Sousa Carvalho segue para Manaus, onde será aluno do curso para oficial da Polícia Militar do Amazonas, depois de ser aprovado em difícil e concorrido concurso público. Após as provas, foram exigidos rigorosos exames e laudos referentes à saúde, além de um extenuante e reprovativo exame de resistência física, em que muitos não lograram êxito. Por último, ainda houve teste psicotécnico.

Após deixar a ECT, ingressei na SUNAB, no cargo de fiscal, através de aprovação em concurso público, no dia 10 de agosto de 1982. Se não tivesse seguido outro rumo, hoje seria auditor-fiscal da Receita Federal. Em 19 de dezembro de 1997, tomei posse

junto ao egrégio Tribunal de Justiça do Piauí, no cargo de Juiz de Direito. Hoje, sou o titular da Comarca de Regeneração, desde 3 de abril de 2007.

Na minha vida, desde muito cedo, senti atração pelo serviço público, pois nunca tive vocação nem para empregado e nem para patrão. Também nunca tive desejo de ser rico. Confesso que sempre desejei ter um bom emprego público, em que pudesse me sustentar e sustentar minha família com dignidade, sem maiores sobressaltos financeiros. Deus me concedeu isso, não, talvez, exatamente no modo e na velocidade em que o almejei, mas me atendeu esse desejo de forma gradativa e ascendente, como a me moldar, a me aperfeiçoar na experiência e nas lições de vida.

Não vou aqui ser um cabotino, e dizer que tenho sido um bom servidor; afinal, parafraseando Cristo, quem quiser ser o maior, deverá ser aquele que melhor serve. Portanto, deve ser o melhor servo, aquele que serve, e não o que é servido. Direi apenas que tenho me esforçado para ser um bom servidor, para cumprir da melhor forma possível o meu dever, dentro de minhas limitações físicas e intelectuais, e de acordo com as condições que me são oferecidas, que certamente não são as ideais.

Considerando meu tempo ficto na magistratura e no serviço público em geral, tenho mais de quarenta anos de serviço, e, portanto, já posso requerer minha aposentadoria. Como gosto do que faço, e continuo estimulado a bem desempenhar o meu ofício, ainda pretendo seguir na ativa por mais alguns anos. Desde que assumi minhas funções judicantes, compreendi que a Justiça tardia é muitas vezes injusta; que minha maior preocupação não deveria ser o formalismo dos ritos e das decisões, mas a essência, e a essência é exatamente fazer justiça, agir com justiça, e com a possível celeridade.

Nem sempre isso é possível, pois a parte, embora possa ter razão, nem sempre consegue provar as suas alegações. Mas, digo sem empáfia, tenho buscado alcançar esse desiderato, analisando as provas carreadas para os autos e procurando bem instruir o feito. Em meu mister de julgador, com modéstia o digo, não tenho remorso, pois nunca violentei a minha consciência e jamais cometi injusta deliberadamente. Os erros que devo ter cometido foram involuntários, e se devem à minha condição humana, pois todos os seres humanos somos pulvis e somos falíveis.

Neste momento em que o João Miguel se prepara para ingressar no serviço público, peço a Deus que ele seja um bom servo, seja um bom servidor público, quando estiver no seu cargo de oficial da Polícia Militar do Amazonas; que tenha prazer em servir, pois para isso será um servo/servidor público; que cumpra as suas funções com correção, justiça e bondade. Já tive oportunidade de dizer que quem é justo é bom, e quem é bom é justo, embora tendo a humildade de reconhecer que verdadeiramente bom é o Senhor que está nos céus.

Mas nos esforcemos para sermos um pálido reflexo de sua bondade e justiça. Exorto meu filho a seguir os princípios estampados no caput do artigo 37 da Constituição Federal (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), procurando sempre ser justo e bom, para ter a proteção do Onipotente, que não vela pelos iníquos e perversos.

*(Texto extraído de Diário Incontínuo, de 15 de setembro de 2011)*

DESASTRE AUTOMOBILÍSTICO E OUTROS PERCALÇOS

Na segunda-feira, cedo da manhã, vinha eu para esta cidade de Regeneração, contente da vida, pela vida em si mesma, por estar gozando de boa saúde, e por ter o meu trabalho, em que procuro resolver, da melhor forma que me é possível, sem formalismos desnecessários, como é do meu estilo, os problemas dos outros, trafegando pela BR 316, quando, na altura do km 9, depois de ter passado pela chamada rodoviária dos pobres, ouvi um forte estrondo, como se algo houvesse explodido. Após o impacto, que houve, mas que não recordo ter sentido de imediato, vi a frente de minha picape colada na traseira de um automóvel.

Atordoado, fiquei tentando imaginar o que teria acontecido. Concentrei-me no objetivo de ficar calmo, para conversar com o motorista que eu aparentemente havia prejudicado. Imaginei que eu poderia ter sofrido um rápido desmaio ou vertigem, e por isso teria atingido o carro alheio. Vi do lado de fora um rapaz que tentava fazer contato comigo. Perguntou se eu estava bem. Respondi afirmativamente. Tentei sair pela porta da esquerda, mas percebi que ela fora danificada, e por isso travara.

Saí pela porta da direita. Foi, então, que percebi o que efetivamente acontecera. Um ônibus prateado atingira com violência a traseira de minha picape, e fizera com que ela colidisse com o bagageiro do carro da frente, tendo este, por sua vez, batido no automóvel seguinte. Logo, éramos três vítimas de um motorista imprudente e talvez imperito. Vimos que, perto do ônibus, ele falava ao celular, provavelmente com o seu patrão. Achamos que jamais iria fugir, uma vez que não houvera vítima fatal, nem ao menos em estado grave. Mas o fato é que ele fugiu, talvez por não ter habilitação, ou ao menos no nível exigido para condução de ônibus.

Ficamos, os três prejudicados, a trocar ideias sobre a situação, enquanto aguardávamos ajuda e a chegada da Polícia Rodoviária Federal, para fazer os trabalhos periciais. Uma viatura do sistema penitenciário parou, por um breve momento, tendo alguns dos agentes me reconhecido. Pedimos que eles dessem a notícia da ocorrência no Posto da Polícia Rodoviária, o que eles prometeram fazer.

De fato, alguns minutos depois uma viatura da PRF chegou. Como eu era a vítima, cujo carro sofrera maiores danos, perguntaram-me se eu estava bem, se não precisava ir para um hospital. Respondi-lhes que fisicamente pouco sofrera, a não ser uma leve e quase imperceptível escoriação, creio que provocada pelo cinto de segurança, que certamente, além da graça de Deus, evitou que eu sofresse algum mal maior.

Um homem se apresentou como sendo o dono do ônibus. Quando falamos dos prejuízos, eu e a moça do carro da frente, que exercia o cargo de farmacêutica em Monsenhor Gil, dissemos-lhe que tínhamos seguro. Devo confessar, mas espero estar enganado, que não senti firmeza no proprietário em resolver os prejuízos que suportaremos, mesmo com o seguro, porquanto nada ele falou de concreto, mas apenas através de evasivas e palavras vazias, ditas de má vontade e sem ânimo de resolver os problemas causados pelo seu empregado.

Com efeito, chegou ele ao ponto de nos dizer que já respondera a processo, e que isso durara onze anos, como se estivesse a sugerir que era melhor não procurarmos a Justiça. Ora, isso não era coisa apropriada para ele falar naquele momento. Depois, de forma também inoportuna, disse que o estrago em meu carro só não fora maior porque o seu ônibus era de alumínio, e não de ferro. Fiquei com a ligeira impressão de que ele estava insinuando que eu poderia até ter morrido, se o ônibus dele fosse um brutamonte todo de ferro maciço.

O prejuízo psicológico que essa brutal colisão me causou sem dúvida vai perdurar por algum tempo. Os transtornos e prejuízos financeiros com a falta e o conserto de meu carro terei que suportar de imediato, pois o dono do ônibus nada falou a esse respeito, a não ser do seu processo judicial de onze anos, pelo qual não tenho a menor culpa. O tempo que desperdicei e ainda desperdiçarei por causa desse acidente, também parece que não lhe diz respeito. E muito menos os percalços burocráticos e mecânicos para ter a minha picape de volta, que era nova e estava em perfeito estado.

De há muitos anos, talvez mesmo desde sempre, já venho praticando a chamada direção defensiva. Muito, mas muito raramente passo dos 100 km por hora. Sempre mantenho a distância regulamentar de quem vai à minha frente. Facilito a ultrapassagem dos “apressadinhos”, diminuindo a minha velocidade. Se necessário, vou para o acostamento, quando um imprudente e precipitado, vindo em sentido contrário, faz uma ultrapassagem indevida. Tento ser defensivo em relação a quem vem atrás, evitando freadas bruscas. Entretanto, ser defensivo em relação a quem praticamente joga o seu veículo contra o que dirigimos, já é uma missão impossível, ou quase, ao menos em diversas circunstâncias.

Tive o conforto de ter ficado a meu lado o nobre Juiz de Direito Manoel Moraes, que passou pelo local logo depois do desastre, e ficou comigo, prestando auxílio e solidariedade, até quando chegaram minha mulher e minha filha. Teve a iniciativa de ligar para minha comarca, para noticiar o fato e justificar o meu atraso. É ele um magistrado digno, humano, que pratica a bondade e a caridade, sem empáfia e sem bazófia, e isso eu comprovei nesse percalço de minha vida.

Agradeço a Deus por estar vivo e ileso. Sou grato a todos que externaram a sua solidariedade e as suas palavras de estímulo, por telefone ou por e-mail. Termino com o ditado popular, que diz que é melhor irem-se os anéis, desde que fiquem os dedos. Estou bem, e tenho tudo de que necessito. Hoje mesmo, já trabalhei com alegria e bom ânimo.

## TEMPOS RECIFENSES I

No começo deste ano, minha irmã Joserita, que foi morar no Estado do Rio de Janeiro faz mais de sete anos, veio finalmente visitar seus pais e seus irmãos. Veio em companhia de duas das três filhas: Clara, uma das gêmeas, e Joélia, a caçula. Ficaram no Rio seu marido Antônio Carlos e Carla, a outra gêmea. Aproveitou para passear em

Teresina, Pedro II, em viagem narrada neste Diário Incontínuo, e Parnaíba, onde morou por muitos anos. Em plagas parnaibanas casara e tivera as filhas.

Fora outros afazeres, remexeu em velhos guardados de meus pais, folheu antigos álbuns de fotografias, e descobriu alguns objetos afetivos, que dávamos por perdidos há muitos anos. Entre essas velhas coisas, de grande valor sentimental, encontrou dois retratos de meus pais, do tempo em que minha mãe devia ter em torno de trinta anos de idade, e meu pai, menos de quarenta. Eles eram nessa época um belo casal, e as fotografias expressam a felicidade e o amor que lhes ia na alma. Eram protegidas por belas molduras, um tanto ovais como as telas; tinham um vidro convexo, que lhes realçava a originalidade e lhes dava certo ar de relíquia e de redoma. Foram postas em novas molduras, e um paspatur lhes acentua o formato ovalado.

Foram tiradas por um retratista, que parecia ter alma de pintor, e que usara a melhor técnica, equipamentos e materiais da época. Os retratos pareciam pintura, e tinham, suponho, retoques de artesanais pinceladas, que lhes emprestavam certo colorido, num tempo em que não se falava em fotografia em cores, embora o velho Cine Nazareth já exibisse faroestes e outros gêneros cinematográficos em tecnicolor, como o senhor Zacarias Lins, proprietário da casa de exibição, enfatizava, quando ele próprio, em sua Rural Willys caiçarina (vermelha e branca), saía pelas ruas de Campo Maior a anunciar as películas.

Na sua saudável mexericagem, a Joserita ainda encontrou cinco velhos cartões postais e um poema manuscrito, de minha autoria, datado de 22 de abril de 1975, quando eu mal completara 19 anos de vida. Com relação ao poema, titulado Recife, eu já o dava por irremediavelmente perdido, e dele recordava apenas cinco versos, que publiquei no livro Rosa dos Ventos Gerais. Nesse livro, na mesma página, coloquei uma versão ampliada e com leves modificações, e outra, de cinco versos, que a minha memória registrara fielmente, como agora constatei. Quanto aos cartões, deles já praticamente não me lembrava.

Num dos cartões postais, datado de 31/05/1975, eu comunicava que tudo estava certo comigo, e que, na 1ª etapa do curso de Monitor Postal, feito no Centro de Treinamento Correio Paulo Bregaro, em Recife, no Bairro Bonji, minha média geral fora 9. Anunciava meu retorno para o dia 8 de junho, com o curso já encerrado. Acrescentava que “hoje fui eleito, no auditório, como o orador da Turma”.

Em outro postal, retratando a Avenida Guararapes e a Ponte Duarte Coelho, em que se viam propagandas em néon, no alto dos prédios, e as luzes se refletindo nas águas do Capibaribe, com data de 15/05/75, dirigido a minha mãe, eu dizia que fora a visão noturna do Recife que me inspirara o poema que lhe leva o nome. No manuscrito, no verso do cartão, eu confidenciava que “quando eu disse que ia postar um cartão postal (...), uma moça, que não conheço, disse para eu dar lembranças” a minha mãe.

No final, eu pedia que mamãe recebesse as lembranças da desconhecida e as minhas. Fico, agora, tentando imaginar como seria essa jovem, e o que lhe passou pela cabeça e pelo coração, ao ver um garoto, bisonho e interiorano, quase perdido na cidade grande, a postar, com tanto empenho e emoção, um modesto cartão para sua mãe, no guichê de uma grande agência postal e telegráfica. Sem dúvida, devia ser uma moça sensível e boa, para se preocupar com um mister tão singelo e tão sentimental. Devo tê-la visto somente de relance, e apenas por um átimo de segundo. Imagino e desejo fosse também bonita. Contudo, disso jamais terei certeza.

## TEMPOS RECIFENSES II

No período em que fiz o curso de Monitor Postal no Recife, fiquei hospedado numa pensão, que ficava há poucos quarteirões do Centro de Treinamento Correio Paulo Bregaro, por recomendação de meu pai, que fizera no ano anterior o curso de Técnico Postal, de mais longa duração. Eram meus colegas de curso os piauienses Paulo Carneiro, Alcides Ananias Ibiapina, Bernardo Candeira do Val, chamado Doval, e Chaguinhas. Os dois últimos já são falecidos. Na mesma época, faziam o curso de Técnico Postal os contrerrâneos Afonso Sandes, Jaime Medina e Euclides.

Doval estava sempre a falar em Parnaíba, onde morava, e em Buriti dos Lopes, sua terra natal, com muito entusiasmo e até mesmo com certo bairrismo eufórico e nostálgico. Mostrava-nos fotos e postais dessas cidades. Não sabia eu que, ainda em junho desse ano (1975), iria morar na primeira, a graciosa Princesa do Igaráçu, onde trabalharia na ECT e me formaria em Administração de Empresas, e onde faria algumas de minhas mais estimadas amizades. Talvez por isso, mantidas as proporções e consideradas as diferenças, Parnaíba sempre me fez evocar a bela Veneza Brasileira, que não mais revi, a não ser em fotografias e nos poemas evocativos do recifense Bandeira.

Aos sábados e domingos, fazíamos o nosso turismo, em locais diferentes de Recife e Olinda. Uma vez, fomos de ônibus elétrico conhecer, salvo engano, o parque zoobotânico de Recife. O veículo tinha uma haste ligada ao fio de energia, porém tinha pneus de borracha, como um ônibus qualquer, e não rodas de ferro, como bondes ferroviários. Nesses passeios, vimos o centro histórico recifense, com suas inúmeras pontes e seus vetustos prédios e igrejas, e a paisagem bucólica e marítima da linda cidade de Olinda. Fomos a Boa Viagem, e viajamos na formosura das ninfas em flor que perlongavam essa praia.

Num final de semana prolongado, fomos com colegas de Maceió conhecer as lagoas da capital de Alagoas e a beleza de suas praias. Fiquei hospedado na casa de um colega cujo nome já não recordo, e o Paulo foi hóspede dos pais do Rivadávia. Na casa destes saboreei uns frutos do mar; até então só conhecia quase exclusivamente peixes de água doce.

No meio dos velhos papéis garimpados por minha irmã, havia um cartão, datado de 11/07/1975, quando o curso já terminara, remetido por Ednelson, também alagoano, que contagiava todos com sua simpatia espontânea, certamente nascida de sua boa alma. Nesse postal dizia ele: “Vai esta vista para você de uma das praias mais belas que temos em Maceió”. A praia era Pajuçara, que conheci nessa viagem, e que a névoa do tempo já esvanece em minha memória.

Também era de Maceió a moça que mais nos encantava no centro de treinamento, com sua beleza quase rechonchuda, de muitas e arredondadas curvas, quando desfilava, sem ostensivos requebros e rebolados, pelo hall e pelos corredores da instituição. Ela não aparentava ser orgulhosa ou indiferente, mas não se exibia e nem flertava com ninguém. Seu semblante parecia satisfeito com os olhares que lhe eram endereçados, embora fingisse não notar. Corria rumores de que tinha um noivo em Alagoas.

Como disse na nota anterior, fui eleito orador de minha turma. Conhecia trechos de discursos de Rui Barbosa e de outros mestres da retórica. Lera sobre o romano Cícero e sobre o ateniense Demóstenes. Na minha meninice, ouvi, pessoalmente ou através do rádio, grandes oradores sacros e políticos do Piauí, entre os quais cito: Dom Avelar Brandão Vilela, Pe. Mateus Cortez Rufino, Pe. Solon Correia de Aragão, Severo Maria Eulálio, Celso Barros Coelho e Francisco Figueiredo de Mesquita. Já então tinha certo pendor para a oratória, não obstante fosse um tanto tímido e reservado. Resolvi caprichar, e tratei de escrever o texto, que haveria de ler na solenidade de formatura. Dei-lhe alguns contornos condoreiros e certo tom declamatório.

Um dos instrutores do centro, de temperamento expansivo e um tanto afogueado, de origem argentina, e ao que comentavam ainda parente de Peron, de vasto bigode, quase à Dalí, embora sem as pontas viradas para cima, disse, em retumbante hipérbole, que recebi com modéstia e discrição, que meu discurso merecia ter sido proferido em certo sodalício, cujo nome acho recomendável não declinar. De qualquer sorte, devo confessar que, intimamente, fiquei feliz com o bombástico elogio, e agradei o mestre por suas palavras, mas esquivei-me da insidiosa picada da mosca azul, que tem levado ao ridículo tanta gente.

Quando eu fazia o estágio, etapa final do curso, numa das agências do centro do Recife, recebi o recado da diretora do centro de treinamento, dona Cecília, que era casada com o então diretor da ECT no Estado de Pernambuco, para que fosse a uma solenidade, que estava acontecendo, recitar o meu poema Recife, que naturalmente havia sido divulgado entre alguns poucos colegas, e que havia, não sei como, chegado ao seu conhecimento. Talvez o tenha declamado em outro evento anterior ou mesmo em sala de aula, mas não tenho certeza quanto a isso.

Passadas tantas décadas, já não recordo os detalhes. Certamente fui aplaudido, mas tudo está envolto em brumas em minha retentiva. Se tivesse sido vaiado, com certeza jamais teria esquecido. A lembrança permaneceria vívida e dolorida para sempre. Foi esse poema, que tanta alegria e tantas emoções me causou em minha

adolescência, que por muitos anos considerei perdido; e agora foi encontrado por minha irmã Joserita. E eu o acolho, como se acolhesse um filho pródigo. Pródigo e perdido; perdido, mas nunca esquecido.

#### VISITA A UM LUTADOR OBSTINADO

No sábado passado, após a reunião ordinária da APL, um grupo de acadêmicos foi visitar o confrade William Palha Dias, que já não frequenta o sodalício por causa de doença. Além deste diarista, faziam parte da comitiva o nosso presidente Reginaldo Miranda, Manoel Paulo Nunes e Manfredi Mendes de Cerqueira. Um pouco depois, chegou o professor José Júlio Martins Vieira, filho do grande poeta Júlio Antônio Martins Vieira, autor do célebre livro Canto da Terra Mártire, que é uma espécie de épico do calcinado sertão, de nossa agreste e adusta caatinga.

Quando fui titular da Comarca de Ribeiro Gonçalves tive a satisfação de sugerir o nome do bardo, que ali havia sido juiz, ao Tribunal de Justiça do Piauí para designar o fórum da remota localidade, em que também foi magistrado o mestre do conto, Fontes Ibiapina, autor de Cidade sem Reboco, que conheci em Parnaíba, onde ele exerceu a magistratura; conheci-lhe também a vasta biblioteca, instalada num sobrado da rua Pedro II. A sugestão caiu em terreno fértil, porque o desembargador Osiris Neves de Melo Filho, então corregedor-geral da Justiça, tinha admiração pelo poeta e apreço pelo seu filho, de modo que foi aprovada por unanimidade.

O confrade Humberto Guimarães é filho daquele município, que já foi maior do que o estado de Sergipe, e escreveu a saga de sua gente, entre as quais a obra Um Município do Tamanho do Mundo. Três acadêmicos fomos juízes nesse rincão: Martins Vieira, Fontes Ibiapina e este escriba. O nosso Palha Dias, embora seja filho de Caracol, tem vários parentes em Ribeiro Gonçalves, tendo sido seu nome dado à biblioteca da Fundação Leôncio Medeiros, criada e dirigida pelo amigo Adovaldo Medeiros.

Há mais de duas décadas conheço o escritor Palha Dias, pois desde o início dos anos 1980 passei a frequentar a APL, quando era seu presidente A. Tito Filho. Fui à grandiosa festa de seus oitenta anos de vida. Hoje, ele ultrapassou os noventa. Muitas vezes lhe ouvi a palestra alegre, lhe testemunhei a verve jocosa ao sabor do improvisado, e o vasto repertório de casos anedóticos, em que era mestre insuperável.

Por ocasião da publicação de seu livro Memorial de um Lutador Obstinado, escrevi um pequeno artigo em que lhe reconheci os méritos de um homem que soube conquistar o seu lugar ao sol, e as suas virtudes de contador de histórias interessantes, sejam verdadeiras ou fictícias. Sua esposa, a professora e escritora Maria das Graças, disse-me que ele é visitado diariamente pelos filhos, o que revela a estima e respeito que eles lhe dedicam.

O professor Paulo Nunes, regenerense ilustre, e o Reginaldo Miranda, que se fez regenerense por título de cidadania e por ter se casado com regenerense, lembraram que três juízes da velha Comarca haviam ingressado na Academia Piauiense, no caso, os contistas e romancistas Palha Dias e Oton Lustosa, e este diarista e poeta.

Aproveitando o momento evocativo e saudosista, o autor de Geração Perdida, que não tem nada de perdida, porquanto deu filhos brilhantes ao Piauí, entre os quais

ele próprio, perguntou-me se eu já fora conhecer as nascentes do Mulato. Respondi-lhe que sim, e que me batizara a mim mesmo, usando uma providencial cuia que levava, ao descer as suas íngremes barrancas, em lembrança dos índios trucidados.

Para coroar a visita e a evocação da Vila de São Gonçalo da Regeneração, e seguindo as pegadas do anfitrião, que era, como já disse, um exímio contador de casos anedóticos, o professor Manoel Paulo Nunes, dando-lhe um cunho de quase tertúlia literária, narrou um caso engraçado, com que encerrarei este registro. Mais de meio século atrás, fazer uma viagem, mesmo de carro, de Regeneração a Teresina era quase uma aventura, em virtude das ladeiras, dos areais, dos atoleiros e outros percalços.

Na década de 40 e 50 do século passado, poucos regenerenses viajavam a Teresina. Entre esses poucos aventureiros, José Moraes viajou à capital, para resolver algum assunto de seu interesse pessoal, e terminou demorando por cerca de seis meses, o que não era comum na época, a não ser em se tratando de estudantes, que ficavam durante todo o período letivo, só retornando nas férias. Era José Moraes um operoso operário, um homem de sete instrumentos, como se dizia então, ou um polivalente, como se diz hoje. Exercia várias profissões, não sei se todas com a mesma competência, ou se existia alguma de sua especial predileção, de seu mais perfeito domínio.

Vendo os costumes e as fatiotas da capital, quando retornou a Regeneração passou a envergar um indefectível terno de linho branco, a combinar com os sapatos igualmente brancos. Depois de algum tempo, começou a relaxar no uso da indumentária, e já nem sempre andava imaculadamente em alvas vestes. Perguntado sobre o motivo do aparente desleixo, respondeu de plano:

– O meio não “compite” meu esforço!

Naturalmente, queria dizer que a sua luta em dar bom exemplo no trajar, como um novo árbitro da elegância, não estava tendo seguidores. Demos, todos, forte gargalhada, e encerramos a visita ao mestre Palha Dias.

#### DES. JOSÉ LUÍS – UMA JUSTA LOUVAÇÃO

Nesta sexta-feira, fui ao cemitério da Ressurreição, em virtude do sepultamento do desembargador José Luís Martins de Carvalho, que havia falecido por volta das quatro horas da tarde do dia anterior. Tive a oportunidade de conhecê-lo em 1997, em cujo mês de dezembro, dia 19, ingressei na magistratura, tomando posse perante ele, em seu gabinete de presidente do Tribunal de Justiça do Piauí. Fiz um breve discurso de saudação e de regozijo, em meu nome e no nome de mais oito colegas, que tomaram posse juntamente comigo. Sabia de suas virtudes de homem de bem e de magistrado íntegro, honrado, imparcial, contra o qual nunca se ouvia o mais leve murmúrio, por mais leve e por mais murmúrio que fosse. Não quero neste texto arrolar atos e fatos de sua vida pública, nem inventariar datas e dados de seu curriculum vitae, pois a sua mais refulgente biografia é o seu caráter e as suas ações, revestidas sempre de honradez e probidade.

De muitos falsos grandes homens, se diz que a estátua é maior que o modelo. De muitos falsos Catões, se nota logo que a capa dourada de verniz é muito frágil, muito tênue, muito precária, e que basta um leve passar de unha para que a pátina e a ferrugem apareçam, para mostrar a nua e feia realidade. Mas o desembargador José

Luís, não; ele, em sua humildade ativa, era maior que a estátua, até porque não a tinha e nem precisava dessas fátuas ostentações. Também não tinha o áureo verniz da hipocrisia, pois era verdadeiro em suas posturas de homem e de magistrado digno e correto, conquanto devesse ter os seus defeitos, inerentes à condição humana, como todos nós.

Devia-lhe um favor pessoal. Favor republicano, legítimo, legal, que mais o engrandeceria se eu o revelasse, mas prefiro guardá-lo no recôndito de meu coração. Quando o saudoso magistrado foi inaugurar a reforma do fórum de Oeiras, terra a que sou ligado por laços afetivos, sentimentais e de amizades, eu ainda estava no início de minha carreira, como juiz substituto. Ao visitá-lo em seu gabinete, disse-lhe que havia escrito, tempos atrás, o poema Noturno de Oeiras, que caíra no agrado dos oeirenses, e que esse texto se prestaria a uma encenação por parte de um ator que o interpretasse, dando-lhe alma e emoção. Conversei com os seus assessores, e o certo é que o poema foi interpretado pelo ator Bonifácio, na solenidade de inauguração da reforma do fórum Des. Cândido Martins, ocorrida no Cine-Teatro Oeiras. A encenação foi calorosamente aplaudida por todos os meus colegas e por todos os presentes, em momento para mim inesquecível.

Amigo de vários parentes seus, filhos do des. Antônio Santana Ferreira de Carvalho, de antigas estirpes oeirenses, tive o ensejo de degustar três cálices de vinho tinto, em sua companhia e na do historiador e cronista Antônio Reinaldo Soares Filho, casado com sua prima Maria Eulália. Pude, então, mais uma vez, apreciar a sua conversa agradável, inteligente, em que ele desfiava episódios interessantes, pitorescos ou mesmos jocosos, de que fora observador privilegiado e arguto. Às vezes, em meio aos casos engraçados que contava, emitia sua gargalhada, de timbre e modulação bem característicos, que realmente lhe denotavam uma alegria sincera.

Um ou dois meses antes de seu falecimento, conquanto já o soubesse doente, fui entregar o meu livro Noturno de Oeiras e Outras Evocações, lançado recentemente na velha capital, com o apoio do Instituto Barros de Ensino, com desvanecedora apresentação do advogado e escritor Moisés Reis, em magnífica noite lítero-musical, ao seu filho Godofredo, para que este lhe fizesse chegar às mãos.

A obra contém meus principais textos velhacapianos, em verso e em prosa, entre os quais dois poemas, crônicas, ensaios e discursos. Não sei se o des. José Luís ainda o conseguiu ler, se ainda susteve o meu livro em suas mãos. Nunca perguntarei sobre isso. Prefiro imaginar, que ele lhe repassou as folhas, lhe fitou as gravuras, lhe leu um ou outro verso, e tenha se comovido com uma ou duas frases mais felizes...

No cemitério, conversei brevemente com sua filha Madalena. Ouvi-a contar ao des. José James e sua esposa que seu pai a consolou sobre sua morte, pedindo-lhe que aceitasse essa provação, que se resignasse com o término de seus dias. Ante esse depoimento filial, me é lícito imaginar que ele, não obstante os sofrimentos por que passou em sua doença, morreu em paz, sem medo, sem terrores diante do inelutável, graças a sua consciência tranquila de homem bom, honrado e digno. E sei que ele subiu a outros páramos, onde a Justiça brilha com mais intensidade.

No sábado, dia 3, após ter sido promovido para o Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Oeiras, fui levar alguns de meus poucos pertences ao apartamento em que passarei a residir na velha capital. Reduzi ao mínimo possível esses objetos. Fomos em minha picape e em um pequeno caminhão-baú. Fui ajudado pelos meus irmãos César (Neném) e Antônio José, e mais pelo César Pinho, pela sua esposa Simone, sobrinha de Fátima, minha mulher, que também estava presente. Meu pai, Miguel Arcângelo, não obstante seus 87 anos de idade, igualmente ajudou com bravura, na medida do possível e do impossível.

Eu havia feito, dias antes, um desses desagradáveis exames invasivos, que podem ser considerados como uma pequena cirurgia. Dirigi a picape tanto na ida como na volta, o que totaliza mais de seiscentos quilômetros, além de ter feito esforço na remoção dos móveis. Como eu estava debilitado pelo referido exame, terminei ficando com muitas dores e mal-estar, de modo que fiquei como se estivesse doente, tanto no domingo, como na segunda-feira. Dessa forma, resolvi tomar posse na terça-feira, dia 6 de agosto, dentro do prazo de 30 dias, desde a promoção, a que tinha direito.

Fui acolhido pelo juiz da Vara Única da Comarca de Oeiras, Dr. Leandro Emídio, que teve a generosidade de me convidar para morar no apartamento em que ele reside. Tomei posse administrativo-burocrática na forma de praxe. Assinei o termo lavrado por Benedito Carneiro, diretor de secretaria do Juizado. Revi o promotor de Justiça Carlos Rubem, que também designo como promotor de cultura, que conheço faz mais de duas décadas, através das diversas ocasiões em que participei de eventos literários na velha capital. Anunciou-me ele o lançamento de um livro com poemas de seu tio, o saudoso poeta Gerson Campos, cuja solenidade acontecerá no dia 13 de setembro, sexta-feira, à noite.

Presentes os funcionários do Juizado Especial Cível e Criminal, após a assinatura do termo de posse, resolvi dizer umas breves palavras. Falei que éramos servidores públicos, e que dessa maneira éramos servos, e tínhamos o dever de bem servir aos jurisdicionados. Lembrei-lhes que, parafraseando Jesus, o maior dos servidores públicos era o que mais e melhor servisse.

Proclamei que me considerava um quase oeirense, pois era membro correspondente do Instituto Histórico de Oeiras, do qual, para elevada honra minha, recebera a Medalha do Mérito Visconde da Parnaíba, que me fora outorgada na gestão do presidente Dagoberto Carvalho Júnior, e me fora entregue no início da administração de seu sucessor, Antônio Reinaldo Soares Filho. Há longos anos sou amigo de ambos. Tive a satisfação de prefaciar a sexta edição do esmerado livro *Passeio a Oeiras*, da autoria de Dagoberto, sobre quem já havia escrito alguns textos de crítica literária.

Disse-lhes ainda que havia escrito vários textos sobre Oeiras e oeirenses. Primeiro, escrevi *Noturno de Oeiras*, que foi publicado em formato de álbum, com ilustrações de Francisco Leandro. Posteriormente, por simpática “cobrança” do advogado Talver Mendes de Carvalho, compus o *Noturno do Cemitério Velho de Oeiras*. Ao longo de minha já alongada ligação afetiva e sentimental à Terra Mater, escrevi vários textos em prosa, sobretudo crônicas, crítica literária e discursos, em que abordo assuntos e escritores oeirenses.

Enfeixei esses trabalhos no livro *Noturno de Oeiras e outras evocações*. Lancei-o em memorável e engalanada noite velhacapiana, sob os auspícios do Instituto Barros de Ensino, em que houve a apresentação de magníficos números artísticos, com meus

versos sendo cantados ou interpretados por alunos do educandário. Como se tudo isso não fosse o bastante, o Dr. Moisés Reis, com muito talento, engenho e arte, fez uma brilhante apresentação dessa obra.

Na minha primeira semana funcional na Velha Mocha, fui conhecer a Galeria do Divino. Esse espaço cultural é mantido graças à abnegação e esforço do poeta e escritor Olavo Braz Barbosa Nunes Filho, que adquiriu a casa e as dezenas de obras artísticas, que nela são expostas. Nota-se que o espaço é bem cuidado, e se mantém limpo e bem organizado. As obras são etiquetadas com fichas técnicas, que fornecem dados sobre a obra e seu autor. Entre outros objetos, são expostos talhas, esculturas e oratórios, alguns tendo como suporte velhas bilheiras. Não é supérfluo esclarecer que Olavo Braz Nunes fez tudo com o seu próprio dinheiro, sem a ajuda de órgãos públicos, que quase sempre nada fazem e nem ajudam os que fazem.

No espaço reservado aos “Poetas Anjos e Anjos Poetas”, vi placas de vidro com belos poemas sobre Oeiras ou escritos por oeirenses. Encontrei poemas de Expedito Rêgo, Dagoberto Carvalho Júnior, Gerson Campos, Nogueira Tapety, Ribamar Matos, O. G. Rêgo de Carvalho, Vidal de Freitas, Balduíno Barbosa de Deus, Rogério Newton, Gutemberg Soares, Cassi Neiva, Stefano Ferreira, Gutemberg Rocha, Júnior Mariano, Conceição Neiva, Vivaldo Simão, Teresa Mendes de Carvalho, Paula Nataniele Nunes, Cyntia Osório, Edilberto Vila Nova e Olavo Nunes.

Sobre muitos desses poetas já tive oportunidade de emitir comentários. Para gáudio meu, conforme Dagoberto já estampara em crônica, ali estava também o meu Noturno de Oeiras. E tudo isso, repito, graças ao esforço e aos metais do mecenas e divulgador cultural Olavo Braz Nunes.

#### MEMORIAL A QUATRO POETAS DE OEIRAS

No dia 13, sexta-feira, à noite, no Café Oeiras, no centro histórico da velha capital, ocorreria o lançamento do livro Sonetos & Retalhos, do saudoso poeta Gerson Campos, ao qual pretendia comparecer, como de fato compareci. Por causa disso e também em virtude de minha já alongada e visceral ligação com a velhacap, resolvi fazer sozinho, em meu carro, o roteiro poético e sentimental de meu poema Noturno de Oeiras, percorrendo diversos logradouros e monumentos arquitetônicos da vetusta urbe.

O centro histórico venho revendo diariamente, posto que o Fórum, onde está instalado o Juizado Especial Cível e Criminal, fica nele situado. Dessa forma, todo dia revejo os casarões, os velhos sobrados, a casa de doze janelas e a catedral de N. S. da Vitória, os quais celebrei em meus versos. Do adro da velha matriz, revejo a bela praça e as suas palmeiras imperiais, quase diria episcopais palmeiras, uma vez que estão em episcopal cidade, a de mais acendrado e fervoroso catolicismo.

Em meu périplo turístico e poético, fui inicialmente à casa grande da antiga Fazenda Canela, onde viveu e morreu o grande poeta Nogueira Tapety, sobre o qual já tive o ensejo de escrever um pequeno ensaio de crítica literária. Contemplei-a bem, e a achei um tanto deteriorada. Falei isso ao Dr. Carlos Rubem, parente e admirador do poeta, cujo livro póstumo Arte e Tormento foi por ele editado, à noite, um pouco antes do início do evento cultural. Respirei aliviado quando ele me informou que o arquiteto

Olavo Pereira da Silva Filho, com o qual se encontrava, estava fazendo o estudo de restauração da sede da extinta fazenda, que remonta ao século XIX.

Impregnado da lembrança dos versos do vate Nogueira Tapety, falecido ainda jovem, cujo extraordinário soneto Senhora da Bondade sei de cor, não pude deixar de me lembrar que outros três grandes poetas piauienses, nascidos em Oeiras, também morreram precocemente. Gerson Campos, o grande homenageado do dia, “traído” pelo coração, cujas engrenagens já vinham desengrenadas, faleceu com 39 anos incompletos, num estádio de futebol, que hoje ostenta seu nome, emocionado com a vitória da Seleção de Oeiras, ocorrida nos momentos finais da partida. Foi ele também radialista e desportista, além de ótimo goleiro; nesta posição fui seu colega, uma vez que também cometi minhas “voadas” e pontes acrobáticas em campos de futebol.

J. Ribamar Matos, funcionário do Banco do Nordeste do Brasil, também morreu precocemente, vítima de um desastre automobilístico, acontecido no Ceará, em circunstâncias que ignoro. Era um poeta ligado à tradição da poesia; seus sonetos, rimados e metrificados, tinham substrato geralmente lírico, pelo que estou lembrado. Um ano antes de sua trágica morte, prestou sentida homenagem a Gerson Campos, em emocionante texto, publicado no jornal O Cometa de junho de 1973, ainda sob o impacto do fatídico acontecimento, no qual dizia não aceitar a “injustiça da Morte, que nivela os bons e os maus”.

O outro grande bardo oeirense, colhido pela “indesejada das gentes” ainda relativamente no verdor dos anos, foi Licurgo de Paiva, patrono da cadeira que ocupo na Academia Piauiense de Letras. Sobre ele disse, por ocasião de minha posse no quase secular sodalício: “Licurgo José Henrique de Paiva, cuja carreira literária foi inicialmente tão auspiciosa, tão plena de esperança, foi depois gradativamente declinando até o seu trágico e melancólico crepúsculo, através de uma série de vicissitudes, em sua vida particular e profissional, sobretudo ocasionadas pela dipsomania, que frustrou todos os bons augúrios com que os astros lhe acenavam. Na derrocada final do sol negro da desgraça, terminou sendo enterrado numa sepultura por muitos considerada ignota, em lugar remoto do Piauí.”

Com a lembrança desses grandes vates em minha mente, e sabedor de que Nogueira Tapety, recolhido na Fazenda Canela, já nos momentos finais de sua curta vida, recebera a visita de Baurélio Mangabeira, outro versejador, e um tanto andarilho (uma vez que fora proprietário de um jornal tipográfico ambulante), que veio de Teresina, em lombo de cavalo, praticamente para se despedir do valoroso bardo tísico, imaginei que a vetusta casa da Canela, após restaurada, poderia transformar-se no memorial dos quatro grandes poetas oeirenses, a que me referi.

Continuando a minha peregrinação poética, turística e afetiva, fui ao adro da igreja do Rosário. Reverenciei o antiquíssimo templo. De lá, contemplei a madona da Vitória, a abençoar a cidade do alto do Leme. Do alto do Rosário, consegui localizar as igrejas de N. S. da Conceição e de N. S. da Vitória. Essa contemplação nostálgica, embebida só de emoção e da mais inefável poesia, me fez ir ao Morro da Cruz, para ver de mais alto a querida e velha cidade e a paisagem adusta e agreste, mas também bela, do seu derredor. Lembrei-me que sugeri, mais de década atrás, ao Dr. Carlos Rubem Campos Reis que encetasse campanha para que no alto desse outeiro fossem colocadas placas com poemas que cantassem a eterna vila do Mocha. Ele entusiasmou-se com essa ideia, mas certamente encontrou os obstáculos intransponíveis da insensibilidade governamental para a arte e a cultura.

À noite, com a alma encharcada de oieirnsidade, fui ao lançamento do livro *Sonetos & Retalhos*. Foi uma noite memorável, memoranda. Jamais a esquecerei. Revi velhos amigos. Fiz parte de uma roda composta por Ferrer Freitas, seus irmãos Tadeu e Raimundo, Luís de Artaxerxes (senhor do Alto do Xé) e outros amigos. Foi uma festa de música e poesia. Belas melodias de excelentes letras, verdadeiros poemas, foram executadas e cantadas. O ator Bonifácio Lima, de forma magistral, interpretou o poema *Monólogo de uma Rosa*, emocionando toda a assistência.

Outras pessoas recitaram outros textos poéticos de Gerson Campos, provocando grande encantamento da plateia. Para minha grata surpresa, o experiente e notável cronista Ferrer Freitas, além de ter prestado breve depoimento sobre Gerson Campos, participou de um dueto musical com Vanda Queiroz, em que se saiu muito bem, mormente para mim, que não lhe conhecia a faceta musical.

O senador Wellington Dias fez a apresentação da obra, através de excelente texto, no qual discorreu sobre o livro e a rica personalidade do autor, em que predominava a cordialidade e o bom-humor, com os quais atraía duradouras e sólidas amizades, que ainda lhe reverenciam a memória. A amiga e professora Rita Campos, na qualidade de irmã, prestou a sua homenagem ao ilustre poeta e escritor. Cassi Neiva fez uma eficiente e esclarecedora apresentação de toda a solenidade lítero-musical.

Para que não se diga que neste registro quase não falei no livro *Sonetos e Retalhos*, 2ª edição, passo a fazê-lo agora, embora de forma sintética. Trata-se de um belo projeto gráfico e editorial, levado a efeito pela Fundação Nogueira Tapety, da qual é presidente o promotor de Justiça Carlos Rubem. Gutemberg Rocha foi o revisor da obra, e foi também um de seus organizadores e autor de vários textos nela acolhidos. De perfeito acabamento gráfico, foi a obra impressa em papel couché. Último Campos produziu-lhe a capa e Dino Alves fez-lhe a ilustração. O design gráfico é da autoria de Josélia Neves.

Enfeixa os sonetos de Gerson Campos, rimados, ritmados, metrificados, geralmente líricos; na parte denominada *Retalhos* foram coligidos os poemas de fatura e temática diversa, entre os quais vários acrósticos. Nos acrósticos se percebe o grande domínio técnico do bardo, porquanto ele faz o encadeamento dos versos de forma fluida, sem bruscas rupturas e produzindo boas rimas. Quem não é senhor dessa modalidade poética, geralmente coloca versos autônomos, que na verdade são apenas frases colocadas sobre ou sob frases, sem formarem efetivamente uma unidade harmônica e poética.

O prosador comparece com as crônicas de *Caleidoscópio I a IV*, que foram bastante elogiadas pelos escritores e poetas José Expedito Rego e Rogério Newton, com os quais concordo. Rogério escreveu um excelente ensaio sobre elas, em que lhes louva as virtudes. Em linguagem despojada, quase coloquial, Gerson fala de suas lembranças antigas, das figuras populares que conheceu na infância, de certos costumes que soube guardar na memória, para depois restaurá-las em sua prosa ágil e vívida.

O livro traz ainda um volumoso caderno de fotografias, que documentam a vida e a época em que viveu o autor. A parte Gerson para Sempre agasalha artigos, depoimentos, poemas e crônicas sobre o literato homenageado, em que as suas boas qualidades de poeta, de ser humano e amigo são louvadas com muita ênfase e entusiasmo. Foram escritos por várias pessoas (muitas o conheceram e lhe tinham

admiração e estima), entre as quais cito Possidônio Queiroz, Costa Machado, Carlos Said, Gutemberg Soares, Dagoberto Carvalho Jr., Petrarca Rocha de Sá, Joca Oeiras, Bernadete Maria de Andrade Ferraz, além de outros escritores e poetas já referidos ao longo desta crônica.

O lançamento de Sonetos & Retalhos foi uma noite magna, mágica, magnífica, recheada de música e poesia, um verdadeiro e inebriante sarau lítero-musical, em que ouvimos belos depoimentos sobre o inesquecível Gerson Campos, um mestre da alegria, da amizade e da saudável boemia; assim mesmo, com sílaba tônica no i, para que rime com poesia e magia. Afinal, boêmia assenta mais aos gramáticos, puristas, castiços e falsos boêmios.

#### MONUMENTO E MEMORIAL AO POETA DA COSTA E SILVA

Na reunião deste sábado da Academia Piauiense de Letras, inscrevi-me para falar, e tratei de dois assuntos da mais alta relevância para a nossa literatura. Inicialmente, disse que quando fui presidente da União Brasileira de Escritores do Piauí, no biênio 1988/1990, sucedendo o poeta Francisco Miguel de Moura, meu confrade na APL, fiz uma campanha para inserir a obrigatoriedade do ensino de Literatura Piauiense no texto da Constituição Piauiense de 1989. Tive o respaldo e o estímulo de meus companheiros de diretoria nesse desiderato.

Contando com o apoio decisivo do deputado Humberto Reis da Silveira, relator-geral de nossa Carta Magna, a obrigação de essa disciplina ser ensinada nos colégios do Piauí foi insculpida no artigo 226 do texto constitucional. Lamentavelmente, passadas mais de duas décadas, esse dispositivo continua a ser quase uma letra morta, porquanto nem mesmo os colégios públicos municipais e estaduais o cumprem, o que é um verdadeiro absurdo, uma vez que os órgãos públicos, cuja existência é instituída por lei, deveriam dar o bom exemplo no cumprimento da legislação, sobretudo a constitucional.

Devo dizer que não sei quais os reais motivos para que o estudo de Literatura Piauiense, previsto em nossa Constituição Estadual, não seja implementado. E principalmente desconheço qual o real motivo para que a Secretaria Estadual de Educação não execute o dispositivo constitucional a que me referi, nem mesmo nas escolas da rede estadual. O ensino dessa matéria seria de capital importância para que os nossos poetas e escritores se tornassem conhecidos em nosso estado, mormente seus textos, que deveriam constar de antologias e compêndios escolares.

Em seguida, disse a meus confrades que em minha gestão na UBE-PI iniciei um movimento para que os restos mortais do excelso poeta Antônio Francisco da Costa e Silva, o poeta maior do Piauí, fossem sepultados na sua Amarante. Fiz alguns contatos, inclusive com a Academia Piauiense de Letras. Quando tinha oportunidade, tratava desse assunto, fosse em eventos literários, fosse através da imprensa. Usava como principal argumento haver ele feito esse pedido. Recitava, então, o terceto final de seu soneto Amarante, no qual o poeta externara de forma sublime e magistral esse desejo.

No meu discurso de posse na Academia Piauiense, voltei a esse assunto, quando disse: “(...) talvez seja o momento de se trasladarem para Amarante os despojos de Da Costa e Silva, já que ele, quando cantou sua terra, implorou em versos de incomparável maestria: “Terra para se amar com o grande amor que eu tenho!/"

Terra onde tive o berço e de onde espero ainda/ Sete palmos de gleba e os dois braços de um lenho!” Em Amarante, o seu mausoléu-memorial seria visitado e reverenciado, em verdadeira peregrinação turístico-cultural”.

Por fim, informei aos ilustres acadêmicos que estivera na quarta-feira da semana passada em Amarante, à tarde, a convite do poeta e escritor Virgílio Queiroz, para participar de uma reunião em que seria discutida a criação de um memorial ou panteão simbólico a Da Costa e Silva, já que a sua família não permite o traslado dos restos mortais do grande poeta brasileiro, segundo me foi informado. Consta que a sua viúva, mãe do poeta e embaixador Alberto da Costa e Silva, não era favorável a essa ideia, porquanto costumava rezar no túmulo do marido, localizado em cemitério carioca. Mesmo com a morte de dona Creusa Fontenele, o Virgílio Queiroz me disse que Alberto ainda é contra essa remoção, por motivos que ele desconhece.

Quando terminei minha peroração, alguns confrades, para honra minha, me apartaram, dando-me o seu apoio e solidariedade, entre os quais Herculano Moraes, que acrescentou algumas informações sobre os entraves referentes ao não cumprimento do artigo 226 da Constituição Estadual, ao tempo em que prometeu convidar a deputada Margareth Coelho, que foi minha colega e do presidente Reginaldo Miranda no curso de Direito da UFPI, para debatermos esse assunto de capital importância para a difusão e conhecimento de nossa cultura literária.

Também fui apartado pelo desembargador Manfredi Mendes de Cerqueira, que apoiou as duas ideias sobre as quais me pronunciei. Sugeriu que o presidente da APL enviasse ofício ao secretário da Educação, deputado federal Átila Lira, solicitando que ele dê cabal cumprimento ao artigo 226 de nossa Carta Magna, implantando o ensino de Literatura Piauiense na grade curricular, como disciplina obrigatória, e não de forma optativa ou como matéria transversal ou afim, e ao prefeito de Amarante, Luís Neto, pela sua determinação em construir o memorial e panteão em honra do poeta Da Costa e Silva, parabenizando-o por esse projeto.

Virgílio Queiroz, retomando a minha antiga luta, me convidou, algumas semanas atrás, para trocarmos ideia sobre a criação desse memorial, que seria uma espécie de mausoléu simbólico. Dei-lhe vários palpites, na oportunidade, que se somaram ao que ele idealizara. Portanto, o poeta me convidou para esse encontro na Terra Azul do Poeta, a fim de que transmitíssemos nossas sugestões ao prefeito Luís Neto e ao vice-prefeito Clemilton Queiroz. Não irei entrar em detalhes. Apenas direi que Luís Neto ficou deveras empolgado com essa iniciativa.

Ficou tão entusiasmado, que acrescentou ideias suas a esse projeto, engrandecendo-o e valorizando-o. Convidou-nos a conhecer dois locais onde o monumento simbólico do último desejo do poeta e o memorial poderiam ser erguidos. De imediato, recomendou que Virgílio e Clemilton Queiroz contratassem um escritório para elaborar o projeto. Falou que as placas com os poemas e ilustrações seriam feitas em duplicata, para também serem afixadas no imenso alpendre interno da sede da prefeitura.

Sobre esse alvissareiro encontro, colhi a seguinte informação no portal Amarantenet, que muito me desvaneceu: “Elmar Carvalho, que lançou essa ideia de trazer os restos mortais de Da Costa e Silva há mais de trinta anos, quando a convite de Virgílio Queiroz, participou de um debate literário em Amarante, publicou em seu blog artigos diversos sobre esse desejo do grande vate piauiense, sempre se embalando nos versos do soneto “Amarante”. Vamos em frente, poeta Elmar”.

Acrescento: vamos em frente prefeito Luís Neto, Clemilton Queiroz, poeta Virgílio e demais amarantinos, amantes dos versos do Príncipe dos Poetas Piauienses.

Várias pessoas acorreram ao local, onde provavelmente serão erigidos o memorial e o monumento simbólico do último desejo de Da Costa e Silva, como uma antecipação da importância que essa obra terá no culto ao grande poeta, que permanece vivo no coração e no amor de todos os amarantinos. Certamente o monumento e o memorial acolherão os restos mortais do poeta, como uma relíquia preciosa, quando sua família permitir que eles venham repousar no solo sagrado de sua terra mater.

#### VICENTE LEAL – ALÉM DA TOGA, AS LETRAS

Recebi um e-mail do colega e amigo Carlos Hamilton, em que ele me informava que no clube dos magistrados o ministro Vicente Leal perguntara por mim. Respondi-lhe que um dia lhe contaria em que circunstância o conheci. Passo a cumprir a promessa.

Dez anos atrás, num congresso promovido pela AMAPI, realizado no auditório do Metropolitan Hotel, o ministro se fazia presente, como um dos convidados especiais de nossa associação. Através do deputado Humberto Reis, de quem tive a honra de ser amigo, ouvira falar sobre ele, já que ambos eram naturais de Jaicós, sendo que Vicente era filho de um município hoje desmembrado daquele. Também eu já lera um discurso, em que ele fazia o elogio de seus pares, com muita elegância, poder de síntese, capacidade de observação, e, sobretudo, sabendo extrair de cada um as qualidades que lhe eram mais características.

Na sexta-feira, a direção do congresso nos avisou que haveria uma confraternização à noite, em nosso clube. Ao sair do auditório, pensando em comparecer ao evento, perguntei a um recepcionista se Vicente Leal estava hospedado no hotel. O servidor respondeu-me afirmativamente. Autografei um exemplar da antologia A Poesia Parnaibana, da qual eu era coautor, e pedi-lhe entregasse ao ilustre hóspede. Disse-me que ainda naquele dia o ministro receberia o livro.

Depois, por indisposição de minha mulher, resolvi não ir à festa. No dia seguinte, sábado, ao chegar ao auditório, para assistir às conferências, fui abordado pelo desembargador José Gomes Barbosa, pessoa de minha estima e consideração, que me disse que Vicente Leal desejava conhecer-me. Indiquei-lhe o local em que ficaria.

Alguns minutos depois, vi o desembargador, acompanhado de uma pessoa, que julguei tratar-se do ministro, caminhar em minha direção. Fui-lhes ao encontro. Vicente Leal cumprimentou-me, sorridente, e se disse admirado de eu ainda ser jovem, pois julgara fosse eu bem mais velho, dado as qualidades que atribuiu aos meus modestos poemas. Perguntou-me se eu não tinha outros livros, porquanto gostaria de lê-los. Prometi enviar-lhe outros livros de minha autoria.

Quando fui lançar a segunda edição de Rosa dos Ventos Gerais, em Brasília, pedi à professora Clea Rezende Neves de Melo, minha amiga e companheira de lançamento, irmã do desembargador Osiris Neves de Melo Filho, que o convidasse. Para minha satisfação, o ministro Vicente Leal compareceu, após desvencilhar-se de seus compromissos no STJ.

Como homenagem a ele, quero fazer o seguinte registro: outro dia, numa audiência, o procurador do INSS, o advogado Erasmo Sousa, disse haver trabalhado na Justiça Federal no Piauí. Perguntei-lhe qual o juiz que ele mais admirara a capacidade de trabalho. Respondeu-me que vários.

Contudo, disse que o que mais tinha habilidade em compulsar um processo volumoso e conseguir sintetizá-lo em decisão rápida e precisa fora o ministro Vicente Leal, nas vezes em que atuara, temporariamente, no Piauí. Após aposentar-se, o ministro deu vazão ao seu talento literário, e vem escrevendo belas crônicas, concisas e bem redigidas, que certamente há de recolher em livro.

## CEMITÉRIO VELHO – MUSEU E MEMORIAL

Através da internet, vi matéria da Katiucia Alves, informando que as zeladoras do cemitério velho de Campo Maior, há muitos anos desativado, se queixaram de que algumas pessoas da circunvizinhança jogam lixo no seu interior, por cima de seu muro, já penso e gretado. Na mesma reportagem, consta que a prefeitura deseja construir no local uma praça, a exemplo do que ocorreu em Piripiri, em que foi construída a Praça das Almas no local onde existira um campo santo, mas que os campomaiorenses são contra essa solução.

No meu entendimento, toda administração, pública ou privada, deve ser criativa, e procurar várias opções para resolução dos problemas, inclusive soluções inovadoras e até mesmo revolucionárias em certos casos. Tenho conhecimento de que, em alguns outros países, inclusive na Inglaterra, um cemitério pode ser transformado num lugar agradável, usado para passeio, como se fosse uma praça ou um parque. Na Argentina existe o famoso La Recoleta, cantado e exaltado por Jorge Luís Borges.

Acredito que, com um bom trabalho de arquitetura e paisagismo, o nosso antigo campo santo, tão caro aos campomaiorenses, bem poderia ser transformado numa espécie de museu e memorial a céu aberto, com a plantação de árvores, criação de jardins, passeios, alamedas, caramanchões, bancos e um espaço coberto, que poderia servir de templo ecumênico e de uma espécie de auditório, para certas palestras ou encontros. Em certos recantos seriam colocadas estátuas alegóricas da vida, da morte e da saudade, bem como placas ou lápides, que contassem um pouco da história do cemitério, de seus mortos e de nosso município.

Seria um museu e memorial porque esse campo santo conta muito da história de Campo Maior. Muitos moradores antigos, de velhas estirpes do município, estão ali sepultados, assim como muitos de seus filhos ilustres, nas mais diferentes áreas da atividade humana, seja intelectual, artística, política ou empresarial.

Esse local guarda muito da memória histórica do município, através de suas lápides. Eu mesmo, em minha adolescência, percorrendo suas alamedas, descobri o túmulo do poeta Moisés Eulálio, e lhe escrevi um necrológio, em forma de crônica, que publiquei no inesquecível jornal A Luta, nos meus bisonhos dezesseis anos de idade.

Alguns túmulos têm valor histórico e artístico, e falam, em seu silêncio monumental, de costumes, de artes e valores de outra época. Por outro lado, esse prédio faz parte da paisagem urbana, e está incrustado na memória e na saudade de pessoas de várias gerações; sua destruição empobreceria o nosso patrimônio

arquitetônico. A sua conservação, com o restauro dos túmulos e criação do museu e memorial, nos moldes em que sugeri, seria uma prova de respeito aos mortos e seus familiares. Por outro lado, a nossa cidade estaria sendo pioneira no Piauí, não sei se mesmo no Brasil, em adaptar um cemitério para ser um museu e memorial, bem como um logradouro agradável e propício a passeios e meditações.

Também serviria para que os campomaiorenses tenham um sentimento de menos temor ante a perspectiva da morte; aliás, todos passariam a ver a morte com mais naturalidade, como parte integrante e indissociável da vida. Não agrediria a religião e a religiosidade de ninguém, porquanto todas as religiões respeitam os mortos e consideram a morte como a passagem para outra vida, como um pórtico de entrada para outra dimensão da existência humana.

## NO REINO DO SOBRENATURAL

Fui à casa de meu colega e amigo João Batista Rios. Pedi-lhe que me contasse uma história que ele me havia contado há mais de seis anos, quando ele era juiz de Bertolândia, e eu, de Ribeiro Gonçalves. Muitas vezes viajamos, à noite, no mesmo velho e desconfortável ônibus, para as nossas longínquas Comarcas. De madrugada ele descia na sua cidade e eu continuava em minha desgastante odisseia madrugada friorenta adentro.

Repetiu a história da mesma forma como eu a guardara em minha memória. Certo dia do início da década de 1990, quando ele era servidor federal da Previdência Social e advogado, por volta de 13:30 horas, estacionou seu carro na frente do Colégio das Irmãs, onde deixou sua filha, e seguiu a pé em direção a seu escritório, situado no Palácio do Comércio. Na calçada da antiga Escola Técnica Federal, na frente da EMBRATEL, avistou o padre Geraldo Vale, que fora capelão da Polícia Militar do Piauí e fora seu diretor espiritual no grupo da Renovação Carismática da Escola Dom Barreto.

Quando o padre o avistou, em gesto largo e de muita expansividade, abriu os braços, como se estivesse se preparando para um grande abraço, e sorrindo o chamou de “meu advogado Dr. Batista Rios”, como costumava saudá-lo. Conversaram no máximo dois minutos. Despediram-se e Batista seguiu para o seu escritório.

Um pouco adiante, voltou-se e viu o padre afastar-se no ensolarado início de tarde teresinense. O meu colega admirava esse capelão, pelo que ele tinha de ungido, de santidade, de homem efetivamente de Deus. Fazia tempos que não o via, mas sempre pensava nele, sempre desejando revê-lo, uma vez que passara a integrar o grupo da Renovação Carismática do Cristo Rei, deixando o que era dirigido pelo padre Geraldo.

No caminho, foi pensando em como o achara rejuvenescido, quase transfigurado em sua expressão de alegria, de paz, de beatitude, com feição e expressões angelicais. De tarde, ao deixar o seu escritório, foi pegar uma revista na banca do Solon, na Praça Pedro II. Nessa banca, encontrou Célia, que fora sua colega do antigo INAMPS e do grupo carismático do Dom Barreto.

Com muita alegria lhe informou que havia encontrado, antes das duas horas da tarde, o padre Geraldo. Célia, incrédula e sorrindo, disse-lhe que ele estava a fazer mais uma de suas brincadeiras, pois tal fato jamais poderia ter acontecido, posto que o

capelão havia falecido há mais de um ano. Batista retrucou-lhe que ela é quem estava a fazer gracejo, e foi embora.

No dia seguinte, quando o magistrado Batista Rios, como costumeiramente fazia, foi assistir a uma missa na igreja de São Benedito, encontrou, logo na entrada do templo, a senhora Ivani, pessoa de muita devoção e de sua estima. Disse-lhe da alegria de haver encontrado, no dia anterior, o padre Geraldo Vale.

Dona Ivani, algo perplexa, com as pupilas um tanto dilatadas, respondeu-lhe:

– Meu filho, padre Geraldo já faleceu, faz mais de ano...

Batista Rios, católico da mais lídima devoção, homem íntegro, magistrado honrado, não sabe a explicação definitiva para o fato, mas somente que ele aconteceu, da maneira que me narrou.

Talvez o seu desejo em rever o sacerdote tenha sido tão forte, que materializou a imagem dele, que estava incrustada indelevelmente em sua mente; talvez o padre tenha obtido permissão para lhe aparecer uma última vez, para que Batista pudesse dar o seu testemunho de que há mais coisas no céu do que apenas aviões de carreira, como asseverou célebre ironista.

## DESPEDIDA DE GOLEIRO

O colega e amigo Thiago Brandão, grande matador, no sentido futebolístico da palavra, respondendo a um e-mail que lhe enviei, em que lhe explicava que pretendia publicar, em formato impresso, este Diário Incontínuo em 2016, quando terei sessenta anos de idade, escreveu-me pela internet: “Grande Poeta! Achei que, pela sua agilidade na atividade futebolística, mais precisamente em envidar esforço homérico evitando gols, estivesse Vossa Excelência ainda bem distante de atingir a sexagenária. De toda sorte, parabéns pela vitalidade física, mental e profissional”.

Embora sabendo que a mensagem é fruto de sua bondade e lhaneza, não pude deixar de recordar os meus tempos de goleiro amador – amador do esporte e da vida, e amador porque nunca fui um profissional pebolista. Respondi-lhe nos seguintes termos, com certa autoironia: “o pior, ou o melhor, senão já terei partido desta para uma melhor, é que ainda vem a expulsatória ou compulsória ou septuagenária”.

Parece que essa posição futebolística, além de ingrata, é um tanto maldita. Primeiro, um golquíper é o único atleta a jogar, sobretudo, com as mãos; segundo, uma falha sua é quase sempre fatal, e, depois, as televisões só se preocupam em exibir os gols, em que o goleiro é visto em situação desfavorável. Pouco são mostradas as belas e difíceis defesas de um goleiro. Para completar a esdruxularia, até sua farda é diferente da dos demais atletas. Agora, estourou a notícia de que o goleiro Bruno teria mandado matar a sua amante Eliza Samudio.

Assim que assumi a Comarca de Regeneração, andei comentando que fora goleiro em minha juventude, mas que, depois dos quarenta, e mesmo depois dos cinquenta anos, ainda jogara no time da AMAPI. Acrescentei, com certa ponta de vaidade, que as pessoas que me viram jogar diziam que eu era um bom arqueiro, com atuações quase sempre regulares ou boas. Diante disso, fui convidado pelo advogado Luzmanell Teixeira Absolon para disputar uma partida em seu campo particular, conhecido como Teixeiraão. Arrependi-me de haver sido linguarudo e um tanto

fanfarrão, mas, para não passar por mentiroso, fobista ou falastrão, aceitei participar de um jogo.

Para não encompridar a conversa, devo dizer que foi uma ótima partida, com torcedores e bons atletas regenerenses da idade madura. Tive sorte. Atuei bem, e fiz pelo menos três boas defesas, em que executei “voadas” ou “pontes”, uma das quais estaiada. Inclusive, um dos torcedores, no final do entreeiro, disse que uma das minhas defesas merecia ter sido filmada, e fazia a mímica correspondente, usando um telefone celular como se fosse uma câmera. Também disseram, mas acho que apenas por venenosa brincadeira, que eu fui poupado, em razão de meu cargo. Essa afirmativa não procede, pois os chutes foram violentos, verdadeiros torpedos, e bem no cantinho da trave.

Surpreendi-me com o doutor Luzmanell. Pensei que ele só jogasse por ser o dono da bola e do campo, por sinal agradável, arborizado e bem gramado, mas percebi que ele tem intimidade com a pelota e conhece os segredos e macetes da arte futebolística.

Posteriormente, fui convidado para novo jogo. Prefiro declinar. Dizem que a primeira imagem é a que fica, mas eu acho que é a última. Assim, prefiro, como poeta, encerrar um soneto com uma chave de ouro, e, na qualidade de goleiro, prefiro pendurar as chuteiras, ou melhor, arquivar as luvas de golquíper, com uma boa atuação.

#### QUEM TE ENSINOU A VOAR?

José Francisco Marques

Professor, compositor e instrumentista

Remonto ao início dos anos 70, mais precisamente após o nosso escrete canarinho haver conquistado a tão cobiçada taça Jules Rimet. A nossa seleção (considerada ainda hoje por experts como a melhor de todas as seleções), despertou de maneira ainda mais efusiva e visível a simpatia por esse esporte. Assim, o futebol de várzea efervescia certamente por conta de tal feito.

Eu, não contrariando a toda uma geração, me deixei levar por essa “onda” futebolística. O meu primo/irmão João Bartolomeu Filho fundou na época um time de futebol amador, o qual denominou de Palmeiras. Era de fato um time bem organizado, com reuniões semanais, englobando todos os que faziam parte daquela equipe.

Organizou-se então um Campeonato que tinha como coordenador mor um jovem ao qual chamavam de Pedro Rocha, apelido que acredito ser uma alusão ao então famoso craque do São Paulo naquela época, cujo nome verdadeiro era Antônio

Francisco Souza. A citada competição acontecia aos domingos, no Estádio Deusdedit Melo.

Eu era uma espécie de faz tudo. O office boy da equipe por assim dizer. Lembro que, dentre as tarefas a mim delegadas, a que mais me deixava prazeroso era a de literalmente acordar o nosso atleta maior. Refiro-me ao mestre amigo, poeta, cronista, blogueiro dos mais famosos e imortal de várias academias, dentre elas a Piauiense de Letras, Elmar Carvalho, que representava, sem dúvida alguma, a peça que transmitia a toda equipe a segurança necessária. Assim o digo porque, enquanto eu não conseguisse completar a minha tarefa, lá no Estádio, o meu primo usava de todas as artimanhas possíveis para protelar o início do jogo, para iniciá-lo apenas quando o nosso guarda-metas chegasse.

Elmar era de fato um goleiro diferenciado. Elegante em suas defesas e de uma agilidade impressionante, pois muitas vezes arrancava aplausos (fato raríssimo entre expectadores desse nível futebolístico), da plateia que o assistia. Eu, entre orgulhoso e com um nítido sentimento de dever cumprido, sentia-me dentro do contexto feliz por ser parte, ainda que ínfima, desse espetáculo que dominicamente o nosso atleta oferecia.

Lembro-me, dentre outros feitos, de uma defesa antológica que Elmar praticou. Repassei, durante muito tempo, aos amigos que militavam na área esportiva, tal feito. Era uma espécie de semifinal ou algo parecido. O jogo estava duríssimo e o Palmeiras vencia por 1X0. O jogo já estava quase finalizando, quando o centroavante adversário acertou uma cabeçada no canto esquerdo, tendo o nosso goleiro, em um reflexo incrível, efetuado a defesa. A bola resvalou na trave. A pelota sobrou para outro atacante, que de primeira soltou um “torpedo”; o nosso arqueiro, usando de uma agilidade felina, conseguiu, no canto contrário, fazer uma defesa fenomenal. Mais tarde, ao ver uma defesa de Rojas, cognominado pela crônica esportiva, pela plasticidade de seus “voos”, de el condor, atuando no Santos (os mais afeitos ao futebol certamente lembrarão), é que pude estabelecer um comparativo com essa verdadeira façanha malabarística.

Elmar tornou-se um grande goleiro precocemente. Certa feita, ainda criança, jogava com alguns amigos em um campinho de futebol. A sua atuação despertou a atenção de um agricultor que por ali passava. Depois de seguidas defesas e voos, a espalmar a bola, o agricultor, não contendo a sua admiração e espanto, expressou em voz alta: “Meu Deus, parece um passarinzim”.

O lado intelectual falou mais alto, e assim o futebol perdeu um grande goleiro. A magistratura, por sua vez, ganhou um reforço substancial.

Mas, voltando às minhas memórias, jogo terminado, Elmar seguia, agora com alguns amigos, de volta ao seu lar (ou algum boteco), não sei ao certo, entre elogios e expressões de puro contentamento.

Hoje, depois de muitos anos, o mesmo jogador brilhante, que antes imitava com perfeição o voo dos pássaros em suas defesas acrobáticas, transporta-me em suas asas poéticas a voos ainda mais densos e infindos.

Mestre, humildemente vos pergunto: Quem te ensinou a voar?

*Depois desta crônica, só me resta dizer, parafraseando o poeta Mário Quintana: Muitos goleiros passarão, eu passarinho.*

*Após a publicação desta crônica, recebi o seguinte e-mail do amigo Roberto Veloso, juiz federal e goleiro:*

*Meu amigo Elmar,*

*Poeta maior piauiense da atualidade. Sua poesia se ombréia com os grandes poetas do Piauí: Torquato Neto, Da Costa e Silva, H. Dobal, este último seu conterrâneo da querida Campo Maior. Ao lado disso tudo, ainda teve a peripécia de ser goleiro, posição que tive a honra de enfrentar na minha juventude futebolística. Grande abraço,*

*Roberto Veloso*

#### IV – MEMÓRIAS AFETIVAS

##### RETRATO DE MINHA MÃE

Fernando Pessoa, em versos, disse que após sua morte, se quisessem escrever sua biografia, não haveria nada mais simples, porquanto tinha apenas duas datas: a de sua nascença e a de sua morte. Minha mãe nasceu no dia 20/11/1933 e faleceu na sexta-feira passada, 26/04/2013. Era de poucas letras, embora tivesse enorme sabedoria de vida, e tinha o que hoje chamam de inteligência emocional. Com efeito, em sua modéstia e simplicidade, era uma mulher muito inteligente e perspicaz. Se eu quisesse resumir este perfil, que tento fazer de minha mãe, diria que o texto insuperável de Don Ramon Angel Jara, bispo de La Serena – Chile, a ela se aplica com exatidão, como se aplica a todas as verdadeiras mães.

Não exerceu cargos e nem funções públicas. E nunca os almejou. Cristo disse que quem desejasse ser o maior, deveria ser o que mais servisse. Portanto, deveria ser o maior e o melhor dos servos. Mamãe (quase) renunciou a si mesma, para servir aos outros. Sua missão, à qual se dedicou de forma obstinada e contínua, sem tréguas, sem férias, sem feriado, sem queixas e sem lamentações ou mágoas, foi cuidar do seu marido e dos seus oito filhos. E como soube cuidar... Nisso foi inexcedível.

Desde o amanhecer até o momento em que ia dormir, não sabia ficar quieta. Sempre tinha algo a fazer. Nisso se incluíam todos os misteres domésticos. Cuidava do marido e dos filhos; limpava a casa; lavava as roupas e as louças; fazia as refeições e chegou ao ponto, durante vários anos, de confeccionar as roupas dos filhos, mormente numa época em que não era costume comprar-se roupas feitas.

Nossas roupas eram bem feitas, tanto no corte, como na costura, e bem se ajustavam ao nosso porte. Em determinada época, apenas por passatempo, no período em que morava em Parnaíba, passou a confeccionar animais e bonecas de pano ou plástico, para presentear os filhos e alguns amigos, e também ornar sua casa. Eram trabalhos feitos com esmero, com observância de detalhes, enfeites e adereços, que lhe revelaram a sua faceta artística, a que não deu continuidade, porquanto sua vocação ou devoção era, efetivamente, ser esposa, mãe e exímia dona de casa.

Mesmo quando passou a ter colaboradora, jamais deixou de exercitar esses trabalhos. Nunca lhe ouvimos lamúrias por causa de sua dura labuta doméstica. Sentia-se realizada em ser dona de casa e mãe de família. Parecia encarar esse labor extenuante e repetitivo como uma missão sagrada, que lhe dava íntima satisfação e à qual não desejava e nem poderia fugir, ainda que apenas aos domingos.

Das várias mensagens que os netos divulgaram através da internet (facebook) e que publiquei em meu blog, pinço trecho de duas. Este, de meu filho João Miguel, cadete da Polícia Militar do Amazonas, e que, por isso mesmo, não pôde comparecer ao enterro de sua avó: “Hoje o céu está mais alegre. Os anjos cantam. Chega mais uma estrela para brilhar no paraíso. Passa agora um filme na minha cabeça dos momentos que passamos juntos, da alegria que cativava todos, da cumplicidade com a família, da sinceridade que transparecia em seu rosto”. E este outro, escrito por Raquel Guedelha: “Certa vez, vovó comentou com meu irmão, que a imagem da felicidade dela era olhar para o passado e lembrar a época em que o meu avô chegava do trabalho em Campo Maior, e todos os filhos dela, que brincavam na frente da casa, saíam correndo ao encontro do pai para trazê-lo para casa”.

Tinha mamãe o espírito forte e uma grande energia vital. Mantinha sempre o ânimo alegre, sem mágoa, sem ira e sem temores. Não tinha inveja de nada e nunca se maldizia. Não gostava de fuxicos, futricas e fofocas, e, portanto, não se comprazia em falar da vida alheia. Embora não fosse de visitar amiúde as casas alheias, mesmo porque não tinha tempo para isso, tinha a amizade e a estima dos vizinhos, aos quais tinha o mesmo apreço, amizade e consideração. Creio que a sua força e vitalidade provinham de uma Fé singela, mas inabalável em Deus, que ela não alardeava, pois a conservava em seu íntimo, em recanto secreto.

Essa Fé a fez ser sempre uma mulher forte, decidida, embora de trato suave, e mesmo delicado. Cultivava discreta alegria, sem ostentação e espalhafato. Ao trabalhar, em sua faina diária e contínua, cantarolava algumas músicas de sua predileção. Não obstante essa sua postura, soube disciplinar os filhos, com a palavra, com o castigo e com os corretivos, para que fôssemos pessoas do bem e buscássemos a virtude. Nessa seara tivemos, também, o seu exemplo e o de nosso pai, que lhe sobrevive. Contudo, não fomos criados presos, amarrados à barra de seu vestido. Fomos livres e brincamos a valer.

Conquanto tivesse mamãe uma personalidade forte, e tenha enfrentado com galhardia as dificuldades e vicissitudes da vida, que se abatem sobre todas as famílias, sejam percalços financeiros ou doenças, sem nunca esmorecer ou perder a Esperança e a Fé, entretanto, quando a tragédia, pela primeira e única vez, atingiu a nossa família, eu pude imaginar o quanto ela nos amava. Foi quando minha irmã Josélia, aos quinze anos de idade, no auge de sua beleza, carisma e simpatia contagiante, linda e odorífera flor que mal desabrochava, foi colhida brutal e inesperadamente pela morte, vítima de acidente automobilístico.

Minha mãe passou vários dias imersa em imensa tristeza, prostrada em sua alcova, a derramar profusas e sentidas lágrimas; chorou sua filha, como Raquel chorou seus filhos, “sem aceitar consolação por eles, porque já não existem”. A duras penas, sabe Deus com que esforço, conseguiu sair de sua profunda prostração, para cuidar do

seu marido e de seus filhos, que dela ainda muito precisavam. Aos poucos, retomou a sua rotina e voltou a tomar posse de si mesma, do modo como sempre fora.

Tinha senso de humor, embora o usasse de forma moderada, e jamais para diminuir ou ridicularizar quem quer que fosse. Certa feita, o meu saudoso cunhado Zé Henrique disse que, quando morresse, gostaria de ser um urubu. Um pouco por influência minha, creio, ele passara a admirar essas negras aves, a sua saúde, a sua missão de limpar o mundo, a sua magnífica coreografia aérea, e até mesmo o seu gíngado caminhar de malandro carioca. Minha mãe, sorridente, retrucou-lhe que preferia ser um bem-te-vi, pela sua beleza e alegria. Na tarde de sua morte, ouvi o canto alegre desse passarinho, que já não ouvia há algum tempo, e tive o lampejo de que seu espírito partia para o infinito.

Décadas atrás, minha mãe ganhou um casal de papagaios. Criou-os com muito zelo, carinho e estima. Não lhes ensinou palavrões e nem cantigas indecorosas, como as que hoje nos agridem os tímpanos e a alma em quase todo lugar. Ensinou-lhes belas e alegres canções, inclusive religiosas, conquanto não fosse carola, avessa que era a hipocrisias e falsidades farisaicas.

Graças à sua obstinada determinação nesse mister, o Louro e a Rosa aprenderam um vasto repertório de palavras, frases e cantigas. Era muito engraçado ouvir-se a algazarra festiva dos papagaios, quando eles estavam de bom-humor, pois essas aves, como os humanos, cuja voz eles imitam, parecem ter os seus caprichos, em que alternam momentos de alegre expansão com momentos de sisuda introspecção, ou mesmo de certa melancolia.

Deus concedeu a minha mãe que ela nos preparasse para a sua morte. Ela sempre disse não ter medo de morrer. Quando teve de encarar duas ou três cirurgias, resolveu enfrentá-las de imediato, sem desânimo e sem receio. Os sentimentos negativos, que deve ter tido, em sua condição de humana, guardou-os para si; parecia não desejar contaminar os outros com queixas, medos, mágoas ou desesperanças. Em virtude de sua hepatopatia, um ano atrás, começou a definhar e a apresentar alguns problemas de saúde, ela que sempre fora tão saudável e incansável.

Esses problemas começaram a amiudar, e culminaram com a necessidade de ser internada em hospital de Teresina. Poucos dias depois, com a alteração de suas taxas, como a de potássio, que se elevou muito, e a de sódio, que caiu demasiadamente, seu coração, que era forte e vigoroso, sofreu uma fibrilação atrial, tendo ela que ir para a Unidade de Tratamento Intensivo.

Disso lhe adveio outras complicações, como uma embolia, numa das pernas, tendo ela que ser submetida a pequena cirurgia para retirada do coágulo sanguíneo. Finalmente, ocorreu o seu falecimento, aos 79 anos de idade, na tarde do dia 26, às 15:45 horas. Esse lento e gradativo declínio de sua saúde contribuiu para que meu pai,

minhas duas irmãs, meus quatro irmãos e eu suportássemos a sua morte sem desespero, e com resignação. Os choros foram contidos, silenciosos, ou apenas internamente, sem convulsivos soluços e clamores.

Minha mãe, como já falei, dizia não temer a morte. Dizia isso de forma humilde, sem empáfia e sem ostentação; apenas como quem, de há muito, entendeu-a como parte integrante da vida, ou mesmo como um portal para a continuação da existência, em novo estágio ou nova dimensão do espaço-tempo. Por essa razão, numa das vezes em que a visitei na UTI, disse-lhe para ser forte, rezar e confiar em Deus. Ela, com um fio de voz, dada a sua fraqueza física, porém com firmeza e serenidade, reafirmou-me não temer a morte.

O meu irmão César Carvalho (Neném), quando contei esse diálogo, disse-me, aludindo à circunstância de ser eu poeta:

– Você é doido mesmo... Todo poeta é um pouco doido. Você foi puxar um assunto desses!?

Sou, talvez, mas quem não é? Dizem que todo mundo tem um pouco de poeta e de louco. Além do mais, quiçá, tenha contribuído para reavivar a sua coragem e Fé.

Quando se aproximava a sua viagem a Teresina, para consulta e tratamento, se fosse o caso, minha mãe deu alguns de seus vasos de plantas a uma vizinha, Lindalva, esposa do comerciante Zé Francisco, amigo nosso. Ambos são pessoas boníssimas, e Deus os está abençoando em seus filhos, que estão a concluir os cursos de Radiologia e de Medicina. Recomendou, ainda, que os seus queridos papagaios fossem entregues a um dos filhos. Provavelmente, antevia que meu pai fosse sofrer muito com a visão e as cantigas deles, a lhe provocar lancinantes evocações e saudade, o que já está acontecendo.

Tempos atrás, ela firmou contrato com a funerária Pax União, naturalmente antevendo que o termo de seus dias já se aproximava. Também preveniu a familiares que desejava ser sepultada em Campo Maior, no cemitério do bairro Cidade Nova, ao lado do sepulcro de seu irmão Antônio Horácio de Melo, que fica perto do túmulo de sua irmã Maria dos Remédios e de seu cunhado Zeca Quaresma. Ela, pessoalmente, foi escolher o local, e pediu a sua reserva e marcação. Disso podemos inferir que ela tinha a premonição de que sua hora final já se avizinhava.

Josélia, filha de minha irmã Maria José (Mazé), contou que, na tarde em que minha mãe partiu para a eternidade, sonhara que ela retornava a sua casa em Campo Maior, entrando pelo quintal, cheio das árvores que ela plantou e dos arbustos ornamentais e flores que ela cultivava. Minha sobrinha, admirada de ela haver saído do hospital, lhe perguntou:

– Vovó, a senhora está bem?

Minha mãe, então, lhe respondeu:

– Agora, estou.

Quando Josélia acordou desse sono/sonho ouviu o telefone tocar. Era o meu irmão César Carvalho que ligara para lhe dar a notícia de que mamãe acabara de falecer. Certamente está bem, no lugar de beatitude que o Pai lhe deve ter destinado.

Na manhã do dia em que mamãe morreu, os papagaios começaram a cantar uma das cantigas que ela lhes ensinou. Como uma espécie de premonição, o Louro e a Rosa cantaram o seguinte trecho de hino religioso: “Mãezinha do céu, eu não sei rezar / Eu só sei dizer quero te amar”. O Solimar, um de nossos vizinhos, acrescentou que, após o cântico católico, uma das aves teria pedido: “Vovô Miguel, traz o café”, tendo a outra acrescentado que o queria com leite. Que avezinha mais exigente!...

Pouco antes da chegada do corpo de mamãe, fato ocorrido à noite, os papagaios novamente cantaram o refrão acima transcrito, e também o seguinte trecho de melancólica marchinha carnavalesca: “Oh! jardineira por que estás tão triste / Mas o que foi que te aconteceu? / Foi a camélia que caiu do galho / Deu dois suspiros e depois morreu”. Há quinze dias que meus pais já se encontravam ausentes, ficando eles aos cuidados da Alba, que também os ouviu cantar os versos iniciais do hino religioso. Os animais, que muitos dizem não ter raciocínio, parecem ter os seus mistérios e segredos.

Somos agradecidos a todos os parentes e amigos que nos deram a sua solidariedade, pessoalmente, por telefone ou pela internet, tanto nas visitas ao hospital, como no comparecimento ao velório e ao sepultamento. Na longa noite em que mamãe foi velada, muitos ficaram até o raiar do dia, rezando e nos reconfortando com sua presença. No quintal da casa, os xarás Zé Francisco, o professor e o nosso vizinho, ficaram a noite toda conversando comigo, por mais que eu lhes tenha dito que deveriam ir repousar, pois ambos têm as suas ocupações profissionais.

Muitos choraram copiosamente, embora de forma sóbria. Outros contiveram as lágrimas. Meu pai, minhas irmãs e alguns irmãos derramaram seus prantos, em alguns momentos, mas sem lamentações e sem desespero, porque sabiam que a vida de minha mãe continua em alguma das casas do Senhor da Eternidade – “na casa de meu Pai há muitas moradas. Se assim não fora, eu vo-lo teria dito”, garantiu-nos o Cristo (João, 14.2). Ao tombar do dia, mas ainda com sol, entregamos o corpo de mamãe aos cuidados da mãe terra. Sua alma, esta se encontra numa das moradas celestiais, ou “na mão de Deus, na sua mão direita”, como nos versos sublimes de Antero de Quental.

Encerrando redação sobre as mães, que valeria como prova da disciplina Educação Moral e Cívica, no antigo Ginásio Estadual, da qual era professor o impoluto juiz de Direito Dr. Hilson Bona, em que obtive nota máxima, disse, em pleno adolescer: “E agora direi, como disse Paulo Setúbal: 'Minha mãe, Deus lhe pague!’” Repito, agora, finalizando este singelo retrato, em plena maturidade: Minha mãe, Deus lhe pague.

.....

*Sobrevivem a minha mãe, o marido, Miguel Arcângelo de Deus Carvalho, e os filhos José Elmar, João José, Antônio José, Maria José, Paulo José, Joserita e Francisco José Nonato César (César), todos com o sobrenome “de Mélo Carvalho”. Minha irmã Josélia faleceu em 02/07/1978, aos 15 anos de idade.*

#### BREVE NOTÍCIA FAMILIAR (\*)

Domingo passado, recebi de meu pai breve anotação manuscrita, feita a meu pedido, sobre os nossos avoengos. Ele registrou apenas o que sabia de memória, sem consulta a registros de livros cartorários e outros alfarrábios. Muitas informações contidas nesta nota estão nos livros “Vultos da História de Barras”, de Wilson Carvalho Gonçalves, e em “O Ponta-de-Rama” e “Ruas, Avenidas e Praças de Piripiri”, ambos de meu primo Fabiano Melo, de onde as colhi. Meu pai tinha apenas treze anos de idade quando foi chamado ao gabinete do diretor do tradicional Colégio Diocesano, do qual era aluno interno, numa época em que pouquíssimos piauienses conseguiam cursar o antigo ginásio.

Para que se tenha uma pequena ideia de como era restritivo, excludente e elitista o sistema de ensino, basta que eu diga que muitos de seus antigos colegas se tornaram governadores, senadores, deputados, magistrados e detentores dos mais altos cargos públicos do estado. Foi chamado, logo após concluir a prova parcial do dia 30 de setembro de 1939, para receber do diretor Padre Chaves, que depois se tornou um dos maiores historiadores do Piauí, a impactante notícia de que seu pai havia morrido. Era filho único do terceiro casamento de meu avô. Padre Chaves, que conheci e que concedeu a mim e ao jornalista Domingos Bezerra excelente entrevista, que publiquei na revista Cadernos de Teresina, editada pela Fundação Cultural que leva o seu nome, foi afetivo e cuidadoso ao dar a notícia, proferindo palavras de conforto e resignação; recomendou que meu pai fosse repousar.

Meu avô tivera oito filhos do primeiro consórcio e nenhum do segundo. Diante desse inesperado acontecimento, papai voltou para Barras, a chamado de sua mãe, e só veio a concluir o ginásio muitos anos depois. Meu avô paterno se chamava João de Deus Nascimento; era filho de Emiliania e Silvestre Ribeiro do Nascimento. Graças a seu esforço e labor, fez prosperar uma gleba de terra, situada na data Luiz de Souza, e conseguiu amealhar algumas reses, engenho de cana e casa de farinhada. Era respeitado em sua localidade e na cidade de Barras, onde era muito conhecido. Para que se tenha uma ideia de sua personalidade marcante, basta que eu conte dois episódios de sua vida.

Certo dia, uma de suas noras, deu-lhe a notícia de que o marido estava de namoro com uma mulher da redondeza. Meu avô chamou um agregado de sua confiança e se dirigiu até certo ponto, perto da casa da amante de seu filho, de onde dava para ouvir as gargalhadas e arrulhos dos dois pombinhos nos colóquios e conciliábulos amorosos. Constatada a infidelidade cometida pelo rebento, ficou de tocaia. Quando ele retornava para casa, o abordou de forma enérgica, e lhe disse que se voltasse a “pular a cerca”, iria aplicar-lhe uma sova caprichada, de que ele jamais esqueceria. Não se soube da surra, porque não mais se soube de transgressão do rapaz. Eram os costumes severos da época, de fortes reprimendas.

Morava, na vizinhança, uma parenta de meu avô, creio que sobrinha, cega de nascença e entrevada, como se dizia antigamente. Levava a vida a cantar hinos religiosos e a rezar, em perpétua vigília e penitência. Meu avô, falecido em 1939, pedira para ser enterrado perto de sua cova. Talvez tenha sido recebido por ela, sarada de seus males, coberta pelo manto de glória e beatitude que deve ornar os que levaram uma vida de sofrimento, renúncia e conformação. No cemitério campestre da chapada de Luiz de Souza, perto de faveiras, sambaíbas, pau-d'arcos e pequizeiros, repousam, lado a lado, os restos mortais de meu avô João de Deus e dessa parenta, que aceitou com fé e resignação o sofrimento que lhe coube, e que viveu como um anjo, a orar e a entoar cânticos e “excelências” a Deus.

Meu avô conheceu minha avó na cidade de Barras, onde ela morava em companhia de seu irmão Elpídio Lucas Furtado de Carvalho. Chamava-se Joana Lina de Deus Carvalho e nascera em Piripiri. Era filha de Miguel Furtado do Rego. Era sua mãe Izabel Lina, de antigas estirpes cearense e piauiense. Muitas décadas após meu pai deixar o seu pago, fui com ele conhecer o local onde ele nascera, que fica a poucos

quilômetros da cidade de Barras. Vi meu pai tomado de profunda emoção, com os olhos marejados, a olhar o olho-d'água de sua infância, que ainda corria perene, a rever o buritizal da várzea e o morro verdejante onde se erguera outrora a casa de seu pai.

Meu avô materno se chamava José Horácio de Melo, nascido no lugar Campestre, município de Piracuruca, no dia 5 de agosto de 1893, e falecido em 13 de agosto de 1965. Era filho de Horácio Luiz de Melo e Antônia Quitéria de Carvalho. Horácio Luiz era filho de Antônio Luiz de Melo (este filho de Onofre José de Melo e Cecília Maria das Virgens, oriundos de Pernambuco e fundadores da Casa do Desterro, em Piracuruca) e Hygina Rosa de Menezes. Antônia Quitéria tinha como pais João Bartolomeu de Carvalho e Mariana Rosa de Carvalho. Eram do município de Piracuruca. Minha avó materna se chamava Maria Carlota, e era chamada de Paroara, dizem que por causa de sua tez alva e rosada como essa flor. Pertencia às famílias Sousa e Mendes, de Piracuruca. Morreu jovem, quando minha mãe tinha apenas onze anos de vida.

Por essa razão, mamãe foi morar com sua tia, irmã de seu pai, Maria Cristina Lima de Melo. Com a morte desta, passou a morar com sua prima Mirozinha, minha madrinha, até casar-se com meu pai. Devo muito a essa madrinha, que me emprestava, através de meu pai, os livros da biblioteca do Grupo Escolar Valdivino Tito e os de seu próprio acervo. Mamãe não guardou traumas e nem mágoas de sua orfandade, e nem de ter morado com esses parentes. Pelo contrário, tinha uma quase veneração por sua tia e por sua prima, e lhes tinha uma devoção de filha e irmã. Quando falava delas, era sempre com saudade e respeito.

Nunca tive paciência para empreender pesquisa histórica e muito menos genealógica, que acho importante, mas um tanto tediosa, de modo que desejei fazer apenas um breve registro, para que meus descendentes e irmãos conheçam um pouco dos nossos ancestrais. Aliás, meu pai, homem humilde, mas altivo a seu modo e no bom sentido da palavra, sempre foi avesso a empáfias e blasonarias de presumidas e pretensas nobiliarquias genealógicas, sabedor de que todos somos pó e de que ao pó da terra voltaremos. Só me falou, com mais detalhes, de nossos avoengos quando eu já tinha cinquenta anos de idade, por sinal em Piripiri, terra a que somos ligados por laços de sangue, no Auditório Osiris Neves de Melo, quando eu representava várias academias a que pertencço, a convite da professora Clea Rezende Neves de Melo, na solenidade em que foram lançados um livro dela e outro meu, o Lira dos Cinqüentanos.

Meu pai, ainda bem moço, veio para Campo Maior, onde trabalhou na Casa Inglesa. Posteriormente, ingressou no antigo Departamento de Correios e Telégrafos - DCT, através de concurso público, no ano de 1958. No início de sua vida de casado e de servidor público, morou no povoado Papagaio, hoje cidade de Francinópolis, por cerca de dois anos. O DCT virou ECT, e meu pai terminou indo para Parnaíba, onde por vários anos chefiou a agência local dessa empresa. Mas, amante inveterado e incondicional de Campo Maior, terminou regressando mais uma vez a minha terra natal, onde, aposentado, pratica dominó todos os dias com os irmãos Vicente, Antônio Wilson e Chico Andrade. Minha mãe consagrou todo seu esforço e dedicação a cuidar do marido e dos filhos. E como cuidou!...

(\*) Texto extraído do livro Diário Incontínuo, que venho publicando no meu blog [www.poetaelmar.blogspot.com](http://www.poetaelmar.blogspot.com). Teve a colaboração de pesquisas efetuadas pelo genealogista Valdemir Miranda de Castro.

#### A MORTE DE JOSÉLIA

No domingo, Dia dos Pais, fui a Campo Maior. Na casa paterna encontrei a minha irmã Maria José, que passou a minhas mãos um envelope contendo vários recortes de jornais, que ela cuidadosamente colara num papel de boa qualidade, de modo que esses recortes estavam em perfeito estado de conservação. Eram pequenas notas tipográficas, do final da década de 1970, dos jornais Folha do Litoral, Norte do Piauí e O Estado.

A maioria continha poemas de minha autoria, do final de minha adolescência. Alguns desses textos, embora não os renegue, não os recolherei em livro. Havia breves notas sobre o lançamento do livro Galopando, primeira obra a agasalhar meus versos, e que mais me causou emoção, por isso mesmo. Também faziam parte do opúsculo os poetas Paulo de Athayde Couto, Josemar Neres, Paulo Couto Machado e Rubervam Du Nascimento.

E havia, no meio dessa relíquia de celulose, duas notas sobre o trágico acidente automobilístico em que faleceu minha irmã Josélia, no apogeu de sua beleza e na plenitude de suas quinze primaveras. Ali estava uma elegia que escrevi sob o impacto de sua morte, e que se encontra estampada no meu livro Rosa dos Ventos Gerais. No meio desses velhos papéis, havia um texto manuscrito, de que já não tinha a menor lembrança, vazado em nervosa prosa poética, em que eu extravasava as minhas emoções ao ferir essa tragédia familiar.

Josélia faleceu no dia 2 de julho de 1978, e mal completara quinze anos de vida. Era bela. Era alegre. Era cheia de vida. Sua alegria era verdadeiramente contagiante. Exercia feliz e natural liderança sobre suas amigas. Soubemos que no último dia de aula, quando viriam as férias de julho, ela abraçou todos os seus colegas de classe, um

a um, meninos e meninas, e lhes disse que fazia aquilo porque lhes desejava umas férias tão alegres como as que ela teria.

Também escreveu num caderno uma breve crônica em que pedia que, quando morresse, fosse posto um ramo verde sobre seu túmulo. Parecia ter a premonição de que morreria no verdor dos anos. E um ramo verde apareceu no local em que ela foi sepultada. E – quem sabe? - talvez as suas férias, em outros infinitos páramos de Deus, tenham se convertido numa eterna festa de paz e beatitude.

Recordo muito bem. Eu estava sob uma das traves do estádio de futebol de Buriti dos Lopes, em minha posição de goleiro, quando vi umas moças virem em minha direção. Reconheci que eram umas amigas de minha família e de minhas irmãs. Logo, salvo engano, a Clotildes Duarte me disse que minhas três irmãs haviam sofrido um acidente, mas que estavam bem.

Quando percebeu que eu havia assimilado o golpe, acrescentou que não iria me enganar; que a Josélia havia morrido, e que seus parentes iriam me levar a Parnaíba, para eu ficar ao lado de meus pais. Soube, depois, que meu pai, homem extremamente emotivo e sentimental, ao saber da notícia estendeu-se no solo, prostrado, arrasado. Um de meus irmãos teve a presença de espírito e inteligência emocional para cantar uma música religiosa da predileção dele, que dizia para a pessoa segurar na mão de Deus e ir em frente.

Imediatamente, o velho levantou-se e criou forças para fugir do desespero. Minha mãe, que sob certos aspectos sempre fora mais forte e mais contida que meu pai, ficou arrasada, e ficou prostrada por vários dias. No dia seguinte, o meu amigo Antônio Gallas escreveu uma de suas Crônicas da Cidade, dedicada a Josélia, que era sua aluna. O texto foi lido por Gilvan Barbosa, de bela e vibrante voz.

Dessa época, o poeta Jorge Carvalho encontrou entre os pertences e pequenas lembranças de sua mãe um pequeno impresso, em sua memória, que me repassou de forma muito atenciosa através de e-mail. O diretor dispensou os alunos do Colégio Comercial, onde minhas irmãs estudavam, e eles encheram a catedral, de onde saiu o cortejo fúnebre em direção ao Cemitério da Igualdade, de nome tão sugestivo quanto apropriado.

Tentei ajudar a levar o caixão. Mas como o senti pesado, embora minha irmã fosse tão leve em sua beleza esbelta, em sua espiritualidade alegre. Acho que ele me pesou na alma, porque eu sabia que aquela era uma viagem de onde não se regressa jamais. A não ser na saudade dos que nos amam, dos que sentem a nossa falta.

Certamente por isso, meu pai mandou gravar numa placa, que contém a imagem de seu rosto eternamente jovem, os imortais versos de Da Costa e Silva: “Saudade! Asa de dor do pensamento!”

## CHEIRO DE FLORES

Na última quinta-feira, ao acordar, por volta de três horas da madrugada, na casa em que moro, no Condomínio Pingo d' Água, em Regeneração, senti um forte cheiro de flores, como se a fonte do perfume estivesse perto de mim. Estranhei, mas não tive medo. Fui ao banheiro, e imediatamente voltei a dormir. Fazia um mês e dez dias do falecimento de minha mãe. Creio que o cheiro fosse um misto de flor de laranjeira, jasmim, rosa e lírio de São José. Ao menos são esses os odores de minha

predileção. Quando senti esse inebriante perfume, como se alguém tivesse espargido essas essências odoríferas perto de mim, lembrei-me de mamãe.

Ao sair para o trabalho, cedo da manhã, encontrei numa área do condomínio dona Toinha, esposa do irmão Rodrigo, minha vizinha. Sem delongas, perguntei-lhe se na noite ou na madrugada daquele dia ela não havia sentido algum cheiro de flores, talvez trazido pelo vento de algum quintal da vizinhança.

Ela respondeu que não, e logo disse que o perfume que eu sentira fora minha mãe que me visitara. De fato, devo dizer que a explicação de cheiro trazido pela brisa não me convencia, uma vez que a janela do quarto estivera fechada, e o aroma parecia evoluir de um local muito perto de minha rede, como se a fonte de onde ele emanava estivesse no centro do quarto.

Contou-me ela que fora muito ligada a sua avó materna, e que a visitava diariamente. Ela faleceu aos 95 anos de idade, se não me falha a memória. Era lúcida, saudável e ativa. Costumava fazer trabalhos manuais, como crochê, renda de bilro e uma espécie de bordado, além de outros artesanatos com tecidos, apenas como passatempo, já que não vivia disso. A professora Toinha ficou ao pé de seu leito, quando ela faleceu. Dias após a morte da avó, ela teve uma experiência semelhante à que eu tive, e teve a nítida sensação de que fora visitada por sua ancestral.

Quando retornei a Teresina, tratei de contar o caso a minha mulher. Mal comecei a falar, ela logo me perguntou se eu havia sentido cheiro de flores. Assenti. Ela então me contou que na tarde de quarta-feira, em nosso quarto, por volta de três horas da tarde, aspirou um agradável cheiro, que parecia proveniente de muito perto de si; chegou a cheirar o próprio braço, para constatar se estaria perfumada, mas verificou que o odor não era proveniente de sua pessoa.

Não vou aqui, neste pequeno registro, levantar hipóteses, nem irei derrubar leis e teorias. Direi apenas que nunca havia sentido, na casa de Regeneração, esse perfume anteriormente, nem tampouco a minha mulher, em nosso quarto. Deixo que cada um encontre a sua própria explicação. Apenas peço que ninguém vá, depois, “enfeitar” o caso, dizendo que vi alma. Por outro lado, quando um amigo me perguntou se eu não tive medo, respondi que não; que eu teria me assombrado se porventura tivesse sentido catinga de enxofre.

Apenas lembro aos céticos ou pseudorealistas, mormente aqueles que pretendem desqualificar essas experiências com o uso da própria Bíblia, que Cristo asseverou que na casa de seu Pai havia muitas moradas, e que ele foi protagonista do episódio da transfiguração, em que apareceram figuras bíblicas que há muito haviam morrido, no caso, Moisés e Elias. Seu rosto brilhava como o sol e as suas vestes se tornaram resplandecentes.

Encerro dizendo que a mecânica quântica nos acena com a possibilidade de várias dimensões. E o velho Shakespeare dizia que havia mais mistério entre o céu e a terra do que poderíamos imaginar. Minha mãe amava as plantas e as flores, as cultivava, e admirava a beleza do céu e da natureza. Transmitiu isso aos filhos, e talvez essa admiração contemplativa fosse uma das suas maneiras de orar, em sua fé singela, mas firme. Nada mais direi. Saber dizer é também saber calar.

ZÉ HENRIQUE

Até sua aparente zanga, nas discussões e polêmicas que, às vezes, provocava, era apenas um artifício para apimentar a conversa e reavivar suas amizades, com o tempero da paixão e da ênfase. Após o debate, era o mesmo velho amigo de sempre, sem nenhuma mágoa, sempre prestativo, sempre disposto a fazer os favores que estivessem a seu alcance, e muitas vezes nem estavam, mas ainda assim ele os fazia. No entanto, se desconfiasse que havia, mesmo de leve, magoado o interlocutor, pedia, da maneira mais natural e simpática, desculpa ou mesmo perdão, se necessário, com o seu carisma inato e espontâneo.

Muitas dessas discussões giravam em torno dos descaminhos da má política, porque Zé Henrique possuía a capacidade de se indignar contra os demagogos de plantão, contra os hipócritas que vivem de iludir a boa-fé das pessoas humildes, contra os ladrões das finanças públicas.

Embora não fosse um erudito, era bem informado, supinamente inteligente, de raciocínio ágil e arguto; conversar com ele era uma ginástica mental instigante e agradável.

Parece que tinha a premonição de partir cedo deste mundo. Muitas vezes me disse isso. Perto de sua morte, como se esse presságio estivesse ainda mais forte, instruiu seu filho sobre alguns deveres e cuidados. Visitou a casa de uns amigos, onde fez questão de entrar no quarto do patriarca, falecido há pouco tempo, evocando-lhe a lembrança. Disse à viúva que não se preocupasse, porque onde o seu marido estivesse, estaria melhor do que neste planeta.

Na tarde que antecedeu o seu desenlace, telefonou-me sobre um assunto de família, e revelou-me ter se reconciliado com uma pessoa querida, de quem estivera distanciado. Também visitou outros amigos, entre os quais o dono de um barzinho, a pretexto de perguntar se estava devendo alguma cerveja, o que me fez lembrar o episódio sublime da morte de Sócrates, que, ao tomar o cálice mortal de cicuta, pediu a um de seus amigos que pagasse um galo, que estava devendo.

O poeta Carlos Drummond de Andrade disse que a sua Itabira era apenas uma fotografia na parede, mas como doía. Direi, citando-me a mim mesmo, que Zé Henrique jamais será uma fotografia na parede, mas me acompanhará, em minha memória e em minha saudade, cada vez mais vivo.

Na hora da saída do féretro, do alpendre da casa paterna, onde tantas vezes estivemos em momentos felizes, seu pai lhe depôs um beijo na testa, e lhe abriu, pela derradeira vez, os grandes olhos azuis, como se dissesse: "Cuidado, rapaz, ainda continuo sendo o teu velho pai, que te ama muito!"

Reviu, pela última vez, aqueles olhos azuis, que nos fitavam de forma penetrante, como se quisessem decifrar e perquirir o que ia no mais profundo de

nosso ser. Os olhos eram azuis, mas o sangue e a alma eram vermelhos, como as cores guerreiras do glorioso Caiçara Esporte Clube, de que éramos torcedores.

Relembrando os antigos filmes de banguê-banguê, exibidos no velho Cine Nazaré, que em minha memória remanesce intocável, diria a esse companheiro inesquecível:

– Hasta la vista, amigo.

## OBRAS INACABADAS E UM DOS MEUS AVOENGOS

Estive na casa do velho amigo Antenor Rêgo Filho para receber de suas mãos o livro *Obras Inacabadas*, da autoria de nosso parente Francisco de Assis Carvalho, cujo exemplar ele gentilmente me conseguira. Devo dizer que já admirava sua residência e suas árvores à distância, mais precisamente do posto de combustível em que ia abastecer o meu carro, que lhe fica ao lado.

Logo ao chegar recolhi vários frutos do enorme jatobazeiro, que sombreia a casa e o seu jardim, com a intenção de reproduzir essa frondosa árvore em nosso sítio da Várzea do Simão, situado às margens do Parnaíba, no município de Buriti dos Lopes, perto do limite com Parnaíba. O solar do Tena é amplo e alto; algumas de suas partes, por recomendação estética do arquiteto, foram construídas em espessa parede dupla.

Ficamos a conversar em seu aconchegante alpendre, rodeado pelas árvores, que nos transmitem a ilusão de estarmos em um sítio campestre. Falamos sobre vários amigos e conhecidos, sobretudo barrensenses, muitos dos quais já falecidos. Quando estava prestes a deixar o casarão do amigo Antenor, encontrei, em cima do cimento, quase prensado entre um jarro e o muro, em local de pouca luminosidade, um jatobá cuja plantinha tenra, na verdade apenas um broto, rebentara milagrosamente da dura casca do fruto, conquanto todas as circunstâncias lhe fossem adversas.

Segundo informações contidas no próprio livro, Assis Carvalho vinha escrevendo essa obra memorialística de forma discreta, quase sigilosa, sem nenhuma pretensão literária, quando foi colhido pela “indesejada das gentes”, deixando-a inconclusa; eis a explicação do título. Talvez por esse motivo ou talvez mais provavelmente por modéstia, pouco falou de si mesmo, de sua vida, de sua trajetória profissional, preferindo falar de seus avós paternos e maternos, de seus pais, de seus tios e de seus irmãos. Para suprir essa lacuna, o médico Sebastião Aécio de Carvalho, seu irmão mais novo, discorreu sobre sua vida e personalidade. O livro enfeixa ainda vários depoimentos de filhos e netos do seu saudoso autor.

Seus avós paternos foram João Antônio de Carvalho e Auta Fernandes Pereira, e os maternos se chamavam João Bartolomeu de Carvalho e Ana Rosa da Silva (Dondom). Era filho de João Fernandes de Carvalho e Maria Carvalho, conhecida como Marocas. Este casal, além de Assis, teve os seguintes filhos: Maria Judite, João Berchmans, Maria do Rosário, José dos Santos (Bilé), Geraldo Majella, Lázaro e Sebastião Aécio. Todos já faleceram, com exceção do caçula Sebastião.

Segundo meu pai, nosso parentesco com essa família era através de João Antônio de Carvalho, proprietário da fazenda Santinho, localizada perto da cidade de Barras. Contudo, o nome do avô materno do autor – João Bartolomeu de Carvalho –

não me pareceu estranho. Ao contrário, me pareceu familiar. Fui conferir essa impressão em meu pequeno trabalho “Breve Notícia Familiar” e nos livros “Ruas, Avenidas e Praças de Piripiri” e “Ponta-de-Rama”, do primo Fabiano Melo.

Desse cotejo, confirmei que meu trisavô, por parte de mãe, tinha o nome de João Bartolomeu de Carvalho. Restava-me a dúvida sobre se seria a mesma pessoa, ou se se tratava de caso de homônimos. No livro de Assis Carvalho, as informações sobre esse nosso avoengo eram escassas e um tanto vagas. Consta nessa obra que ele seria natural da região de Granja – CE, e que se casou “com Ana Rosa da Silva (Dondom) lá pelos idos de 1894”, e que essa união durara pouco tempo, porquanto ele falecera em dezembro de 1897. Fabiano Melo, em seu livro “Ponta-de-Rama” (edição de 1990), afirma que ele seria piauiense.

Em “Obras Inacabadas” consta ainda a informação de que a historiadora Judite Santana, em suas pesquisas históricas, teria encontrado o registro de que ele seria um dos signatários da ata de instalação da vila de Piripiri, fato ocorrido em 18 de setembro de 1874. Em seu livro Piripiri (edição de 1972), às páginas 24/25, essa historiadora transcreve o auto de inauguração da nova vila, no qual consta que fora assinado pelo Juiz de Direito, pelo escrivão e “mais pessoas gradas desta localidade que compareceram a este ato solene de inauguração da vila”. A povoação fora elevada a essa categoria através da Lei Provincial nº 849, de 16 de junho de 1874.

João Bartolomeu se casou com Mariana Rosa de Carvalho, minha trisavó, em data que desconheço. Em 2 de outubro de 1880 a filha deste casal, Antônia Quitéria de Carvalho, contraiu núpcias com Horácio Luiz de Melo. Tomando-se por base o ano de casamento de sua filha, e considerando-se que ela teria pelo menos quinze anos na época, é fora de dúvida que ele já era casado, em primeiras núpcias, em 1865. Fica claro desse conjunto de informações e documentos, que se harmonizam, já que não se contradizem e nem se excluem, que suas atividades na região de Piripiri e Piracuruca começaram bem antes do seu casamento em Barras, ocorrido em 1894, conforme já consta neste registro.

Após todo esse cotejo de informações, fundamentadas em documentos ou não, me é lícito inferir que se trata de um único e mesmo João Bartolomeu. Sem dúvida, ele se tornara viúvo do primeiro casamento, e convolou segundo matrimônio em Barras, talvez já um tanto idoso ou maduro, tanto que faleceu três anos após.

Esclareço, por fim, que fiz este registro apenas como uma modesta contribuição à genealogia piauiense. Quanto ao jatobá, do qual falei no início desta crônica, espero que dê inúmeros e bons frutos, como muitos dos Carvalhos aqui referidos o fizeram.

#### MEMORIAL DA CACHORRA BELINHA

Aproximadamente nove anos atrás, uma vizinha perguntou a Fátima se ela não gostaria de ficar com a sua cadelinha, uma vez que não tinha condições de levá-la a clínica veterinária, para consulta e tratamento. Já criávamos a Anita, há alguns anos, desde recém nascida. Essa vizinha não maltratava a cadelinha, mas não cuidava bem dela; não lhe comprava ração adequada, não a levava para banho e tosa, e muito menos, periodicamente, a médico veterinário.

Minha mulher aceitou a oferta, mais por pena do animal, do que por desejo, já que a Anita nos era suficiente e nos alegrava com a sua presença e eventuais travessuras caninas. Seu nome era Belinha. A Anita não foi acolhedora, e se revelou muito ciumenta, ciosa de seu território doméstico, e se mostrou um tanto egoísta, se é que os cães têm esse sentimento tipicamente humano. Embora menor, escorraçava a nova inquilina com os seus latidos e rosnados. Chegava mesmo a inticar com a Belinha, mal esta se aproximava.

Contudo, a nova cadela parecia possuir inteligência emocional, e cultivava a política da boa-vizinhança. Não discutia, ou seja, não rosnava e não latia; se afastava, e procurava ocultar-se debaixo de algum móvel, ou em algum recôndito recanto. Entretanto, num dia em que a Anita abusou dos seus direitos e privilégios de prima donna, e quis mordê-la sem nenhum motivo aparente, a Belinha revidou e a mordeu com muita bravura, demonstrando que tinha coragem e não a temia, mas que apenas não queria confusão, ainda mais na qualidade de novata.

Continuou, com os seus modos tímidos e discretos, a aceitar a liderança e as pirraças da Anita, mas com o episódio acima narrado foi como se lhe tivesse dito: “Olhe, não tenho medo de você. Apenas a respeito, e quero ter o direito de viver em paz, sem brigas e sem discussões”. Com o passar do tempo, as duas passaram a ter uma convivência, não digo afetuosa, mas ao menos pacífica. Com a sua sabedoria de vida, com a sua diplomacia instintiva, sabedora de que a Anita tinha a preferência dos donos da casa, a Belinha lhe cedia passagem e espaço, e mantinha sempre respeitosa distância, cedendo-lhe sempre a primazia, mormente nos dias de “banquete”, que era quando, uma vez por semana, a ração era misturada com carne, que as duas adoravam.

Sempre tive a impressão de que a Belinha parecia possuir os bons sentimentos humanos, quase como se fosse um pouco humana. Um dia, a Anita teve uma hérnia estourada. Parte de uma víscera ficou exposta, o que a fez ganir por causa das dores, que deveriam ser dilacerantes. A Belinha alarmou nossa casa, a subir e a descer a escada várias vezes, com fortes latidos, chamando a atenção da Fátima para o problema de sua semelhante e rival, em admirável solidariedade, esquecida de tudo o que a outra lhe fizera, por mero ciúme.

Quando Belinha veio viver conosco, em pleno vigor físico, procurou nos cativar, quase como se fosse uma artista circense. Usando apenas as patas traseiras, fazia rodopios, movendo-se para os lados e para trás, com as patinhas dianteiras estendidas para nós. Parecia uma bailarina, a executar caprichosa dança. Até parecia capaz de executar um paso doble; creio que só não o fazia porque era modesta e não desejava despertar a ira da rival e voluntariosa prima donna. Era a sua maneira de nos conquistar, de atrair a nossa atenção e afeto. Sem dúvida, isso parecia provocar certo ciúme na Anita, que não sabia fazer esses requintados malabarismos.

Para que Anita não fique mal na “fita” desta crônica, devo dizer que ela não admitia que alguém ralhasse com a Belinha; latia vigorosamente contra quem quer que falasse alto com ela. Acrescento que quando Belinha foi acometida da doença de que veio a falecer, ela ficou muito triste, e não mais cometeu qualquer insolência contra ela. Ainda hoje continua triste, como se estivesse saudosa da companheira, que não mais verá. Parece ter em sua alma animal a intuição de que Belinha não mais existe nesta dimensão de que fazemos parte.

Logo no início, percebemos que Belinha demonstrava inexplicável medo de voz de homem, e procurava esconder-se debaixo dos móveis da casa, ou ficava retraída nos cantos mais esconsos. Tivemos, pouco depois, a explicação: antes de ela passar ao poder de nossa vizinha, fora criada em outra casa, em que o dono a tratava com brutalidade. Certamente, fora maltratada pelos seus primeiros donos, e guardou, ao que parece, traumas disso pelo resto de sua vida.

Todavia, aos poucos, perdeu o medo de minha voz e da voz de meu filho, porquanto nunca foi “castigada” por ninguém de nossa casa. Conservou, contudo, a sua humildade e timidez pelo resto de sua vida. Parecia ter acanhamento de sua simples presença, quase como se estivesse a pedir desculpas pelo fato de apenas existir. Chegava discretamente, como se estivesse tomando chegada, com receio de incomodar. Deixava sempre que a Anita escolhesse primeiro o lugar em que desejava ficar, para só então acomodar-se em posto de espera ou repouso, conforme o caso.

Tinha, porém, o defeito de ser “espiã”, se é que podemos aplicar esse conceito aos animais. No momento em que íamos fazer as refeições ou merendar, vinha plantar-se perto de nós, embora procurando não incomodar e sem fazer exigências, com latidos ou rosnados. Apenas esperava as migalhas caírem, ou que eu deixava cair, como se não fosse de propósito. Comia de tudo, inclusive frutas e bombons. Minha mulher reclamava, para que eu não atirasse pedaços de comida, a fim de que ela não ficasse mal-educada ou mal-acostumada. Se eu tivesse previsto que ela já estava perto do termo de seus dias, talvez tivesse simulado deixar escapar mais vezes essas migalhas de que a cadelinha tanto gostava.

De poucos meses a esta parte, notamos que Belinha vinha perdendo de forma acentuada a sua força vital. Envelhecia de maneira muito rápida. Perdia suas habilidades e capacidade motora. Também começava a perder a visão. Já não subia a escada da casa com a rapidez e a habilidade de antes. Subia cada degrau lentamente, em passos curtos, como se estivesse fazendo um grande esforço; muitas vezes precisava descansar por alguns momentos, quando antes executava essa subida em vertiginosa velocidade e sem o menor indício de cansaço. O médico veterinário, diante do resultado dos exames, disse que, além de outras doenças, ela estava acometida de reumatismo e artrose. Contudo, mesmo ante as atrozes dores que deveria sentir, não gemia e nem se inquietava; deitava-se no cantinho que escolhia, tudo suportando com absoluta resignação, talvez também no intuito de não incomodar ninguém.

Quando notamos que a sua situação começava a se tornar grave, pois ela, em certos momentos, sequer conseguia andar, a internamos em uma clínica. No domingo pela manhã fomos visitá-la. Como ela quase não demonstrasse alegria com a nossa chegada, eu disse para a Fátima que o seu estado de saúde deveria ser muito grave, pois quando íamos buscá-la, nas vezes em que a levávamos para tomar banho ou fazer tosagem, ela ficava muito feliz e animada com a nossa presença, porquanto era um sinal de que não fora abandonada e de que voltaria a seu território e lar.

Nessa visita constatei um fato digno de registro, e que muito me emocionou. Uma senhora, de aspecto humilde, tanto pelo porte físico como pelo vestuário, e que não ostentava o menor aspecto de matrona, visitava um vira-lata, que não mais conseguia caminhar. Ela o encontrara na rua, abandonado, desvalido, sem a menor capacidade de locomoção; com a ajuda do marido, o colocou em seu carro, e o levou para fazer tratamento nessa clínica, à sua custa. Além de visitar o cão doente, ainda colocava comida em sua boca, na tentativa de salvá-lo de uma morte que parecia

iminente. Infelizmente, não lhe indaguei o nome; apenas guardei em meu coração o seu gesto solidário, humanitário, de profunda generosidade.

Uma hora após chegarmos a nossa casa, o telefone tocou. Foi-nos dada a notícia de que Belinha acabara de morrer. Imediatamente, tomei a decisão de cumprir uma promessa que eu já anunciara; iria enterrar nossa cadelinha perto de um memorial, à margem da BR 343, um quilômetro após a ferrovia que passa na periferia da cidade de Altos. Esse pequeno monumento, com a sua branca cruz estilizada de ferro, foi erguido por meu irmão César Carvalho (Neném) em memória de nosso cunhado e amigo José Henrique Andrade Paz, que ali sofrera um acidente, do qual veio a falecer. Ao passar pelo local, recordarei o meu amigo e recordarei a minha cachorrinha, e terei o sentimento de que ambos estarão em boa companhia, onde quer que estejam, talvez numa das dimensões de que nos fala a mecânica quântica.

Pessoalmente, por volta das 17 horas, cavei a sua pequena cova, com a ajuda do casal César Pinho e Simone, sobrinha da Fátima, e nela depus o seu corpo, com todo respeito e cuidado, como se fosse um tesouro, ao pé da cruz do memorial do Zé Henrique. E isto me faz lembrar os imortais versos de Guerra Junqueiro, que, com pequena adaptação, que deixo a cargo do leitor, vêm a calhar: “Toc, toc, toc, como se espanje, / Lindo o jumentinho pela estrada chã! / Tão ingênuo e humilde, dá-me, salvo seja, / Dá-me até vontade de o levar à igreja, / Batizar-lhe a alma pra a fazer cristã!” Sem dúvida, com a sua humildade, com a sua generosidade e a sua capacidade de resignação diante do sofrimento, tinha virtudes que devem ornar o espírito de um verdadeiro cristão.

Hoje, quando vou fazer as minhas refeições, tenho a sensação de que vejo o vulto discreto e sutil de Belinha aproximar-se de mim, agora ainda mais sutil e modesto, e quase lamento não lhe ter “deixado cair” mais generosas migalhas de guloseimas e quitutes, mesmo sob a reprovação bem-intencionada de minha mulher. Para sempre sentirei saudade dessa tímida, discreta e meiga cadelinha, que, sobretudo, me deixou o exemplo de resignação diante do sofrimento e das limitações que suportou com bravura, sem queixas e sem gemidos, sem rosnados e sem grunhidos.

#### A MORTE DE ANITA

O ano que passou foi para mim de muitas perdas. Em abril, mês de meu aniversário, perdi a minha mãe. Aproximadamente um mês depois, falecia nossa tímida e meiga cachorra Belinha. Sobre essas duas mortes me reporte em neste diário. Posteriormente, ao longo de 2013, outras pessoas de minha amizade, de meu bem-querer e admiração, foram convocadas pela velha ceifeira. Sobre isso falarei em próxima oportunidade, até mesmo no intuito de espantar e exorcizar esse velho fantasma, que nos estigmatiza com a ausência e a saudade.

Na madrugada do dia 30 de dezembro, antevéspera de um novo ano, que espero me seja menos carrasco, faleceu a nossa cadelinha Anita. Foi o coroamento de espinhos de um ano de muitas perdas e infaustas notícias.

Essa linda e fofa cachorrinha nos acompanhou por mais de doze anos. Veio para nosso poder ainda em tenra idade, a pedido de Elmara Cristina, que era a sua dona. Encheu a nossa vida e a nossa casa com a sua presença marcante, com a sua

companhia, um tanto voluntariosa e possessiva, porquanto ela era nossa e nós éramos dela. Sobre seu temperamento, hábitos e manias já escrevi vários textos, publicados na grande rede, aos quais remeto o leitor eventualmente interessado.

Em sua juventude era portadora de uma exuberante beleza, e chamava a atenção de todos que a viam, adultos e crianças. Certa feita uma menina, encantada com a sua fofa e magnética formosura, tentou acariciá-la, não sem antes perguntar se ela mordia. Advertimos que ela era algo zangada com os estranhos, e não gostava de muitas efusões e intimidades. Mesmo assim a garota tentou afagar a Anita, que rosnou, tentando mordê-la. A menina puxou a mão com incrível rapidez, reconhecendo o óbvio que já lhe fora prevenido: - Ah, ela morde!...

Anita envelheceu sob nossos cuidados. Acompanhamos-lhe a decadência vital, as suas doenças e achaques. Foi levada regularmente às clínicas para consultas, tratamentos, exames, banhos e tosa. Era o mínimo que lhe poderíamos dar, em troca da alegria e ensinamentos que ela nos propiciou, ao longo de nossa convivência. Em sua velhice, tornou-se cardíaca e passou a ter problemas pulmonares, que lhe causavam uma espécie de tosse ou pigarro. Às vezes latia, de forma incisiva, no silêncio das madrugadas. Suponho que sentisse algumas dores ou incômodos, apesar dos medicamentos que lhe ministrávamos, por recomendação da medicina veterinária.

No dia 23 de dezembro, seguimos para Parnaíba, levando-a em nossa companhia. Por ocasião do natal, ela adoeceu, tendo apresentado uma supuração vaginal. Foi levada ao veterinário, que após exame e indagações aos donos, disse que ela apresentava sério problema nos ovários, pelo fato de nunca haver cruzado. De fato a nossa Anita, ao contrário da ninfeta da minissérie global de igual nome, era virgem, e nunca manifestou interesse pelos cães que encontrou em raras circunstâncias. Nossa família, da qual a considerávamos parte, lhe era o bastante, e de nada ela aparentava sentir falta, a não ser de nossos cuidados e de nossa companhia.

Anita teve alta no dia 28, e nesse mesmo dia a levamos para casa, pela manhã. Contudo, na tarde do dia seguinte, domingo, como ela gemesse e demonstrasse estar muito debilitada, a levamos novamente à clínica. Os atendentes acharam que era melhor ela voltar a ser internada, porquanto poderia precisar de aparelhos e medicamentos que não teria em casa. A cadelinha, encontrando uma porta de consultório aberta, para lá se dirigiu, como se precisasse de repouso e isolamento. Diante disso, embora com alguma relutância, tomamos a decisão de entregá-la aos cuidados da casa de saúde.

Para nossa imensa consternação, cedo da manhã da segunda-feira, véspera do final do ano, recebemos, por telefone, a informação de que Anita falecera na madrugada. Segundo nos disseram, sofrera uma parada cardíaca. Ainda lhe aplicaram oxigênio, mas sem sucesso. Espero que ela tenha tido uma boa morte, sem sofrimento, mas disso jamais teremos certeza.

Eu e a Fátima já havíamos tomado a deliberação, alguns anos antes, de que ela seria enterrada perto do memorial a meu cunhado e amigo Zé Henrique, no local onde ele sofrera o acidente motociclístico do qual veio a falecer, e onde já se encontrava sepultada a nossa cadela Belinha, na periferia de Altos, na saída para Campo Maior (1 Km após a linha férrea). Entretanto, eu já antevendo a possibilidade de a sua morte ocorrer em Parnaíba, imaginei que ela deveria repousar para sempre à sombra de verdejante e frondoso pau-d' água, existente no quintal da velha casa da Várzea do

Simão, na qual moraram e morreram João Simão e dona Filomena, pais de Fátima, que imediatamente concordou com essa sugestão.

Recebemos na clínica o corpo de Anita, e seguimos para o local do sepultamento. Ao meio dia, bem junto ao tronco do centenário pau-d' água, para ela melhor ficar resguardada, o Reginaldo cavou a sua pequena cova. Pedi que fosse um tanto funda, para que nenhum bicho incomodasse o repouso eterno do pequenino cadáver. Retiramo-lo da caixa e do invólucro de plástico.

Envolvemo-lo em tecido de algodão, para que ele mais eficazmente se integrasse ao pó da terra, de que somos todos constituídos, e para que melhor a matéria orgânica fertilizasse a terra, e se tornasse seiva que alimentasse a bela e sobranceira árvore que lhe daria abrigo e sombra. Cuidadosa mas firmemente, cobri o corpo de Anita com a terra retirada. Não mais a verei, porém sempre a estou revendo em minhas lembranças, em meu pensamento, em minha saudade. Agradeço a Deus por nos tê-la dado, por mais de doze anos de enriquecedora convivência.

Não sei se os animais têm alma. Se tiverem, sei que a de Anita estará em uma bela e aconchegante morada, porque ela, a seu modo, nos amou e cuidou de nós, em sua fidelidade e bravura canina. Afinal, fomos a única família que ela conheceu e teve. E todas as vezes em que eu vislumbrar o sol reverberando intensamente nas verdes e esmaltadas folhas do imponente pau-d' água, de suntuosa e acolhedora copa, sob a qual, tantas vezes, costumamos ficar, lembrar-me-ei da mimosa e fofa cachorrinha, que nos deu alegria e amor sem jaça, escoimado de qualquer interesse espúrio.

## RETORNO A FRANCINÓPOLIS

Meu pai assumiu seu cargo na diretoria regional do antigo Departamento de Correios e Telégrafos – DCT-DR-PI no povoado de Papagaio, hoje a florescente cidade de Francinópolis, em 1958. Levou a família, que então era constituída por ele, Miguel, minha mãe, Rosália, e eu, com apenas dois anos de idade. Nessa localidade nasceu meu irmão João José. Residimos ali durante apenas um ano e meses, mas meus pais fizeram bons e inesquecíveis amigos, que durante várias décadas não mais reviram.

Meu pai, de temperamento emotivo e saudosista, sempre recordava esses amigos e sempre alimentou o desejo de algum dia revê-los. Falava da boa acolhida que teve ao chegar para morar na povoação e de fatos pitorescos dessa época. De maneira especial recordava do senhor Joel, seu colega do antigo DCT, que o acolhera de maneira fidalga e fraterna, e que dera um filho para ser afilhado de meus pais.

Muitas décadas depois, já morando e trabalhando em Teresina, fui até a biblioteca do Ministério da Fazenda, em cujo prédio estava instalada a repartição em que eu trabalhava, para ter alguns minutos de conversa com o chefe dessa biblioteca, meu amigo Astrogildo Soares, professor de português e literatura da rede estadual, que costumava chamar de Astro-Rei, por causa de seu nome e de sua sapiência. Conversava com ele uma moça, que ele chamava de Do Ó. Lembrei-me de que meus

pais diziam que o senhor Joel tinha uma filha, minha contemporânea, de nome Maria do Ó.

Sabedor de que meu pai há muito desejava reencontrar o seu amigo e compadre Joel, e acreditando num excepcional golpe de sorte, perguntei a essa moça se ela, porventura, seria filha desse homem. Respondeu-me que sim, e que ele trabalhava na Procuradoria Regional da República, instalada no próprio edifício onde nos encontrávamos. Agradei a Deus tamanha coincidência, pois nunca antes vira Do Ó, em Teresina, e não mais a revi posteriormente.

Tratei logo de fazer contato com o senhor Joel, e promovi o seu reencontro com meu pai, que se deu em minha casa, em ambiente de muita emoção e de furtivas e disfarçadas lágrimas. Depois, ambos voltaram a se reencontrar, em visitas recíprocas. Desde esse primeiro encontro, tornou-se mais forte ainda o desejo de meu pai de rever o velho Papagaio ou a nova Francinópolis, desejo que foi reforçado pela visita da professora Glória, da UFPI, que reavivou a já muito viva saudade de meus pais.

Acertamos, meu pai, meu irmão César e este cronista, que iríamos visitar Francinópolis, numa viagem no tempo e no espaço, já que destinada a matar (ou aumentar) a saudade de meus pais.

Num belo dia o telefone tocou. Era o meu irmão César convidando-me para a viagem a Francinópolis, que se daria no sábado seguinte (04.08.07), logo cedo da manhã. Meus pais vieram de Campo Maior e dormiram em minha casa, para que a viagem não sofresse atraso. Seguimos por rodovia federal até Elesbão Veloso, de onde continuamos por uma estrada estadual, que, um pouco depois, deixa de ser asfaltada, para ser apenas recoberta de piçarra, com as suas indefectíveis e características “costelas de vaca”.

Nesta época do ano a paisagem do semiárido perde a cor verde e adquire um tom amarronzado, de poucas folhas, de galhos esqueléticos, como dedos longos, raquíticos e desesperados. Esparsamente, rebenta o verdor espinhento dos mandacarus e xiquexiques da caatinga, e o verde extravagante e brilhoso dos juazeiros, que formam um belo e inusitado contraste. As poucas folhas pairam inertes no sertão esturricado, exceto quando perpassa a escaldante canícula nordestina, que não traz o frescor da brisa. Com efeito, mais parece um bafo quente e desconfortável, que não afaga a pele, ou a baforada fumegante de uma fornalha.

Subitamente, deparamo-nos com verdadeira alameda de faveiras e casas simples. Pensamos tratar-se de um povoado. Na verdade era um subúrbio da cidade de Francinópolis. Em seguida a alameda de faveiras transformou-se numa avenida repleta de tenras palmeiras imperiais, que haverão de crescer frondosas, para encher de graça e beleza a pequena e graciosa urbe. Logo encontramos o morro, em cujo cimo ficava a antiga ermida do povoado.

A igreja, segundo meus pais, parece continuar sendo a mesma. Entretanto, o morro, que na época de meus pais era apenas terra nua, despido de belezas artificiais, ganhou um belo paisagismo, com floridos e verdejantes jardins, com elegantes e singelos passeios e escadarias. No alto, além da bucólica ermida, encontra-se agora um Cristo Redentor, de braços bem abertos, para bem receber os visitantes.

Aos pés da colina, vimos o desativado hotel da senhora Maria José, que se revelou uma anfitriã simpática e bem informada, a esclarecer meu pai sobre o que ele desejava saber a respeito dos amigos e conhecidos. Muitos residiam agora em outras paragens e outros já habitavam o campo-santo de Francinópolis.

Por feliz coincidência, na pousada se encontrava a passeio, posto que ele já morasse em outra cidade, o senhor José Nogueira, que fora o alfaiate do velho povoado de Papagaio, numa época em que não havia roupa feita, em que as lojas apenas expunham nos tabuleiros e prateleiras o colorido festivo dos tecidos, tais como chita, morim, popelina, mescla, brim, opala, riscado, seda, em meio à quase uniformização dos cáquis e linho. Meu pai mesmo teve várias roupas cortadas e costuradas por esse mestre da tesoura e da agulha.

Percorremos os passeios e as escadarias do morro. Meus pais foram fazer suas preces na pequenina e simpática igreja, que costumavam frequentar na juventude e no início de sua vida conjugal, que já vai além das bodas de ouro. Andamos pelas ruas e logradouros, já modificados pelo tempo e pelo progresso. Era a busca do tempo perdido, do tempo passado, de que nos falam os romances de Proust, que sempre esperamos reconquistar, embora em vão.

Essa viagem saudosista até me fez recordar o impecável conto, verdadeira obra-prima, Viagem aos Seios de Duília, de Aníbal Machado, em que um personagem, burocrata exemplar em sua assiduidade e disciplina, mas que, após a sua aposentadoria, quis reencontrar a sua longínqua aldeia, perdida nos confins do passado, e a mulher bela e jovem, de seios esculturais e exuberantes, que amara em sua juventude distante. Partiu nessa busca inglória. A aldeia já não parecia a mesma e a mulher se transformara numa velha bruaca, de boca murcha e desdentada, de seios flácidos e pensos.

Entretanto, apesar das mudanças de que já falei, e dos amigos perdidos, através da morte ou dos endereços longínquos, incertos ou não sabidos, a nossa viagem foi vitoriosa. Meu pai pôde rever o seu amigo da juventude, Edmar Soares da Silva – filho de Zeca Soares e Francisca (Vidinha), irmão de Odete, Gracinha, Celecinda e Glória – que veio a ser o terceiro prefeito de Francinópolis. Minha mãe e meu pai reviram e abraçaram a senhora Felícia, vizinha e amiga dos seus primeiros anos de casamento.

Na frente da casa de dona Felícia existe, hoje, uma bela praça, construída no lugar onde existira o pequeno mercado público do povoado. Ali perto ainda existe a casa da saudosa Maria Lameu, em cuja frente havia uma frondosa figueira. Em lugar da figueira, vimos uma exuberante e florida munguba, também chamada mamorana. Minha mãe, com muita emoção e saudade, recorda desse tempo, e conta que na porta de sua casa pegava em meu pintinho de criança de dois anos, e perguntava onde ele estava. Conta que eu fechava os olhos, esticava o braço, alongava o indicador para a figueira de Maria Lameu, como se estivesse apontando para muito além, com muita vivacidade, demorando na sílaba tônica da primeira palavra, e dizia, com a graça inocente da infância:

– Voooooou!... Foi lá pra figueira da Lamilame...

Perto da casa onde moramos, eu era a única criança pequena. Segundo minha mãe, e toda mãe é coruja quando fala dos filhos (e, portanto, é sempre suspeita), eu era um infante saudável, bonito e esperto, e por isso fui o xodó e brinquedo vivo das mocinhas da vizinhança.

Fomos até o antigo cemitério, onde meu pai rezou pelos amigos mortos. O campo-santo fica num terreno escarpado, pedregoso e duro, que deve dar muito trabalho ao coveiro, quando da abertura das covas. O finado, por mais leve de corpo e bondoso que tenha sido, deve pesar um pouco na hora da subida da encosta do morro, em que ficam encarapitadas as sepulturas.

Entre estas, no mais alto do outeiro, havia uma, encravada numa espécie de panteão familiar, que ostentava o seguinte epitáfio: “\*12.05.1883 - +1934. Aqui descança (sic) os restos mortais de seu Totonho D’Águas Bela (sic) – Senhor de Engenho”. A singela inscrição, mesmo com os seus erros de português, deixa entrever certo resquício de grandeza, tanto no epíteto “D’Águas Belas”, que lembra uma espécie de alcunha nobiliárquica, assim como na expressão “Senhor de Engenho”, como outrora se usava Senhor de Escravos.

De qualquer sorte, a igualdade não existe nem mesmo no Cemitério da Igualdade, pois no meio de covas rasas e de túmulos humildes campeiam túmulos suntuosos, verdadeiros mausoléus. A lápide me trouxe à memória os seguintes versos do poeta H. Dobal: “Olegário Alves, / alma cheia de vaidade/ até a morte, / badalava sua grandeza / com restos de um passado / que nunca fora grande.”

Nessa época, pouco verde havia. Quase que a única exceção era um imenso mandacaru, que ali parecia simbolizar a esperança de uma nova vida, de uma continuação da vida, e uma pequenina planta que teimou em rebentar das entranhas das ruínas de um túmulo, como sinal da vitória da vida através do portal da morte.

Tiramos muitas fotografias das pessoas, das ruas, das praças e dos logradouros, quase desnecessariamente, porque as pessoas, as ruas, as praças e outros sítios já estavam indelevelmente gravados em nossa memória e em nossa alma, como uma relíquia que se guarda em escrínio imaterial e indestrutível.

*(Te. 16.08.2007)*

## INVENTÁRIO DA SAUDADE

Conforme anunciei no registro anterior, falarei de algumas de minhas perdas em 2013. Tentarei, tanto quanto possível, não ser melodramático e nem excessivamente saudosista e emocional. Não falarei sobre as mortes de minha mãe e de minhas cadelinhas Anita e Belinha, uma vez que já lhes dediquei espaço próprio no panteão de minha saudade, através de três crônicas, que podem ser encontradas nos mares da internet.

De forma inesperada, chegou-me no dia 27 de julho a notícia da morte do professor Neto Chuíba, ocorrida de forma tão trágica quanto precoce, o que comoveu a comunidade campomaiorense. Era ele um cidadão amigo, benquisto pelos seus alunos e conhecidos, prestativo sempre. Algumas vezes, em tardes agradáveis, estive no seu aprazível sítio Carajás, à sombra de copada árvore ou em seu alpendre, de onde se descortinava uma bela paisagem do tabuleiro e da pequenina Serra Grande de Campo Maior, a azular no horizonte infindo como um debrum celeste.

Em setembro, após vários exames, descobri que tinha outro câncer (cujo tratamento radioterápico foi concluído no final de novembro); sobre esse CA me reportarei oportunamente. Fiz os exames solicitados, e hoje retornarei ao doutor José Andrade de Carvalho Melo, para que ele faça a avaliação do resultado da radioterapia. Do primeiro, em Deus, já me considero curado, uma vez que a cirurgia foi feita mais de oito anos atrás.

Em seguida, fui surpreendido com a morte do poeta RAL (Raimundo Nonato Alves de Lima). Eu o conhecia desde a minha juventude. Em certa tarde e noite memoráveis, em que conversamos a valer, de forma alegre e despojada, derrubamos um litro do velho pirata Ron Montilla. Publiquei vários poemas meus em sua página cultural, estampada dominicalmente no extinto jornal O Estado.

Esse espaço cultural prestou inestimável serviço à divulgação da literatura piauiense, numa época em que não havia internet, e em que a publicação de um livro era custosa e complicada, como ainda o é. RAL desenvolveu trabalho de pesquisa sobre o carnaval teresinense, tendo sido ele próprio um carnavalesco da Vila Operária, onde morou durante muitos anos. Li, com agrado e emoção, o seu livro de poemas Canção Permanente. Sem dúvida sua poesia merece permanecer na literatura piauiense.

Nessa sequência de perdas, soube da morte do jornalista e radialista parnaibano Cícero Evandro dos Santos, que conheci através de nosso amigo comum Bernardo Silva, também jornalista, e poeta em sua juventude, e que fez parte da obra coletiva Salada Seleta, de que fui um dos coautores, ao lado de Alcenor Candeira Filho, Paulo Couto, V. de Araújo e Ednólia Fontenele. Não tínhamos amizade antiga, mas

sempre que ele me revia demonstrava contentamento, no que era por mim correspondido. De boa índole, cordato, sorridente e de muitas amizades, não sei por que tinha a “carinhosa” alcunha de Holyfield; talvez por ser a mais perfeita tradução antitética do belicoso lutador.

Em seu périplo macabro, a “indesejada das gentes” ceifou a vida de Rubem da Páscoa Freitas, mais precisamente no dia 14 de novembro. Aos 81 anos de idade, era ele o “papa” do jornalismo social em Parnaíba. Era o decano dos jornalistas e radialistas do litoral piauiense, em atividade ininterrupta há várias décadas. Conheci-o em 1975, na redação do jornal Folha do Litoral, do qual fui colaborador.

Uma vez por outra, eu ia até a redação desse periódico, para entreter rápida conversa com os amigos Bernardo Silva e professor Antônio Gallas Pimentel (seu conterrâneo tutoiense), e também com o “compositor” tipográfico Xixinó, sempre alegre e irreverente, a destilar sutis ironias, e lá encontrava Rubem Freitas a redigir ou a revisar a sua coluna Carnet Social, que manteve por vários anos. Mesmo nas notas mais despojadas e sintéticas, a sua linguagem era límpida e castiça, e disso ele parecia ter saudável orgulho. Organizou o livro Pedro Alelaf – Lição de Vida (2001), no qual foi inserto o meu trabalho Craques do Futebol Parnaibano, que depois, devidamente revisado, inseri em meu livro O Pé e a Bola. Era meu confrade na Academia Parnaibana de Letras – APAL.

Neste rosário de vidas ceifadas, que vou debulhando em forma de singelas homenagens, não poderia esquecer o passamento de José João Siqueira. Conheci-o no final da década de 70, quando ele estava prestes a concluir o seu curso de Economia, feito em Belém do Pará. Em seus melhores momentos, isto é, quase sempre, era carismático e alegre. Era um homem bom, amigo do bem e do belo. Fez importante dissertação sobre a extração, industrialização e comercialização da cera de carnaúba. Creio que esse trabalho ainda se mantenha inédito.

Com bom domínio da palavra e do conteúdo que porventura desejasse explicar, era um bom conferencista e talentoso professor da Universidade Federal do Piauí – Campus Ministro Reis Velloso. Sem apego aos metais, preferiu continuar, na qualidade de empresário, a vender tecidos, quando poderia ter migrado para outro ramo comercial mais rentável e menos trabalhoso, talvez por fidelidade à tradição e ao empreendedorismo de seu pai. Acredito que sua loja fosse a mais antiga na comercialização de tecidos em Parnaíba, numa época em que já quase não existem costureiras nem alfaiates, mas apenas a indústria e o comércio varejista massificados de confecções ou roupas feitas.

No dia 19 de novembro fui impactado pela notícia do falecimento de Otaviano Furtado do Vale, também conhecido como Tavico, sobre o qual desejo escrever um registro próprio, bem mais extenso. Foi meu amigo desde o início de nossa adolescência, ambos nascidos no ano de 1956. Ainda bem jovem, creio que aos vinte e poucos anos, foi morar em Brasília, não tendo mais voltado a residir no Piauí.

Por tal motivo, poucas vezes nos revíamos, mas, quando isso acontecia, a amizade permanecia a mesma, como se nunca nos tivéssemos alongado do convívio fraterno, que sempre tivemos, sem rugas, mágoas ou queixas. Fomos camaradas de futebol, de alegres libações juvenis, de festas e na conquista de namoradas. Fomos colegas de turma do 3º e do 4º ano do antigo ginásio (no início da década de 70), concluído no Colégio Estadual de Campo Maior. Com a sua morte, rápida e quase diria extemporânea, perdi um de meus melhores amigos e uma das maiores referências de

minha vida. Guardarei para sempre a sua lembrança, escoimada de qualquer senão que ele pudesse ter.

Na madrugada do dia 30 de dezembro faleceu a nossa cadelinha Anita, sobre a qual escrevi uma sentida crônica, em que pranteei sua morte. Foi o coroamento de espinhos desse ano de muitas perdas e infaustas notícias. Espero que 2014 me seja mais leve, mais ameno. Assim seja. Amém.

## RETRATO DE MEU PAI

No dia 8 de janeiro deste novo ano, comemoramos o aniversário de meu pai. O evento foi idealizado por minha irmã Maria José, mas contou com o apoio dos familiares. A missa foi celebrada pelo padre Jurandir da Silva Rodrigues, na igreja da Paróquia Santa Luzia. Foi um lindo culto, em que o sacerdote, de joelhos, com as luzes na penumbra, fez um magistral sermão, que nos encantou a todos pela riqueza de seu conteúdo. Todos nos emocionamos com as suas belas palavras.

Apesar da chuva fina que caiu durante a noite toda, estavam presentes todos os amigos e colegas postalistas de meu pai, muitos já idosos. Essa presença massiva foi uma prova de consideração e amizade ao aniversariante. O padre Jurandir foi atencioso e afetivo com meu pai, inclusive tendo lhe dado a palavra após o término da celebração. Papai agradeceu o comparecimento de todos e pediu desculpas por eventuais esquecimentos de nomes.

Vendo tantos amigos, lembrei-me de um caso contado pelo escritor Orígenes Lessa, a respeito do sepultamento de seu pai, que teve um grande cortejo. Um forasteiro, admirado, perguntou a uma pessoa que chorava, se o falecido era uma pessoa muito importante. Recebeu, entrecortada por soluços, a seguinte resposta: “Não. Era só muito bom.” Fazendo coro, poderia dizer que apenas comemorávamos as nove décadas de um simples homem bom.

Depois da celebração religiosa, nos deslocamos até o Buffet Momentos, onde houve farto jantar e libações. Mesmo com a chuva ou, talvez, por causa dela o “clima” foi de alegria, descontração e conagração, com o reencontro de velhos e estimados amigos. Foram contados vários “causos” pitorescos ou engraçados do tempo em que papai chefiou a ECT em Parnaíba, quando muitos dos presentes estavam iniciando a sua vida profissional. Como lembrança, foi distribuído o livro “Retrato de meu pai” (com depoimentos e fotografias), cujo texto principal, de minha autoria, datado de 05.01.2016, quando ele completou noventa anos de vida, transcrevo:

“Não pretendo ser emotivo e nem sentimental, e tampouco desejo traçar aqui o perfil psicológico e moral de meu pai. Por tal razão, irei contar, de forma sintética, fatos de sua vida, que serão diminutos mosaicos ou azulejos, que juntos formarão um pequeno painel de sua vida e de seu caráter.

Talvez alguns de seus pequenos defeitos, que todos os temos, sejam consequência de suas virtudes e qualidades de homem bom, de uma pessoa que sempre teve dificuldade em dizer um não, que procurou sempre não contrariar ou magoar quem quer que fosse. Algumas vezes ele se prejudicou por causa disso, por causa dessa virtude que alguns consideram fraqueza ou tolerância algo excessiva. Contudo, Deus o protegeu, e ele alcançou os seus noventa anos de idade sem maiores percalços e sobressaltos.

Miguel Arcângelo de Deus Carvalho é o seu nome completo. Nasceu em Barras, no dia 5 de janeiro de 1926, filho de João de Deus Nascimento e Joana Lina de Deus Carvalho. Perdeu seu pai quando tinha apenas 13 anos de vida, e cursava o ginásio no Colégio Diocesano, em Teresina. A infausta notícia lhe foi transmitida, com as cautelas de praxe, pelo Monsenhor Chaves, que depois viria a se tornar um dos maiores historiadores do Piauí, do qual vim a me tornar amigo, quando fui o presidente do conselho editorial da Fundação Cultural que leva o seu nome. Teve que retornar a Barras, a chamado de sua mãe. Filho único do terceiro casamento de seu pai, muito jovem e sem experiência laboral, era evidente que não saberia gerir a herança que lhe coube, após a partilha com os demais herdeiros.

Portanto, cedo teve que trabalhar, para sustentar-se a si e a sua mãe, que morou em sua companhia até quando faleceu. Fora outros empregos, trabalhou na Casa Marc Jacob e na Casa Inglesa, em Campo Maior, para onde se transferiu aos 26 anos. Após aprovação em concurso público, feito pelo famoso DASP, foi admitido no Departamento de Correios e Telégrafos – DCT, mais tarde, no regime militar, transformado em empresa.

Quando trabalhou numa firma comercial pertencente ao marido de uma prima de minha mãe, houve um fato que bem revela o seu caráter de homem leal, mas polido, e que não gostava de ofender ninguém, mesmo os desconhecidos. O dono do comércio estava chateado com um fornecedor, que não cumprira fielmente o contrato. Ditou uma carta áspera, em que se queixava de forma rigorosa dos defeitos que apontava. Meu pai, ao datilografar o que lhe era ditado, atenuou algumas palavras e expressões. Ao ler a carta, o empregador, que era uma ótima pessoa e amigo de meu pai, de maneira educada observou: “Miguel, você não se sentiu bem em escrever as palavras que eu disse... Deixe, que eu mesmo vou datilografar.” E carregou na dosagem dos impropérios e adjetivos, com os quais fustigou o seu desafeto.

Após aprovação em concurso público realizado pelo DASP, meu pai, em 1957, foi nomeado servidor público federal. O telegrama da nomeação, após espera de aproximadamente dois anos, lhe foi entregue pelo telegrafista Gerson Marques, seu amigo por toda a vida, que, apesar de não ser mensageiro nem carteiro, fez questão de lhe repassar incontinenti a mensagem telegráfica. Exerceria o cargo de guarda-fio na Diretoria Regional do Piauí do Departamento de Correios e Telégrafos – DCT. Era considerado um bom emprego para a realidade da época. Tomou posse de seu cargo no então povoado de Papagaio, um pouco depois elevado à categoria de cidade, onde nasceu meu irmão João José, o segundo de uma prole de oito, da qual fui o primogênito. Após uma breve serventia de um ano, meu pai conseguiu sua remoção

para Campo Maior, após breves passagens por José de Freitas e Barras. Sobre a nossa permanência em Francinópolis já me referi em outros textos, publicados na internet.

Em sua carreira no DCT, nossa família morou por pouco tempo na zona rural de Campo Maior e novamente em José de Freitas, durante um ano. Nesta cidade, com o apoio total do padre Deusdete Craveiro de Melo (meu professor e diretor no Ginásio Moderno Estadual Antônio Freitas), fundei um time de futebol, o Santos, e um campo futebolístico, localizado perto do cemitério velho. Quando morou na zona rural, e com o crescimento da família, meu pai sentiu a necessidade de ascender funcionalmente. Embora tivesse apenas o segundo grau incompleto, encarou os livros com afinco e determinação e passou no concurso interno para técnico postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Fez curso de um ano em Recife, no Centro de Treinamento Correio Paulo Bregaro. Após, teve que optar pelo regime celetista (deixando de ser estatutário e estável), para assumir seu novo cargo. Foi designado, no começo de 1975, chefe da ECT em Parnaíba. Exerceu esse cargo por vários anos. Aposentou-se em 1984.

No final da década de 1960 e/ou início da seguinte, meu pai foi colaborador eventual do jornal A Luta, de Campo Maior. Nele publicou algumas crônicas e artigos, alguns contendo casos interessantes ou pitorescos de sua vida. Seus textos eram concisos, fluentes, objetivos e gramaticalmente corretos. Tanto que, ao retomar seus estudos, mereceu em redação para a disciplina Educação Moral e Cívica, de que era professor o ímpoluto juiz Hilson Bona, a nota 10. Ao dar o resultado da prova, o Dr. Hilson, que mais tarde veio a ser meu professor de OSPB, disse que outros alunos mereciam essa nota, mas que não lhes dera porque não poderia dar mais do que 10 a meu pai. Assim, lhes deu nove vírgula alguns décimos.

Papai gostava de ler, e “degustou” vários clássicos da literatura brasileira e mesmo mundial. Tinha certa predileção por Machado de Assis. Tinha várias antologias escolares, insertas em livros didáticos de Português. Sabia decorado vários poemas, os quais ocasionalmente recitava. Cantarolava belas letras, verdadeiros poemas, de músicas da velha guarda. Era assíduo ouvinte do programa radiofônico Gramofone da Vovó, apresentado por Jaime Farrell, através das ondas poderosas da Rádio Sociedade da Bahia. Por esse motivo, conheço muitas dessas antigas e belas melodias. Se tivesse dado continuidade a essa sua faceta literária, poderia ter-se tornado um escritor, ainda que bissexto. Mas sua modéstia e despreensão não lhe permitiram ir além dessas breves incursões literárias.

Ainda na fase em que voltou a estudar, havia uma disciplina artística em que o aluno era obrigado a confeccionar um objeto de arte, em papel, madeira ou argila. Geralmente eram feitos desenhos, pinturas ou objetos de artesanato. Os trabalhos eram elaborados em casa, de modo que alguns alunos pagavam a alguém para fazê-los, já que não eram produzidos à vista da professora. Numa das ocasiões, meu pai optou por fazer o desenho de uma das mais conhecidas casas de Campo Maior. Sem ser desenhista e sem ter essa vocação, foi, contudo, metucioso, e mesmo perfeccionista. Fez medições com a régua e o esquadro, para alcançar a simetria, a proporcionalidade e o possível efeito da perspectiva. Conseguiu fazer um bom

trabalho, mormente considerando-se a sua inexperiência e falta de vocação para esse mister.

Outro trabalho seu, por exigência dessa disciplina artística, foi um carro de boi, executado em buriti, que é leve e não exige demasiado esforço para ser desbastado. Após vários dias, com muito cuidado, disciplina e paciência, fez a miniatura, que apresentava notáveis semelhanças com um de verdade, pelo menos aos meus olhos de menino. Mereceu o elogio de todos, inclusive de minha mãe, e creio que da professora, já que ele não ficou reprovado. Disso tiro a conclusão de que ele tinha o espírito de um artista, mas que por modéstia e timidez não deixou que lhe aflorassem esses dotes, que lhe ficaram em estado latente, ou pelo menos reservados à admiração que tinha pelos dons alheios. Talvez, ao confeccionar o seu pequenino carro de boi, tenha se lembrado do engenho de madeira de seu pai e dos imortais versos de Da Costa e Silva:

Movida pelos bois tardos e sonolentos,  
Geme, como a exprimir, em doridos lamentos,  
Que as desgraças por vir, sabe-as todas de cor.

Ai! dos teus tristes ais! Ai! moenda arrependida!  
- Álcool! Para esquecer os tormentos da vida  
E cavar, sabe Deus, um tormento maior!

No final da década de 1950, meu pai foi chamado a Teresina pelo senhor Oto Veloso, que exercia o cargo de diretor regional do DCT no Piauí. Visivelmente constrangido, o diretor perguntou o que meu pai fizera contra determinada figura da política piauiense. Meu pai respondeu-lhe que nada, que apenas comentara que não iria votar em determinado candidato que ele apadrinhava. Oto, bastante contrafeito, contou a papai que o político referido [descendo de seu alto cargo republicano para a sarjeta da política miúda, para a politiquice de campanário], exigira a sua destituição de pequeno cargo de confiança. Confidenciou que ainda lhe ponderara que Miguel era um bom servidor, e que não cometera nenhum deslize profissional, mas a alta autoridade, com irritação, quase tendo um chlique ou um ataque de apoplexia, respondera: “Mas eu quero, eu quero que ele seja exonerado”. Meu pai, humilde, mas altivamente, falou: “Fique à vontade, diretor, não se preocupe, pode fazer a exoneração, que a minha amizade e respeito pelo senhor vão permanecer os mesmos. Entretanto, o que eu fiz contra esse político foi votar nele várias vezes. Porém, moralmente, retiro os votos que já lhe dei...” Papai sempre manteve grande respeito e admiração pela integridade moral de Oto Veloso, irmão do ex-governador Djalma Martins Veloso.

No começo da década de 1960, logo ao chegar para o expediente, meu pai foi indagado pelo chefe da agência sobre por que faltara ao plantão anterior. Papai respondeu que não fora ele o faltoso. O agente, então, exigiu que lhe desse o nome do funcionário que não comparecera. Meu pai respondeu que não poderia fazer isso, mas que lhe bastava consultar o livro de ponto para saber o nome desse servidor. De maneira insólita o chefe comunicou ao diretor regional da época que meu pai teria

cometido insubordinação, e não lhe teria acatado a determinação funcional. Meu pai, como “punição”, quase foi transferido para um local distante e isolado. Contudo, seguindo seus princípios éticos, preferiu ser prejudicado a prejudicar alguém, sofrer uma injustiça, a praticá-la. Mas Deus o protegeu e orientou, e tudo acabou bem.

Após aprovação em concurso interno, meu pai foi fazer o curso de Técnico Postal no Centro de Treinamento Correio Paulo Bregaro, em Recife, cuja duração era de um ano. Ao retornar, e após breve serventia em Teresina, foi designado para chefiar a agência da ECT em Parnaíba. Permaneceu nesse cargo por mais de sete anos. Embora aposentado, continuou residindo em Parnaíba até dezembro de 1994, quando voltou a morar em Campo Maior. Procurou cultivar a política da boa vizinhança com os quase cinquenta servidores, que existiam no início de sua gestão. Sempre que precisava reclamar por causa de alguma falha, chamava o colaborador ao seu gabinete, quando, então, com bons modos, fazia as suas observações e lhes dava a orientação que achava conveniente. Por causa de sua maneira cordial os servidores lhe tinham respeito e consideração, que até hoje conservam. Muitos que conviveram com ele, declaram dele sentir saudade, e sempre perguntam por ele e pela sua saúde. Desprovido de empáfia e arrogância, nunca precisou levantar a voz contra quem quer que fosse, e tudo acabava dando certo.

Por ter constituído uma família grande, mais precisamente de oito filhos, em certa fase de sua vida passou por algumas dificuldades financeiras, como costuma acontecer com quase todas as famílias, mas guardava isso somente para si, e nunca gostava de se queixar. Tinha uma fé inabalável em Deus, a quem orava com fervor, e terminava por resolver todos os seus percalços e dificuldades, sem nunca enganar os outros e nem lhes causar prejuízo. Nas vezes em que, eventualmente, recebeu algum dinheiro a mais, em lojas ou em agências bancárias, de imediato retornava para devolver o que indevidamente lhe fora pago. Esses exemplos sempre nos eram ressaltados por nossa mãe, para que os seguissemos.

Em meados da década de 1960, meus pais receberam, através do serviço de reembolso postal, um pacote remetido pela empresa Hermes. Era um belo faqueiro, de aço inoxidável, quase uma novidade na época, pelo menos para nós. Esse conjunto de garfos, facas, colheres e outros utensílios nos serviram desde então. Minha mãe, creio que por pressentir que o termo de seus dias já se aproximava, mandou gravar em sete dessas colheres os dizeres “Casamento – Miguel e Rosália – 09.06.55”, e as distribuiu a cada um dos filhos. Desde essa data (09.06.55) até o falecimento de mamãe em 26.04.2013, meus pais viveram em perfeita união e benquerença.

Com oração e Fé, suportou meu pai a trágica morte de minha irmã Josélia, ocorrida em 02.07.1978, quando ela mal completara 15 anos de idade, e a de minha mãe, Rosália. Sei que ele muito sofreu, mas em Deus encontrou força e resignação. E agora, ainda lúcido e saudável, como um herói da vida e da luta do cotidiano, comemora com seus familiares, amigos e admiradores os seus 90 anos de idade, em cujo percurso, como o apóstolo Paulo, guardou a Fé, e disseminou o bem e o seu exemplo de homem voltado para a concórdia e para a bondade.”

(\*) Este texto foi escrito por ocasião da comemoração do aniversário de 90 anos de idade de meu pai. Ele nasceu em Barras, no dia 26/01/1926, e faleceu em Teresina, no dia 05/11/2017, portanto com a idade de 91 anos e dez meses.

## CANINDÉ CORREIA – MESTRE E AMIGO

Amigo é coisa para se guardar / No lado esquerdo do peito

**Milton Nascimento**

Quero desejar, antes do fim, / Pra mim e os meus amigos, / Muito amor e tudo mais; /  
Que fiquem sempre jovens / E tenham as mãos limpas / E aprendam o delírio com  
coisas reais.

**Belchior**

Jovens tardes de domingo / Tantas alegrias / Velhos tempos / Belos dias

**Roberto Carlos**

Já não tenho epitáfios / para tantas lápides / em meu peito.

**Elmar Carvalho**

recordações de fantasmas / que já nos abandonaram / de amigos mortos / que nos  
acompanham / cada vez mais vivos

**Elmar Carvalho**

No começo de 1975 meu pai (Miguel Arcângelo de Deus Carvalho) passou a morar em Parnaíba, quando foi chefiar a agência local da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e em junho do mesmo ano o restante da família passou a residir na bela Princesa do Igarçu, que também poderia ser chamada de “rainha do litoral”. Em 15 de setembro fui assumir emprego nos Correios em Teresina, mas no começo de 1977 retornei a Parnaíba, inclusive para iniciar meu curso de Administração de Empresas, no Campus Ministro Reis Velloso da Universidade Federal do Piauí.

Foi ainda em 1977 ou no ano seguinte, quando passei a ser colaborador do jornal Inovação\* (fundado por Reginaldo Costa e Franzé Ribeiro), que iniciei minha feliz e longa amizade, de mais de 40 anos, com Francisco de Canindé Correia (02/08/1943 – 24/01/2020, em Parnaíba), que anos mais tarde seria padrinho do meu filho João Miguel. Logo percebi que ele, além de sua inteligência e cultura, era um fazedor de amigos, por causa de sua simpatia e conversa agradável, e talvez e sobretudo por sua humildade e índole acolhedora.

De ilustre estirpe, disso não fazia alarde e nem tinha jactância; antes, tinha sempre uma postura discreta quanto a seus notáveis ancestrais, conquanto, sem dúvida, os admirasse. Constituiu uma bela família, que amava, zelava e da qual foi irrepreensível provedor e cuidador, tendo igualmente recebido, de sua esposa Tânia e de suas filhas, Ivana e Fátima, amor, cuidado, compreensão e carinho, que nunca lhe faltaram. Teve quatro netos, que amava de todo coração, e os levava a passeios; e sei que foi correspondido plenamente nesse seu amor de “avô coruja”. Dos parentes, do meu conhecimento, era mais próximo de seus irmãos Paulo de Moraes Correia

(falecido), Maria Aparecida (falecida) e Teresa de Jesus, de seu tio e primo Dr. Lauro Correia e dos filhos deste, Israel e Gardênia.

Graças, em boa parte, a ele e a suas influências e amizades o Inovação, de forma ativa e independente, pôde circular por vários anos, em periodicidade mensal e ininterrupta. Foi a partir dessa época e de nossas reuniões para discutirmos a pauta e as dificuldades financeiras e outras do jornal que lhe pude melhor observar. Pude perceber a sua inteligência emocional, arguta e aguçada, o seu equilíbrio e bom-senso, a sua alta capacidade argumentativa, focada na lógica, na logística e na razão, se é que não incorro em certa redundância.

Levou uma vida digna, embora modesta, pois nunca teve apego ao ter, aos metais. Teve oportunidade de ser professor da Universidade Federal do Piauí, na época em que não havia a exigência de concurso público, mas não o quis, seja por não ter vocação magisterial, seja por não desejar ingressar sem aprovação em certame. Contudo, sempre foi discreto quanto a isso, e nunca se gabou dessa sua conduta, e muito menos criticou quem quer que fosse. Também convidado a integrar a Academia Parnaibana de Letras, em seus momentos iniciais, recusou o honroso convite, sob a alegação de que não era autor de livro, como registrou o poeta Alcenor Candeira Filho, seu amigo e cunhado, em seu Depoimento sobre ele, publicado na internet, acrescentando que lhe era muito fácil publicar uma obra, bastando para isso coligar os “textos que escreveu em jornais” e os “pronunciamentos feitos como secretário de educação e superintendente do SESI”. Portanto, nunca buscou glórias, honrarias e ouropéis, mas tão-somente ser um homem de bem e do bem.

Aliás, nunca praticou o autoelogio, vez que nunca foi narcisista e muito menos ególatra. Ao contrário, sempre cultivou o silêncio em relação a suas inúmeras e altas virtudes, já que a humildade era uma delas, como já disse. Algum afoito poderia me perguntar: “E defeitos, ele não os tinha?” Claro que os tinha, como todos os temos. Mas os dele eram poucos, diminutos, e para mim irrelevantes, tanto que deles não tratarei neste pequeno trabalho.

Era muito atualizado com o que se passava no mundo e em sua aldeia, vale dizer no seu entorno. Assistia, creio, aos principais jornais da televisão e não dispensava a leitura dos impressos. Era sobremaneira antenado com os assuntos da política. Tenho a impressão de que ele tinha uma recôndita vocação para a alta política, para uma política escoimada de vilezas e mesquinharia, que tivesse um pouco de pureza e altruísmo, em que o centro das atenções e do interesse não fosse jamais o seu umbigo. Melhor dizendo, uma política voltada para o coletivo, para o interesse público e social.

Tinha uma argúcia notável para destrinchar os meandros e as estranhas da política brasileira, piauiense e parnaibana. Parecia um profeta, a antever as jogadas das lideranças e principais protagonistas. Era como se ele estivesse diante de um tabuleiro de xadrez, e pudesse prever a movimentação das peças dos jogadores antagonistas. Se errava uma ou outra vez, é porque o cenário político é muito instável, sujeito a constantes e inúmeras mutações.

Entretanto, as explicações que ele dava, as hipóteses que imaginava e as previsões que fazia, eram concebidas através de um raciocínio límpido e lógico, em que ele delineava as possíveis causas e conseqüências. Contudo, se ele tivesse tido a vontade e as condições de ingressar na política (e não as teve, e acho que sequer as

quis), teria sido um estadista, e não mero político de campanário, paroquial e rasteiro, movido por ambição, egoísmo e ganância.

Jamais ele desejaria o poder apenas pelo poder, mas apenas como um instrumento para servir, para prestar um bom e correto serviço público. Entendo que ele provou isso, quando foi o secretário de Educação, por quatro anos, no primeiro governo de José Hamilton Furtado Castelo Branco. Na época ele ainda gozava de boa saúde e muita disposição física, e pôde dedicar o melhor de seu esforço, capacidade administrativa e inteligência para ser, e foi, um excelente gestor, com o imprescindível apoio do prefeito.

Conseguiu construir várias e dignas unidades educacionais, com várias salas de aula, e reformou outras tantas, que não irei, aqui, enumerar. Principalmente, manteve o sistema educacional em ótima atividade, inclusive com o fornecimento de boa alimentação escolar. Honesto em sua vida particular e nos demais cargos que exerceu, a probidade foi sua marca pessoal, uma espécie de legenda que lhe marcou a administração paradigmática.

## II

Posso confessar que me tornei uma pessoa melhor através de minha amizade com Canindé Correia, ao longo de mais de quatro décadas, ao lhe seguir os conselhos e os exemplos. Quando lhe pedíamos a opinião a respeito de qualquer assunto, jamais ele adotava um tom professoral ou doutoral. De forma paciente e simples, e sempre em voz baixa e humilde, emitia os seus argumentos, demonstrando qual o melhor caminho a seguir, explicitando os porquês e as consequências da sua e de outras opções, que acaso fossem aventadas.

Isso acontecia tanto em relação a assuntos pessoais ou particulares, como no tocante ao jornal Inovação e a nossa vida profissional ou educacional. De modo que, aos poucos, sem nenhum desejo de sua parte, tornou-se uma espécie de mentor ou orientador de nosso grupo, mas, como já deixei implícito, sem imposição sua.

Por isso, sem misticismo e mitificações, eu o considerava nosso “guru”, não apenas por ser o mais velho e mais experiente, mas pelo seu alto grau de sensatez, equilíbrio e inteligência, mormente na época em que nos ardiam muito forte a impetuosidade e o destemor da juventude. A sua criatividade para resolução de problemas era notável, e sempre tinha um coringa, que aparecia na hora certa. O coringa poderia ser um plano b ou c, ou uma guinada na estratégia até então perseguida.

Amava o bom, o bem e o belo. Amava o bom porque apreciava as coisas boas, as coisas amáveis e desejáveis. Amava o bem porque era um homem bom, e nos induzia, através de seu exemplo e de sua palavra, a que o fôssemos também. E amava o belo porque amava a beleza da arte, da cultura e da paisagem, vista da janela, ou ao longe, na linha do horizonte.

Amava, creio, sobretudo a beleza que existia ou poderia existir no ser humano, a beleza das músicas que apreciava e a magia de uma boa literatura, fosse em prosa ou em versos. Nunca teve o silêncio e as restrições mesquinhas dos invejosos; pelo contrário, aplaudia com ênfase e entusiasmo, e dizia palavras de admiração e estímulo pelo dom e talento alheios; não às escondidas, mas às escâncaras, à luz do sol, em verdadeiro processo de difusão, para que outros tomassem conhecimento.

Com a criatividade, conhecimento e inteligência que tinha, poderia ter escrito notáveis livros, porque sabia redigir com fluência e desenvoltura, com objetividade e clareza. Talvez tenha aprendido a bem escrever através de aulas, mas acredito tenha sido através de longas horas de leituras, e do convívio com seu pai, o professor Benedito Jonas Correia, que tinha impecável redação, e ainda pelas atas burocráticas que redigia, registrando as reuniões da diretoria da FIEPI, que certamente lhe aumentaram essa habilidade. Quando fui pronunciar alguns de meus discursos, fossem de improviso ou por escrito, discuti com ele o que pretendia dizer, e ele me ajudou com muitas sugestões, informações e dados estatísticos, para reforço de meus argumentos.

Entre esses discursos, posso citar o de minha posse na presidência do Diretório Acadêmico “3 de Março” (Campus Ministro Reis Velloso – UFPI) e o que pronunciei, de improviso, no monumental comício com que Chagas Rodrigues retornou à vida pública, em plena Praça da Graça, após o término de sua cassação pelo regime militar, em que estavam presentes Ulisses Guimarães, Miguel Arraes, Almino Afonso e Franco Montoro, entre as mais conhecidas lideranças do MDB nacional. Alguns fizeram referências ao meu pronunciamento, e isso devo, em grande parte, aos dados fornecidos pelo Canindé.

Não fosse a sua humildade e discrição, sem necessidade de holofotes e ostentações, poderia ter elaborado excelentes livros historiográficos, de economia, ensaios sociológicos, memórias, artigos e crônicas. Contudo, preferiu ajudar outros a escrever e a publicar, e a aplaudir e louvar obras alheias. Talento, criatividade e capacidade intelectual para essas empreitadas não lhe faltavam. Era humilde, sim, entretanto tinha o seu amor próprio e a sua altivez e brio, e sabia se insurgir, de forma civilizada, mas firme, contra quem tivesse a ousadia de tentar lhe atingir moralmente ou o menoscabar.

### III

Mestre, chamei-o de meu mestre, porque muito aprendi com ele em nossa longa amizade. Até em coisas simples, dele muitas lições recebi. Ainda no início de nossa fraternal convivência, aprendi como se devia degustar uma espumante cerveja e destroçar uma rodada de cordas de caranguejo. Tendo chegado a Parnaíba há pouco tempo, e não tendo a experiência de manejar um crustáceo, observei como ele o fazia.

Além da lição prática, ele, num dia de domingo, pela manhã, nos ensinou que, ao chegarem as cordas, cada pessoa deveria retirar um caranguejo, e, só após o seu completo “desmonte”, pegar um outro. Vi que a lição se destinava a combater o egoísmo daqueles que avidamente só escolhem a melhor parte, ou seja, a succulenta e carnuda patola. Tempos mais tarde presenciei uma pessoa passar uma decepção, porque de forma egoística e ávida retirava da bacia todas as grandes pinças, sem dar chance aos outros, até ser repreendido pelo patrocinador.

Tendo vindo morar em Parnaíba em 1975, como disse, não lhe poderia conhecer a adolescência e muito menos a meninice. Soube, no entanto, que foi hábil no futebol e no basquete. Quando tomou conhecimento, através de um de meus livros, de que eu havia sido um bom goleiro em minha adolescência, me indagou a respeito, e estampou um sorriso maroto, como se não estivesse acreditando muito nessa minha faceta, que ele desconhecia. Era um ardoroso torcedor do Fluminense do

Rio de Janeiro, e a partir dos 50 e poucos anos de idade, sempre que possível, não lhe perdia uma partida, pela TV.

Quando o Terminal Rodoviário, que ficava em local na época considerado distante, passou a funcionar, muitas vezes ele me deu carona, quando eu tinha de retornar a Teresina, geralmente no domingo à tarde. Não esquecia o compromisso, e na hora marcada, lá estava ele à porta de meus pais. Essas e outras demonstrações de amizade fizeram com que a minha família, principalmente meu pai e minha mãe, também lhe tivessem amizade e consideração, que nunca sofreram arranhões, ressalvas ou senões.

Até um pouco antes da doença, de que veio a falecer, fiz com ele muitos passeios e viagens. Fomos a Viçosa do Ceará, na Ibiapaba, a Barra Grande, em visita a nosso amigo e “inovador” Jonas Carvalho, e a vários outros povoados. Com ele participei de muitas e sábias libações e degustações, “regadas”, muitas vezes, a uma boa música. Num barzinho, que ainda existe, quase debaixo da ponte, imediatamente antes do então povoado de Morros da Mariana, degustávamos saborosos caranguejos, que chegavam fresquinhos, ainda cobertos pelas belas e grandes folhagens do mangue; o igarapé, por onde os crustáceos chegavam, em pequenas canoas, passava em frente ao boteco, e aumentava a sedução e a beleza da paisagem.

Ele vibrava quando ouvia uma bela música, sobretudo ao vivo. Eram da sua predileção as inesquecíveis serestas da velha guarda, a melhor bossa da bossa nova, as seletas da velha jovem guarda, naquelas tardes de domingo e outras tardes imortais, inclusive as tardes mais azuis de um dia de sol esplêndido ou as enevoadas de um dia chuvoso, e um rítmico e legítimo samba, do morro ou do asfalto, contanto que fosse bom e de raiz. Era figura quase onipresente no cenário musical parnaibano dos anos 70/80 o seresteiro Osmar Bezerra, com seu vozeirão vibrátil e o indefectível violão, que nos fazia vibrar as cordas todas do coração.

Nessa época (final dos anos 1970 até o final dos anos 1990) eu tinha decorado um bom repertório de poemas, sobretudo de Neruda, Da Costa e Silva, Bandeira e Camões, e ele apreciava quando eu os dizia, com a ênfase de minha juventude cheia de vitalidade e entusiasmo, inclusive uns dois ou três de minha lavra. Também gostava das declamações dramáticas (e às vezes um tanto espalhafatosas) do boêmio e performático Balula, com a sua bela voz tonitruante, que encenava, quase sempre, como aperitivo, destinado a provocar o suspense, uma espécie de proêmio.

Das inesquecíveis libações desse período participavam, com mais ou menos frequência: Vicente de Paula (Potência), Reginaldo Costa, B. Silva, Zé Hamilton e os poetas Alcenor e Airton Meneses, fora outras presenças mais esporádicas. Canindé se esmerava, então, em sua conversa. Sem dúvida era causeur, e sabia condimentar sua prática, com anedotas, piadas, exemplos e casos pitorescos ou engraçados que puxava do baú de sua memória, em que fora protagonista, coadjuvante ou simples observador. Era bem-humorado e gostava de pessoas bem-humoradas e inteligentes. Fora do grupo do Inovação, tinha amigos bem mais velhos, entre os quais cito o mais que centenário dentista João Batista Teles, com quem praticava, de vez quando, um jogo de baralho.

Canindé adorava um banho de mar. Foram incontáveis as vezes em que fui à praia, em sua companhia, quando ele levava sua esposa Tânia e suas filhas Ivana e Fátima, então pequenas. Mas igualmente apreciava um banho de água doce, fosse de rio, lago, piscina ou bica. Por essa razão, quando a Fátima herdou um pequeno pedaço

de terra, na localidade Várzea do Simão, e decidimos construir o Sítio Filomena, em homenagem a minha sogra, na parte que vai da margem da estrada vicinal até a beira do Parnaíba, tratei logo de improvisar uma potente bica.

O amigo Zé Francisco Marques, de cujas interpretações musicais ao violão o mestre tanto gostava, tendo observado o quanto Canindé gostava de tomar banho, deu-lhe o carinhoso epíteto de Aquanindé, fazendo o trocadilho de aqua (água) com o seu segundo prenome. Assim, quando fiz a estrutura definitiva das duchas, dei-lhe o nome de Bicas Aquanindé, em homenagem ao saudoso amigo Francisco de Canindé Correia, que fiz registrar em placa metálica, que ele inaugurou. E nessas bicas ele banhou tantas vezes, em agradáveis e inesquecíveis dias de ensolarados domingos, em que tivemos o prazer de sua marcante presença.

Tendo sido seu amigo por anos e anos, não poderia ter deixado de me enriquecer espiritualmente com suas palavras e exemplos. A sua morte foi uma das perdas que mais senti. Quando lhe fecharam o caixão, na hora da saída do cortejo para o seu sepultamento no Cemitério da Igualdade, e vi que não mais o veria nesta atual dimensão, me comovi de verdade, e o pranteei em meu íntimo.

Por isso mesmo, neste sábado, na reunião ordinária da Academia Piauiense de Letras, ao propor voto de pesar por seu falecimento, aprovado por unanimidade, enumerei, em síntese, as suas principais virtudes, e disse que Canindé Correia não foi apenas uma pessoa importante, mas foi, sobretudo, um homem bom, com quem tive a honra e o privilégio de construir e aperfeiçoar uma amizade por mais de quarenta anos.

Agradeço a Deus a graça de tê-lo conhecido e de lhe ter merecido a amizade, a que procurei corresponder, embora com as minhas involuntárias falhas, e por ter usufruído de suas benfezejas, quão agradáveis companhia e conversa.

Teresina, 5 de fevereiro de 2020.

\*Para maiores informações sobre o jornal Inovação e sobre a literatura parnaibana, consultar meu livro Aspectos da Literatura Parnaibana e meu Depoimento sobre esse jornal, publicado na internet.

## IV – COMENTÁRIOS E DEPOIMENTOS SOBRE ELMAR CARVALHO

### Do professor Cunha e Silva Filho

Caro leitor, saindo da formalidade de alguns artigos, crônicas, traduções ou mesmo ensaios, me veio à mente a oportunidade de tecer alguns comentários sobre o meu amigo, Elmar Carvalho, poeta nascido em Campo Maior, estado do Piauí. Agora, depois de um longo período de atividades exercidas na vida, se aposenta como juiz de direito, merecendo, pois, seu otium cum dignitate.

Acompanhei grande parte de sua produção poética. Resta, aqui, desejar-lhe que, a propósito de um texto que escreveu em seu blog de título “Enfim, a aposentadoria” (Blog do poeta Elmar Carvalho), onde manifesta, no final, o interesse de poder, com o tempo maior que lhe vem, agora, livre dos compromissos e horários da magistratura, dedicar-se à condição de escritor e, quem sabe, retomar o entusiasmo de produzir poesia como nos velhos tempos da juventude e da mocidade.

Aos 58 anos, podemos dizer, ainda moço, tem muito chão pela frente. Há algum tempo, vem escrevendo uma obra a que deu o título de Diário incontinuo (a citada crônica faz parte dessa obra), no qual vem reunindo um pouco de tudo, do passado e do presente, uma espécie de “baú de tudo,” onde cabem a crônica, a ficção, o memorialismo e sobretudo reflexões sobre homens, paisagens, bichos, a natureza, as histórias vividas ou inventadas na cidade ou no campo, narradas com limpidez estilística, com certo acento de sabor clássico de algumas expressões usadas nos seus textos, com relatos de natureza sobrenatural, com relatos de fundo onírico. Todas essas narrativas ou relatos se referem a temática piauiense, se não incorro em erro.

O melhor disso tudo é que Elmar escreve praticamente tudo que lhe vem das andanças por dever do ofício. E, ao passar-lhe pelos olhos tão diferentes lugares, tantas variedades de costumes interioranos, de seres humanos variados, de situações dramáticas, ou até jocosas, esse material ele o transforma em prosa bem cuidada, com domínio dos seus recursos de forma e linguagem. Não foi sem motivo que, uma vez, denominei seu estro de ‘voz poética, histórica e geográfica do Piauí.’ (Ver meu texto “Encontro, poesia e vida”, apud CARVALHO, Elmar. Rosa dos ventos gerais. 2 ed. Teresina: SEGRAJUS, 2002, p. 17-20), incluído como uma das introduções desse livro. Para não me alongar, vejamos os comentários, em forma de carta, já anunciados no início deste texto:

Estimado amigo Elmar Carvalho:

Ainda me lembro do meu primeiro encontro com V. em Amarante. Era o ano de 1990. Data para mim sempre repassada de alguma tristeza, pois foi naquele ano que para aquela cidade me dirigi com familiares a fim de visitar a sepultura de Cunha e Silva, meu pai. Foi o encontro da crítica com a poesia, encontro, sim, porque, de certa maneira, para mim poesia e crítica se complementam. Foi um encontro feliz regido pelo mero acaso das circunstâncias da vida terrena.

Quando lhe perguntei pelo nome, V. me respondeu: "Elmar Carvalho." Lhe disse na época que tinha nome de poeta, talvez por associar a sílaba "El" à "mar", que, para meus ouvidos, me soam liricamente, ou seja, a natureza simbolizada pelo significante/significado "mar" sempre me recorda o apego de alguns poetas ao mar, às ondas, à força da natureza, bela e por vezes desafiadora. Camões, Fernando Pessoa, Vicente de Carvalho.

O encontro foi duradouro, permanece até hoje, em outra época, a da pressa, das virtuais formas de comunicação. Porém, o verdadeiro encontro foi com a sua poesia, uma vez que é no domínio estético que os espíritos mais se identificam e se entendem, mesmo no silêncio, mesmo na distância. E a poesia sua me disse o que V. talvez não me pudesse dizer no ramerrão da vida apressada e avassaladora de tempos pós-modernos.

Li toda a sua poesia que me chegou às mãos vibrei com alguns poemas seus e, de alguma forma, me tornei seu crítico, ou, pelo menos, quem mais tenha escrito sobre o que produziu.

Reafirmo-lhe que logo senti em V. a força da poesia, tanto na expressividade das metáforas, quanto na originalidade dos ritmos, das aliterações, no jogo complexo da linguagem poética, sempre formulada com o suporte técnico, experimental do fazer poético com a sensibilidade de nos mostrar que se ama a natureza, a geografia poética, os fatos históricos, através da comunicação poética. E, durante os anos de maior fervor de produzir poesia, V. deu muito de si e procurou a companhia das musas por direito do talento e da preparação para esse gênero literário, quiçá o mais importante de todos porquanto é na poesia que se dá o encontro com o visível e o invisível, com a imagem e as virtualidades, com a existência humana e suas contradições e, sobretudo, com o encontro final, em vida, que é um ajuste de contas com o mundo das palavras pelas palavras, pelo que possam dizer ou ocultar, afirmar e negar, e até mesmo exprimir o indizível, o que, no caso, a leva ao hermetismo, ao puramente estético. A leitura poética não é conduzir o leitor a conhecer uma história, mas a pensar os sentidos das palavras, ou as formas (metafóricas) de tentar entender o mundo, os seres e sobretudo a magia da linguagem e dos sons tão próximos da música.

Fico feliz porque cumpriu, na vida pessoal, as funções que exerceu e o seu texto rememorativo o faz com a elegância e a dignidade de um escritor que sabe respeitar-se e respeitar seus pares.

Um abraço do

Cunha e Silva Filho

**Do Des. Valério Chaves:**

Prezado colega e amigo Elmar Carvalho,

Através de seu blog, fui surpreendido com a notícia dando conta de sua prematura e silenciosa aposentadoria, a pedido, das funções judicantes na magistratura do Piauí, encerrando assim uma serventia de 17 anos à Justiça do nosso Estado.

Platão em seus diálogos com Menon atribui a Sócrates a lição de que duas coisas asseguram a certeza do homem agir corretamente: a convicção e a ciência.

No seu caso, acredito, as duas situações se entrelaçam, porque certamente agiu com convicção e ciência.

Recuso-me a dizer-lhe que tal circunstância, a despeito de significar importante baixa no Judiciário piauiense, não representa a culminância de uma trajetória de trabalho, porquanto, ao longo dos 39 anos de serviços, prestados em diferentes setores da vida pública e privada, sempre soube, pelos seus atos e virtudes, revelados na sua caminhada pela vida, o verdadeiro sentido do homem e do magistrado.

Creio que ao despir a toga pela última vez, não houve lágrimas nem alegria, mas apenas o comando do ensinamento das Sagradas Escrituras em Eclesiastes: “Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu” (3,2). Assim também é a vida do magistrado: há hora de chegar; há hora de partir, de ir embora. De despir a toga.

Na condição de aposentado colocado na lixeira por imperativo constitucional, ousou dizer-lhe que tal condição nos remete inexoravelmente à reflexão sobre os nossos papéis, nosso mundo, nossas instituições e, especialmente a esta a que pertencemos, mas tudo sob o influxo da trajetória do Homem que se despede das suas atividades.

Você, certamente, não deixa a seara do Poder Judiciário do Piauí como uma espécie de “genérico” com validade praticamente vencida com risco de causar efeitos colaterais às pessoas e à sociedade, e sim com mais ânimo e disposição para outros embates da vida.

Não tenho dúvida de que chega à fronteira de fatigante jornada com a dignidade inteira, sem mossas e sem fissuras morais porque, agindo sempre como uma espécie de artesão, exerceu a judicatura como se fosse um apostolado; restabeleceu patrimônios desperdiçados e recompôs sociedades conjugais esfaceladas, sem alienar sentenças ou hipotecar despachos.

No silêncio de seu pedido de aposentadoria, Deus foi mais generoso e compensador, ao lhe conferir outra promoção, sem caráter remuneratório, mas de altíssimo valor espiritual, promovendo-lhe à condição daquele aparente paradoxo da equação que lhe assaltara no dia da posse, porque é e será justo, e por isso será bom, sempre, caminhando vivo e ativo na atividade literária, e extraíndo dela, como você mesmo diz: “a seiva rica e saborosa”.

Que Deus lhe dê saúde ao lado dos familiares que na sua domesticidade, souberam dividir as aflições anonimamente geradas pelo cargo no cumprimento do dever.

Afetuosamente

Valério Chaves – Des. inativo do TJPI.

### **Do juiz de Direito Orlando Martins Pinheiro:**

Primeiro li no "Diário da Justiça", editado pelo TJPI, e após no seu conceituado Blog que, diariamente, leio para o meu deleite, a notícia de sua aposentadoria. Embora considerando prematura em razão de sua idade, tendo, ainda, alguns pares (e ímpares) de anos pela frente, curvo-me diante de sua atitude pessoal.

Conhecendo a sua integridade e sua maneira coerente de pautar a sua conduta pessoal e profissional (não se esqueça que trabalhamos juntos), chego à conclusão de que não foi uma atitude impensada ou temerária. Ao contrário, sei que você deve ter sido acometido de alguma angústia antes de chegar ao clímax de sua tomada de posição.

A magistratura piauiense e, por extensão, a nacional, perde o trabalho cotidiano e diuturno de um dos melhores juízes que conheci em toda a minha carreira.

As letras e a poesia agradecem pelo prestimoso tempo que doravante a elas será dedicado com inefável tirocínio. Ou em outra atividade laboral que você venha a desempenhar.

Ao tempo que me solidarizo com o estimado colega e querido amigo, dou-lhe as boas-vindas a este grupo seletivo daqueles que se dedicaram com afinco e devoção sacerdotal à carreira da magistratura.

Com o abraço cordial e fraterno do seu amigo

Orlando Martins Pinheiro.!

### **Do juiz de Direito Antônio Oliveira:**

Ilmo. Vate,

Um pouco atrasado, mas não poderia deixar de fazer breves comentários sobre seu pedido de aposentadoria.

Convivemos pouco tempo como colegas de magistratura. Embora morando no mesmo condomínio (grande honra para mim), a correria da vida também tem me privado de conhecer um pouco mais do ilustre colega e conterrâneo Elmar Carvalho.

Não sou versado em literatura, porém desde o ensino médio passei a admirar a matéria. Posteriormente, sobreveio o período de vestibular, o curso de Direito, os concursos e agora um turbilhão de processos que – provavelmente por minha incompetência de lidar com o tempo – sempre servem de desculpas para não ler um pouco mais e fugir da "escravidão jurídica".

De toda sorte, tive boas lembranças do tempo de ensino médio e, sobretudo da literatura, depois que o conheci e tive acesso a alguns de seus instigantes trabalhos, do qual destaco "Noturno de Oeiras", cuja obra autografada guardo com muito orgulho no meu escritório.

Caro Elmar, da mesma forma que me emocionei quando li algumas passagens do livro já citado, há poucos dias também me emocionei com a postagem acerca de seu pedido de aposentadoria. Sei superficialmente de seus motivos outrora confessados pessoalmente para mim, no entanto, mesmo com poucos encontros no âmbito da magistratura, já começo a sentir saudades do brilhante vate do TJPI.

Homem valoroso, cujo nome já funciona como "cartão de visitas" para dar significado aos imensos e admiráveis predicados que acompanham sujeito tão especial.

Espero que a perda da magistratura seja superada pela genialidade de seus textos, cujo tempo doravante poderás aproveitar com maior amplitude para continuar emocionando seus amigos, colegas e leitores.

Desejo muitas felicidades nesta nova fase de sua vida. Que sua saúde seja restabelecida mais uma vez, como já foi no passado, e, quando estiveres aflito - ilustre -, não te esqueças nunca de Deus e que dele conseguistes a dádiva da vida e o privilégio (fruto da sabedoria de vossos pais) de chamar de "EL MAR".

Abraço fraterno de seu admirador,

Antônio Oliveira

*PS: Peço vênia para transcrever um texto que imagino trazer pertinência com o atual momento de sua vida, a saber:*

*"Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas que já não têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares.*

*É o tempo da travessia...*

*E se não ousarmos fazê-la, teremos ficado para sempre, à margem de nós mesmos."*

*Fernando Teixeira de Andrade*

**Do Prof. Nelson Rios:**

Minha admiração (um depoimento)

*"[...] Aproveito o ensejo para renovar votos de estima e consideração."*

Assim costumamos finalizar o texto dos ofícios. Na maioria das vezes, apenas atendendo a uma formalidade, sem representar, de fato, a verdade. Mas, neste texto, as uso no início, tanto para retratar a expressão da verdade, como para lembrá-lo de que o fim de uma etapa é (re)início de outra.

Lembro-me da primeira vez em que ouvi falar a seu respeito. Eu era amigo de uma funcionária da Justiça Eleitoral da Comarca de Regeneração, Gilvanete Vieira. Ela comentou que o novo juiz da cidade tinha uma característica diferente de todos os juízes anteriores, este era poeta. Ela me relatou que às vezes os colegas tinham que recorrer ao dicionário para compreender o significado de suas palavras.

Fiquei curioso para conhecê-lo. Entretanto, não criei nenhuma oportunidade para encontrá-lo. A oportunidade surgiu por conta de um casamento para o qual fui convidado. Naquele dia, pelo menos dois casais estavam no cartório, o meu primo com a noiva dele e outro casal. O enlace matrimonial do meu primo seria o segundo daquela manhã, haja vista que Francisco da Cruz e Maria da Cruz seriam os primeiros.

As suas palavras foram pura poesia quando passou a fazer trocadilhos com a "cruz" presente no nome deles. Após o casamento, lhe procurei e externei a minha admiração pela sua eloquência. No ato, fui presenteado com sua obra Rosa dos Ventos Gerais e com uma espécie de cartão de visitas contendo o endereço do seu blog.

Passei a ler e a comentar suas postagens e, aos poucos, passei desenvolver meu gosto pela poesia. Posso lhe dizer, sem medo de errar, que me tornei uma pessoa melhor depois do meu gosto por poesia.

Sobre a sua atuação como magistrado, não sei falar muito, mas posso atestar com base nos comentários que ouvi na cidade de Regeneração e nas impressões que tive durante as audiências que presenciei que o respeito pelo ser humano e a imparcialidade foram marcas suas. Independentemente da gravidade do crime do réu, o seu tom de voz se manteve o mesmo. Isso deixava transparecer que o senhor não os pré-julgava e nem os "condenava".

Quero deixar registrada a enorme admiração que tenho pelo magistrado, poeta, homem, Elmar Carvalho. Faço votos de que não lhe falte forças para enfrentar os desafios que surgirem e usufruir das suas merecidas "férias".

Mui respeitosamente,

Nelson Rios

Seu admirador.

## V – ELMAR CARVALHO – O CIDADÃO, O MAGISTRADO E O INTELLECTUAL

Domingos José de Carvalho

Médico. Escritor Membro da ACALE e AMALPI

*Pronunciamento feito na noite de autógrafos do livro “Confissões de um juiz”, da autoria de Elmar Carvalho, no dia 17 de abril de 2015 na Câmara Municipal de Campo Maior. Por uma especial lhanza do autor, este texto foi publicado como um folheto.*

Procuo resgatar nos escaninhos da memória, através de uma busca inglória, a data, mês e ano em que conheci Elmar Carvalho.

Afirmo ter pouco significado esse episódio. Mais importante foi sua realização, o primeiro encontro e a oportunidade de podermos incrementar nossos vínculos de amizade e apreço, alicerçados pelos laços de parentesco que, se não constituem motivo de orgulho, com certeza são motivo de alegria e admiração continuada.

Elmar nasceu em um lar de pais humildes, mas com sólida formação moral, ética e religiosa, que souberam transmitir aos filhos uma educação pautada na honradez, na lealdade, no respeito aos seus semelhantes, obediência aos idosos, união familiar, crença e adoração a Deus.

Filho de Miguel Arcângelo de Deus Carvalho e Rosália Maria de Mélo Carvalho, nasceu no dia 09.04.1956, em Campo Maior, depois sucedido por 07 irmãos. Contraiu núpcias com Maria de Fátima de Sousa Carvalho, tendo um casal de filhos, Elmara Cristina e João Miguel. Frequentou os bancos escolares do Grupo Escolar Valdivino Tito, Ginásio Santo Antônio, Colégio Estadual, em Campo Maior, de uma escola pública em José de Freitas e Liceu Piauiense em Teresina, bacharelando-se em Administração de Empresas na cidade de Parnaíba e, posteriormente, cursou Direito, recebendo diploma em Teresina pela UFPI.

No transcorrer de nossa existência vivemos momentos de doçura e de amargor.

Elmar enfrentou penosos e aflitivos momentos ao deparar-se com insidiosa e gravíssima doença por duas vezes. Conseguiu superá-la com destemor, obstinação, apoio da família e dos amigos, utilizando modernos meios terapêuticos, aliado a oração e acendrada fé em Deus. Hoje, recuperou o véu róseo da face, o sorriso alegre e acolhedor, o humor sadio e inteligente, o trato fidalgo, a cortesia e amabilidade, traços de uma personalidade marcante, cativando a todos que têm o privilégio do convívio e de sua amizade.

Como ele mesmo diz, não nasceu para ser empresário, sua vocação sempre foi ser servidor público, servir aos outros, a seus semelhantes, mostrando uma importante faceta de seu caráter: o desapego pela riqueza, contra a ambição de acumular bens materiais, desejava apenas conseguir um emprego que lhe possibilitasse o sustento digno de sua família.

Iniciou trabalhando como funcionário público na Empresa dos Correios e Telégrafos, como fez seu pai Miguel de Deus, zeloso e operoso funcionário que chegou a chefiar a Agência dos Correios em Parnaíba. Para ingressar nos Correios teve que fazer um curso de monitor postal em Recife, oportunidade de encontrar-se com a cidade de Gilberto Freire, cheia de casarões belos, de rios que a entrecortam, rica em história, cultura e artes, sensibilizando-o ao ponto de Elmar dedicar-lhe o expressivo poema RECIFE. Em agosto de 1982 pediu exoneração para ingressar nos quadros da SUNAB como fiscal, após ter logrado aprovação em concurso que lhe ensejou um bom salário e melhor padrão de subsistência.

Sua formação jurídica falou mais alto, surgiu o concurso para juiz de Direito.

Conseguiu aprovação e assumiu uma nova, brilhante e espinhosa carreira.

Doravante seria um julgador, emitiria sentenças para dirimir conflitos nas mais variadas esferas: civil, penal, comercial e de família. Pelos seus pares foi escolhido orador na solenidade de posse como Magistrado, no dia 19.12.1997.

Naquele momento solene e determinante na sua vida, externou sua angústia ao questionar sobre o que seria mais importante, se a justiça, se a bondade, e ele mesmo solucionou essa inquietude ao afirmar que quem era bom era justo e quem era justo forçosamente teria que ser bom. Peregrinou por várias comarcas, começando por Piracuruca, seguindo para Socorro do Piauí, Inhuma, São Pedro, Curimatá e Teresina como juiz auxiliar ou substituto. Foi juiz titular em Ribeiro Gonçalves, Capitão de Campos, Regeneração e Oeiras.

Em todas essas comarcas Elmar deixou registrada sua marca como juiz probo, humilde, sereno e célere nos julgamentos, na ânsia de fazer chegar a justiça o mais rápido possível às partes litigantes.

Teve no tratamento cavalheiresco as portas escancaradas para um relacionamento respeitoso e participativo com todos: autoridades, servidores da justiça, advogados, Ministério Público, conseguindo, assim, influência e participação efetiva em todos os segmentos da sociedade, principalmente nas áreas da educação, artística e cultural, registrando também sua preocupação com a degradação do meio ambiente. Após 39 anos de atividade no setor público, achou que este ciclo de sua vida estava no ocaso. Sem alarde protocolou seu pedido de aposentadoria. Ficou na história da magistratura piauiense o legado de um juiz que vestiu a toga sem ostentação, sem arrogância, sem se curvar aos poderosos, comprometido em fazer justiça com serenidade, obedecendo aos ditames da lei. Se cometeu algum erro, debite-se à condição de ser humano, mas nunca por ter sido venal, corrupto ou intencionalmente injusto. Saiu pela porta da frente olhando a todos com altivez e com a consciência pacificada do dever cumprido e a alma livre, leve e solta do poeta que é.

Seus pendores de futebolista surgiram na juventude, como nos relata o professor José Francisco Marques na bonita crônica “QUEM TE ENSINOU A VOAR?”, que narra suas qualidades de excelente goleiro. Além da consanguinidade, nos aproxima ainda o fato de torcermos pelo Caiçara local e Flamengo do Rio de Janeiro, duas paixões compartilhadas.

Intelectual engajado, preocupado com as políticas ineficazes na conservação do meio ambiente, Elmar encetou campanha em defesa da preservação do rio Parnaíba, tendo recebido apoio de organizações ambientalistas, de academias de letras, órgãos

públicos e setores diversos da sociedade, todos preocupados com a degradação de nossa mais importante artéria fluvial, responsável pelo povoamento de muitas cidades e escoamento de nossas riquezas.

Filho desta terra, preocupa-se com a preservação da nossa arquitetura, de locais históricos como o antigo cemitério, fazendas centenárias, igrejas e capelas, logradouros públicos, os quais fazem parte de sua luta pela conservação de um acervo cultural que temos a obrigação de preservar, legando às gerações futuras a história da implantação dos primeiros núcleos humanos, a formação da economia baseada no criatório extensivo de gado, na agricultura rudimentar e no extrativismo, o que veio a formar com o decorrer de décadas a desenvolvida, bonita e acolhedora Campo Maior, polo econômico e cultural da região dos Carnaubais.

O pendor para as letras desabrochou no verdor de seus 10 anos. Foi paixão avassaladora, lia tudo com sofreguidão. Pouco tempo depois passou a escrever em jornais, aos 16 anos estreou no jornal A LUTA e com o decorrer dos anos escreveu nos jornais O Dia, O Estado, Folha do Litoral, Folha da Manhã, Meio Norte, Norte do Piauí, Almanaque da Parnaíba, revistas da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico de Oeiras.

No decorrer do tempo cada vez mais adentrou no mundo da intelectualidade, participando de inúmeros sodalícios, dentre os quais destacamos APL, ALVAL, AMALPI, ACALE, ACADEMIA DE LETRAS DE PARNAÍBA, Academia de Letras da Magistratura Piauiense, das Academias de Floriano, de Piripiri, do Médio Parnaíba, da Associação Nacional dos Escritores e da UBE-PI.

Participou de inúmeras obras coletivas e coautoria de outras tantas.

Citado em coletâneas e enciclopédias de vários autores.

Elmar Carvalho atingiu a maturidade intelectual, por isso tem cabedal suficiente para aventurar-se no conto, na crônica e na crítica literária, além de ser brilhante poeta.

Tocante a narrativa da convivência até o fenecer das cadelinhas Belinha e Anita. Da mesma forma, é comovente ao falar sobre a irmã Josélia e o cunhado José Henrique, prematuramente sugados desta dimensão terrena para os páramos insondáveis da eternidade. Merece destaque a dorida narrativa quando comovido expressa todo pesar e eternas saudades de sua bondosa e excelsa mãe Rosália.

Na poesia encontrou o filão mais primoroso para expressar toda sua sensibilidade. Não sou nem tenho a veledade de ser crítico literário, falta-me embasamento para tanto, mas acompanho e concordo com aqueles críticos que o consideram um excepcional poeta.

Seus livros “Cromos de Campo Maior”, “Rosa dos Ventos Gerais”, “Lira dos Cinquentanos”, “Noturno de Oeiras” mostram o fulgor de sua inteligência privilegiada. A produção literária de Elmar Carvalho é eclética, rica em ensinamentos de ordem cívica, moral e reflete sua preocupação com o social e o meio ambiente, fruto de muito estudo e observação constante das mutações do comportamento da sociedade contemporânea, crítico incisivo do despreparo e do deplorável comportamento de muitos gestores públicos.

Como significa seu nome, é um oceano para ser estudado, pesquisado, principalmente para servir de exemplo como cidadão engajado nas lidas sociais, um intelectual dos mais brilhantes e fecundos, filho, irmão e pai de família amoroso, obediente e solidário. Maçom convicto, estudioso da história e filosofia da Augusta e Sublime Ordem, soberana nas prédicas pelo aperfeiçoamento ético, moral e espiritual do homem, certamente contribuiu para ornar o frontispício de muitas virtudes, norteando sua conduta retilínea, sem máculas, defendendo intransigentemente os postulados de Igualdade, Fraternidade e Liberdade, pilastras doutrinárias na formação de homens livres e de bons costumes.

Seu nome está inserido no panteão dos mais destacados vates mafrensinos, ao lado de Da Costa e Silva, Celso Pinheiro, Hermínio Castelo Branco e, recentemente, de outro campomaiorense, H. Dobal.

Gostaria, ao finalizar, de homenageá-lo, buscando nos textos sagrados do evangelista São João, quando em poema de rara beleza assim se expressa:

“E o verbo estava com Deus”

O que era o verbo? O verbo era a palavra, a poesia, que estava com Deus, e a poesia era Deus.

“Tudo foi feito por meio dele”

Por meio do verbo, da palavra, da poesia.

“E sem ele nada foi feito de tudo que existe”

Sem o verbo, sem a palavra, sem a poesia, nada existiria.

“Nele estava a vida e a vida era a luz dos homens.”

No verbo, na palavra, na poesia estava a vida. E a vida iluminava a humanidade.

Por isso no princípio era a poesia.

Rendo-me, como a grande maioria da intelectualidade piauiense, com a maior alegria e unguento de emoção, expressando os sentimentos mais puros de minh'alma, nesta noite memorável, para dizer que você, Elmar Carvalho, é o nosso POETA MAIOR.

## VI – DOIS ESTUDOS SOBRE CONFISSÕES DE UM JUIZ

### Confissões de um juiz (\*)

Alcenor Candeira Filho

No início de 2010 o poeta Elmar Carvalho criou por sugestão de sua filha Elmara o “poetaelmar.blogspot.com.br”.

Ao longo desses cinco anos de existência o blog do poeta vem divulgando textos em prosa e em verso de sua própria lavra e artigos e poemas de intelectuais do Piauí e de outros Estados brasileiros.

Os textos escritos por Elmar Carvalho e postados na internet fazem parte do que ele chama de “Diário Incontínuo”. Esses trabalhos, se enfeixados em livros, formariam vários volumes.

Muitos escritores conciliaram a burocracia com a literatura, como Machado de Assis, Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto, para citar apenas três dentre os melhores da literatura brasileira.

Pois Elmar Carvalho também se realizou profissional e artisticamente usando como instrumento de trabalho a Língua Portuguesa, que tanto serve à literatura como à ciência e à filosofia. Correção, coerência, concisão, objetividade e clareza são virtudes de estilo que não podem ficar ausentes da linguagem filosófica, científica, jornalística, burocrática.

Tais virtudes devem também caracterizar a expressão literária, que por sua própria natureza comporta o apelo a outros recursos, como a transgressão gramatical em favor do estilo, a incoerência, a conotação, a subjetividade, o hermetismo... Quer dizer, o que vale mesmo no trabalho do escritor é a ampla e irrestrita liberdade de criação estética.

Já me manifestei por escrito sobre a obra literária de Elmar Carvalho em três momentos, todos revestidos de caráter solene e público: 1994, com o discurso de recepção na posse do poeta na Academia Parnaibana de Letras; 1996, com a apresentação de A ROSA DOS VENTOS GERAIS na noite do lançamento em Parnaíba; 2010, com a apresentação de POEMITOS DA PARNAÍBA no lançamento ocorrido no auditório da APAL.

Poucos intelectuais piauienses da atualidade possuem fortuna crítica tão expressiva quanto a de Elmar, constituída por comentários de escritores, poetas, ensaístas, professores, magistrados, advogados. De modo que o poeta teria facilmente outras opções para o convite que acabou endereçado a minha pessoa.

Por que novamente recaiu sobre mim o privilégio de fazer a apresentação de mais uma obra do grande escritor e respeitado juiz?

Atribuo a escolha a uma amizade de quatro décadas, preservada em elevado grau de respeito, admiração e confiança mútuas, - amizade jamais arranhada por qualquer desavença, com cada um se mantendo fiel às próprias ideias, várias convergentes outras não. Se pensássemos sempre de forma idêntica nossa amizade só nos teria trazido prejuízo, porque ficaríamos impedidos de desfrutar do aprendizado recíproco, que só se efetiva plenamente entre pessoas que cultivam sem nenhum preconceito ideias próprias e respeitam as alheias. Além da vocação comum para o serviço público e para a poesia, as afinidades que tanto nos aproximam decorrem também da fidelidade a pensamentos grandes, retilíneos, utópicos às vezes mas sempre isentos das impurezas do branco.

CONFISSÕES DE UM JUIZ é um livro de quase duzentas páginas que reúne parte dos textos postados no blog: crônicas, comentários, reminiscências, confissões, reflexões sobre pessoas, bichos e lugares, ou ainda, como assinala o professor Cunha e Silva Filho, “histórias vividas ou inventadas na cidade ou no campo, narradas com limpidez estilística”, e apresenta as seguintes partes: I. “Confissões de um Juiz”; II. “Memórias Afins”; III. “Memórias Afetivas”.

A obra enfatiza na parte inicial as lembranças do burocrata, sobretudo do julgador, do que tem a responsabilidade superior e constitucional de “atribuir a cada um o que é seu”. Responsabilidade imensa a do juiz, que raramente é reconhecido pelo que faz no desempenho da profissão.

Vale a pena a leitura das seguintes palavras de Martinho Garcês, transcritas no livro ESCRITOS DE VÁRIO ASSUNTO, de Cristino Castelo Branco, magistrado e escritor piauiense:

“Todo homem de mérito no Brasil tem o seu historiador e o seu biógrafo, menos o jurista, seja ele magistrado ou advogado. (...) O jurista nada tem. O juiz que estuda, consola-se com o juízo que da sua inteligência, probidade e saber possa fazer as partes que perante ele pleiteiam, e os advogados pagam-se generosamente dos seus esforços com os louvores dos seus constituintes, quando, por uma questão de ajuste de honorários, eles, depois de bem servidos, não se tornam seus inimigos.”

No livro citado, Cristino Castelo Branco completa o pensamento de Garcês ao tempo em que amplia o rol dos injustiçados, fazendo referência a profissionais de diversas áreas prejudicados pela falta de reconhecimento a seus méritos. Só o literato, segundo o texto de Cristino, é capaz de conquistar com facilidade a notoriedade, a fama:

“Salta aos olhos de toda a gente que a literatura amena rende muito mais para a vaidade humana, para a sede de glória, que o direito, a medicina, a matemática, qualquer outra ciência. Pertencer à Academia Brasileira de Letras é, entre nós, considerado muito mais importante que pertencer à Academia Nacional de Medicina, ao Instituto dos Advogados, ao Clube de Engenharia. Por que? Segredos da vaidade humana, ou melhor, da futilidade de todos nós.”

A respeito desses mistérios ou sutilezas da alma humana, capazes de determinar ações e reações que ora engrandecem ora amesquinham o homem, Elmar Carvalho conta no livro um fato acontecido durante casual e rápido encontro que teve com a desembargadora Eulália Ribeiro Gonçalves Pinheiro, que, diante de um ato de cordialidade recebido, reagiu com gesto nobre de simplicidade, simpatia e gentileza, e não com aquele ar de superioridade peculiar a algumas autoridades:

“Outro dia, quando eu me preparava para sair do elevador, no subsolo, encontrei a desembargadora Eulália Ribeiro Gonçalves Pinheiro. Cumprimentei-a, e lhe dei passagem, mas ela, de maneira lhana, disse: ‘Não, primeiro os poetas.’ Foi a primeira vez que eu vi a espada da Justiça se curvar perante a frágil pena da Poesia.”

Numa época em que repercutem no país inteiro notícias de que alguns juízes, felizmente a minoria, se arvoram de “deuses”, justifica-se a menção a comportamentos exemplares por parte de magistrados, como podemos ver em outro episódio, contado na página 40:

“Certa ocasião, eu me encontrava numa roda de conversa, na varanda de um dos andares do tribunal. Logo depois chegou o desembargador Santana, que, após cumprimentar-nos, disse, dirigindo-se a mim, como costumava fazer: ‘Como é que vai, poeta maior?’

Estava a meu lado outro poeta, cujo nome já não recordo. O vate franziu o cenho, empertigou-se todo, retorceu-se como se estivesse com forte cólica intestinal, e, virando-se para um lado e outro, resmungou/rosnou: ‘É, quer dizer que eu devo ser um poeta menor...’ Sepulcral silêncio acolheu as suas palavras.”

Destaca-se nas primeiras páginas do livro a revelação, em tom de quase desabafo, feita por quem laborou durante quatro décadas na vida pública e dela teve de se afastar em razão de aposentadoria fundamentada em tempo de serviço mas motivada verdadeiramente por razões que a própria razão desconhece.

O juiz Elmar teria ainda outro argumento para justificar a aposentadoria, se esse fosse o seu objetivo: doença grave.

Mas no fundo o que ele pretendia apesar dos pesares ou principalmente por isso mesmo era continuar servindo ao país como magistrado culto, íntegro, justo, bom. Estava plenamente motivado para o trabalho forense por mais algum tempo.

O comovente depoimento de Elmar sobre os fatos e circunstâncias que precipitaram o pedido de aposentadoria aos 58 anos de idade repercutiu no meio forense e intelectual, com opiniões postadas na internet e comentários inseridos no livro, como estes:

“A magistratura piauiense e, por extensão, nacional, perde o trabalho cotidiano e diuturno de um dos melhores juízes que conheci em toda a minha carreira.

As letras e a poesia agradecem pelo prestimoso tempo que doravante a elas será dedicado com inefável tirocínio. Ou em outra atividade laboral que você venha a desempenhar.” (juiz de direito Orlando Martins Pinheiro).

“Não tenho dúvida de que chega à fronteira de fatigante jornada com a dignidade inteira, sem mossas e sem fissuras morais porque, agindo sempre como uma espécie de artesão, exerceu a judicatura como se fosse um apostolado; restabeleceu patrimônios desperdiçados e recompôs sociedades conjugais esfaceladas, sem alienar sentenças ou hipotecar despachos.” (desembargador Valério Chaves)

“Caro Elmar, da mesma forma com que me emocionei quando li algumas passagens do livro já citado, há poucos dias também me emocionei com a postagem

acerca de seu pedido de aposentadoria (...) Já começo a sentir saudades do brilhante vate do TJPI.” (juiz de direito Antônio Oliveira)

Os professores/escritores Cunha e Silva Filho, José Maria Vasconcelos e Nelson Rios, dentre outros, também se manifestaram sobre o episódio.

Na 2ª e 3ª partes do livro, o autor selecionou textos escritos há algum tempo, vários deles complementando e elucidando fatos focalizados na parte inicial.

São belas pelo refinamento estilístico e pela suavidade do lirismo encantador as páginas elegíacas inseridas na 3ª parte, páginas que falam tanto da morte de pessoas quanto da de animais. Em ambos os casos o autor se expressa com formidável equilíbrio emocional, jamais se derramando em sentimentalismo exacerbado, em pieguice. São textos que brotam d’alma, é verdade, mas ditado sobretudo pela razão. Lirismo “direcionado mais pela inteligência do que pelo sentimentalismo”, como disse o escritor e crítico literário Fábio Lucas a propósito de A LUTA CORPORAL, de Ferreira Gullar.

Desejo encerrar minha fala com a seguinte declaração: considero CONFISSÕES DE UM JUIZ, de José Elmar de Melo Carvalho, um dos melhores livros que li nos últimos tempos.

---

Discurso de apresentação do livro Confissões de um juiz, pronunciado na solenidade de lançamento em Parnaíba, ocorrida no dia 8 de maio de 2015, no auditório do SESC/Avenida.

### **Elmar Carvalho: a toga, a memória e o lirismo**

Cunha e Silva Filho

Escritor e pós-doutor em Literatura

A carreira do escritor Elmar Carvalho se divide, a meu ver, em duas fases: a de maior expressão, a poesia de vanguarda, que lhe deu notoriedade e a da sua produção em prosa algo conservadora, mas não anacrônica. A poesia, por enquanto, quero crer

que possivelmente hoje a cultive por via indireta, ou seja, pelo saudável exercício das leituras.

Contudo, ninguém pode exigir que um poeta que escreveu obra de reconhecida qualidade estética seja obrigado a produzir por vontade e desejo alheios. A poesia, como qualquer obra literária, não nasce por decreto ou por injunções legais. Só ao poeta é dada a possibilidade de livremente criar ou não.

A criação literária é um fenômeno artístico que só medra como manifestação natural da vontade de quem a produz, no tempo que lhe aprouver. O silêncio poético só aos poetas pertence. Em consequência, não temos o direito de lhes exigir nada no domínio criativo.

Ao falar da prosa de Elmar Carvalho, me refiro ao gênero ficcional. Por outro lado, não estou insinuando que em outras manifestações da escrita não-ficcional, ele tenha produzido obra inferior, porquanto no ensaio não acadêmico, na crítica igualmente não acadêmica, assim como na crônica de caráter lírico, dramático ou lidando com matéria sobrenatural, o poeta Elmar Carvalho tem sabido produzir alguns textos de indiscutível qualidade literária.

No autor, entretanto, a poesia se insinua em sua produção não-poética, i.e., o lirismo, nele permanente como estratégia de linguagem de maior imaginação criadora, não lhe permite deixar de vez a poesia, ainda que não o queira. Por conseguinte, no ponto mais alto de sua obra, continua poeta e, em segundo plano, o prosador, quer no ensaio, na crítica esporádica e na ficção. É dentro dessa perspectiva de abordagem crítica que me volto para comentar-lhe o livro de memórias recém-editado, *Confissões de um juiz* (Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2014, 193 p. Prefácio de Reginaldo Miranda).

Determinadas vidas merecem transformar-se literariamente em memórias em face de sua específica trajetória profissional e pessoal. No exemplo do poeta Elmar Carvalho, pelas circunstâncias e impactos de sua vida pessoal e profissional, o recurso do autor a reproduzir criativamente certas partes significativas de sua vida não lhe veio por veleidades ou exibicionismos subalternos, mas para dividir com o leitor o que de seu percurso existencial valeria a pena ser compartilhado pelos seus coetâneos. Pode ter sido uma forma de catarse, pode também ter sido uma vontade insopitável de dar testemunho da experiência de vida do seu tempo tanto na carreira de magistrado quanto na de um homem que enfrentou os desafios e os rigores provocados por uma doença que o atingiu por duas vezes e da qual saiu vitorioso.

Suas memórias, segundo assinalou no final do prefácio, são “confissões,” o que quer dizer que nelas os relatos se fizeram a bem da verdade, sem subterfúgios, sem maquinações.

Procurou, assim, a verdade limpa e desnuda, a que, enfim, interessa como lição de vida dividida entre o afeto, a dor, a saudade, as perdas, os ganhos e o pacto com a literatura rememorativa, que se alinha, desde os primeiros cronistas portugueses, os primeiros historiadores lusos, as primeiras biografias em língua portuguesa a se interessarem pela experiência vivida em várias situações da existência humana.

Aí se incluem os nomes que primeiro vão dando um contorno memorialístico a narrativas que fizeram história, aí se incluindo os nomes de Garcia de Resende, com as suas Miscelâneas, e o de Fernão Mendes Pinto com a sua Peregrinação. A linhagem se avoluma com o passar dos séculos até chegar à contemporaneidade.

O mesmo se poderia afirmar das primeiras produções literárias brasileiras com acento memorialístico, desde a carta de Pero Vaz de Caminha até aos tempos de hoje, em que o Brasil pôde contar com grandes nomes de autores de memórias, Joaquim Nabuco, Gilberto Amado, Érico Veríssimo, Álvaro Moreira, Humberto de Campos até culminar com o grande memorialista Pedro Nava.

No Piauí, penso que temos ainda uma quantidade considerável de livros de memórias ou autobiografias. Do meu conhecimento, alguns autores já enveredaram por este gênero. Sem citar os títulos, menciono pelo menos os autores: H. Dobal, Nasi Castro, Francisco Miguel de Moura, Eleazar Moura, Geraldo Almeida Borges, Celso Barros Coelho, Homero Castelo Branco, José Ribamar Garcia, Assis Fortes, Olemar de Souza Castro e o autor deste artigo, que acaba de concluir um livro de memórias, de título Apenas memórias.

Cada livro de memórias singulariza-se por um traço particular, por uma escolha geralmente circunscrita à vida profissional do autor, que pode ser um médico, um professor, um escritor profissional, um juiz, um cientista, um político um ator, um militar etc. A profissão compreende as vivências do memorialista e é a partir dela que o autor se alia ao papel do escritor-memorialista.

No exemplo de Elmar Carvalho se repete esta estratégia narrativa neste gênero literário.

No poeta Elmar Carvalho, do ponto de vista profissional, um ciclo de vivências se fechou logo que lhe veio a aposentadoria de juiz. É desse recorte de sua experiência como juiz que nele surge a possibilidade de contar suas memórias. Dessa empreitada se saiu muito bem como artista da palavra a serviço das evocações de um juiz que percorre lugares diversos do interior piauiense, do seu dia-a-dia de julgador de litígios, de conciliador nos momentos em que era preciso pesar na balança da justiça os prós e contras a fim de dar o veredicto mais justo possível ou, como o memorialista deixa sugerir nos seus relatos, julgar sempre tendo em vista o lado dos mais fracos.

Seu percurso de magistrado se realiza em várias comarcas, cada qual com suas peculiaridades, com a sua realidade própria e com seus diferentes problemas. Poder-se-ia dizer, o juiz Elmar Carvalho é sempre aquele viajante compelido, por seu ofício, a mudar de lugares, a conhecer outras pessoas, a conviver com o provisório.

Poderia chamar seus relatos de memórias telúricas, visto que o juiz com suas “confissões” não perde tempo para ir registrando fatos, cenas, paisagens, natureza diversa, pessoas diferentes que encontrou em cada comarca interiorana para a qual era designado.

A paisagem interiorana, os costumes, os hábitos, a vida social, a vida cultural, se lhe fixaram na retentiva. Tal espólio da memória - “quase dezessete anos de magistratura” -, se lhe tornaria farto material de rememoração e de análises instigantes em forma de livro.

Confissões de um juiz não se cinge apenas à experiência técnico-burocrática de um magistrado-poeta. As memórias se expandem a outras vertentes de sua função.

O memorialista não é só o homem da Justiça, mas o cidadão que tem suas aspirações e seu idealismo, além de sua atuação de escritor, de cronista, de ficcionista, de ensaísta que não para de publicar, tem seu blog, vive a vida intelectual piauiense, está em sintonia com o mundo acadêmico e com a vida literária de seu Estado. Participa de questões ambientais, culturais, desportistas, como, no caso da primeira, a da preservação do rio Parnaíba em páginas contundentes de reação contra os inimigos da natureza.

A obra em exame não é só depositário de fatos da vida de um juiz, mas se compõe de textos pictóricos onde o estatuto da linguagem assume toda uma força lírica, com belas e comoventes passagens onde se distingue o talento do memorialista na pintura da paisagem, da flora e fauna piauienses, como são exemplos paradigmáticos, na segunda parte da obra, “Memórias afins,” passagens de muita beleza e vigor descritivo (“Oração à Vila de São Gonçalo de Regeneração”, p.57-65 “Evocação de Piracuruca,” p.79-81).

Porém, a beleza de alguns textos não se faz apenas de paisagens bem descritas, mas também de textos alusivos à condição da justiça praticada para o bem e à necessidade da prática da bondade consoante lemos na seção “Exortação à justiça e à bondade (p.74-77).

O memorialismo de Elmar Carvalho reúne uma gama de visões e perspectivas formando um painel no qual o autor fala de escritores, pessoas comuns, servidores da justiça, condição humana, injustiças, prepotência, vícios humanos, erros da administração pública, erros da justiça, em que nada lhe escapa do olhar de espectador atento às misérias humanas.

Outros temas lhe são caros nas lembranças, a sua participação de atleta, de goleiro, a sua permanência no Recife a fim de realizar um curso de monitor postal.

Não lhe falta fortaleza moral para reportar-se ao câncer de que foi vítima, da luta para a sua recuperação e cura, de uma recaída, formando estes relatos um ponto algo trágico de sua caminhada existencial, felizmente tendo superado tudo com uma vida renovada e pronta a seguir sua travessia agora mais empenhada no universo em que talvez mais se sente bem e recompensado, que é o de produzir literatura.

Prende-me a atenção, de forma especial, por seu sentido de humanidade, de afeto, e de saudade, a terceira parte das memórias, denominada “Memórias afetivas.” Neste capítulo o poeta Elmar despe-se de qualquer formalismo de linguagem e adentra o mundo dos sentimentos, contudo, sem pieguismo.

Discorre sobre a perda da mãe, da família, da morte precoce e trágica de sua irmã Josélia, de seu amigo inesquecível, Zé Henrique, de seus antepassados, da grandeza moral de seu pai, Miguel Arcângelo, felizmente ainda lhe dando o prazer de seu convívio, da perda inconsolável de sua irmãzinha Josélia, falecida, aos quinze anos, em acidente de carro, de seus amigos, de seus irmãos e irmãs e last but not least, das mortes de duas cachorrinhas de estimação, exemplos edificantes da capacidade de animais serem tão humanos, tão mais do que alguns humanos, Belinha e Anita, em textos de beleza pungente, em cujo tempo de leitura não contive as lágrimas.

Elmar Carvalho pertence à estirpe de escritores que não deixam escapar a conveniência de entender a “alma” dos bichos, como o fazia tão bem outro retratista de animais, o escritor Guimarães Rosa (1908-1967), com a sua modelar estória de profunda humanidade, “O burrinho pedrês”, um conto de Sagarana (1946). Assim como podíamos citar outros escritores que deram estatura de humanidade a animais e bichos, como Graciliano Ramos (1892-1953), com a sua cadela Baleia, de Vidas secas (1938) e o ficcionista piauiense, Rivanildo Feitosa, em clave cômico-erótica, com a personagem-protagonista, uma cadela vira-lata, de nome Sabiá, do romance Reflexões de uma cadela vira-lata (2011).

A derradeira parte das Memórias de um juiz se destina ao que chama de “Memória fotográfica.” O bom é que para cada foto o autor preparou pequenos textos informativos sobre as fotos, num total de 29, representativas de momentos marcantes de sua vida pessoal, familiar e profissional. Finalmente, ao livro acrescenta uma quinta parte, formada de depoimentos sobre o autor de figuras da vida cultural piauiense. As duas últimas páginas contêm uma “síntese biográfica do autor.”

## SÍNTESE BIOGRÁFICA DE ELMAR CARVALHO

José Elmar de Mélo Carvalho nasceu em Campo Maior, em 09.04.56. Residiu por vários anos em Parnaíba, onde se formou em Administração de Empresas (UFPI). Reside em Teresina, desde 1982, onde se bacharelou em Direito (UFPI). Exerceu o cargo de Fiscal de Abastecimento e Preços, por concurso público. Filho de Miguel Arcângelo de Deus Carvalho e Rosália Maria de Mélo Carvalho. Casado com Fátima, com quem tem dois filhos: João Miguel e Elmara Cristina.

Colaborou com os seguintes jornais e revistas: A Luta, O Dia, Jornal da Manhã, O Estado, Meio Norte, Folha do Litoral, Norte do Piauí, Inovação, Almanaque da Parnaíba, Presença, Cadernos de Teresina, Suplemento Cultural do Diário Oficial do Estado, revistas do Instituto Histórico de Oeiras e da Academia Piauiense de Letras etc.

Participou das seguintes obras coletivas: Poesia do Campus, Salada Seleta, Em Três Tempos, Galopando, Poemágico, Poemari(t)imos, Poesia Teresinense Hoje, Postais da Cidade Verde, Andarilhos da Palavra (I e II), A Poesia Piauiense no Século XX, de Assis Brasil e Crônicas de Sempre, de Adrião Neto, entre outras. Coautor do livro A Poesia Parnaibana (2001), juntamente com Adrião Neto e Alcenor Candeira Filho. Organizador da obra coletiva Parnárias – poemas sobre Parnaíba, juntamente com Alcenor Candeira Filho e Inácio Marinheiro.

Autor dos livros Cromos de Campo Maior (1990 e 1995), Noturno de Oeiras (1994), Rosa dos Ventos Gerais (3 edições: 1996, 2002 e 2016), Sete Cidades – roteiro de um passeio poético e sentimental (2000), Parnaíba no Coração (2006), Lira dos Cinquentanos (2006), Noturno de Oeiras e outras evocações (2009), Bernardo de Carvalho – o Fundador de Bitorocara (2012), Amar Amarante (2013) e Histórias de Évora (2017).

Presidiu o Diretório Acadêmico 3 de Março e a União Brasileira de Escritores do Piauí (UBE/PI). Um dos fundadores do jornal mimeografado Abertura. Coordenador do espaço literário Textos e Pretextos, do suplemento do D.O.E.

É mencionado nos seguintes livros: Grande Dicionário Histórico-Biográfico Piauiense, de Wilson Carvalho Gonçalves, Dicionário Biográfico Escritores Piauienses de Todos os Tempos, de Adrião Neto, Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí, de Cláudio Bastos, Geração Campo Maior – anotações para uma enciclopédia, de Reginaldo Gonçalves de Lima, Aspectos da Literatura Piauiense, de Alcenor Candeira Filho, Visão Histórica da Literatura Piauiense, de Herculano Moraes, e Dicionário de Poetas Contemporâneas etc.

Nomeado Secretário de Cultura de Parnaíba, não assumiu a pasta por entraves burocráticos. Recebeu, entre outras, as seguintes honrarias e distinções: Medalha do Mérito Visconde da Parnaíba (Instituto Histórico de Oeiras), Comenda do Mérito Da Costa e Silva (UBE/PI), Personalidade Cultural (UBE/RJ) e Comenda do Mérito Renascença do Piauí (Governo do Estado). Foi citado no livro Teoria e Prática da Crítica Literária, de Assis Brasil. Além de poeta, é contista, cronista e crítico literário.

Foi membro do Conselho Editorial da Universidade Federal do Piauí, coordenador de Literatura e Editoração e presidente do Conselho Editorial da Fundação Cultural Monsenhor Chaves. Membro da Academia Piauiense de Letras, da Academia Parnaibana de Letras – APAL, da Academia de Letras do Vale do Longá, da Academia Maçônica de Letras do Estado do Piauí, da Academia de Letras da Magistratura Piauiense, da Academia de Letras e Belas Artes de Floriano e Vale do Parnaíba, da Academia de Letras do Médio Parnaíba, da Academia de Ciências, Artes e Letras de Piri-piri e da Associação Nacional de Escritores - ANE. Sócio correspondente do Instituto Histórico de Oeiras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro. Membro do Conselho Estadual do Grande Oriente do Estado do Piauí.

O seu livro Rosa dos Ventos Gerais (1ª edição) recebeu o Prêmio Ribeiro Couto (obra reunida), conferido pela União Brasileira de Escritores – Rio de Janeiro. Um de seus maiores orgulhos é ter pertencido ao Movimento Social e Cultural Inovação, que editava o jornal de mesmo nome, cujo saga gloriosa narrou em ensaio, publicado na revista Cadernos de Teresina e no livro A Poesia Parnaibana. Titular do blog poetaelmar.blogspot.com. Juiz de Direito aposentado.